

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**LEILA MARIA INOUE**

**ENTRE LIVRES E OFICIAIS: A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL EM SÃO  
PAULO (1927-1933)**

Marília-SP  
2015

**LEILA MARIA INOUE**

**ENTRE LIVRES E OFICIAIS: A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO (1927-1933)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Unesp, Campus de Marília.

**Linha de Pesquisa:** Filosofia e História da Educação no Brasil.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

Marília-SP  
2015

Inoue, Leila Maria.  
I58e Entre livres e oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933) / Leila Maria Inoue. – Marília, 2015  
156 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2015.

Bibliografia: f. 144-150

Orientador: Ana Clara Bortoleto Nery.

1. Professores - formação. 2. Ensino normal. 3. Ensino – Legislação. I. Título.

CDD 373.209816

**LEILA MARIA INOUE**

**ENTRE LIVRES E OFICIAIS: A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO (1927-1933)**

Tese para obtenção do título de Doutor em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de Marília.  
Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Ana Clara B. Nery – Unesp Marília

---

2º Examinador: Maria Rita de A. Toledo – Unifesp Guarulhos

---

3º Examinador: Luiz Carlos Barreira - Unisantos

---

4º Examinador: Tony Honorato – UEL Londrina

---

5º Examinador: Rosane M. de Castro – Unesp Marília

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a meus pais, Diro e Marta, e a meu marido Luiz pelo carinho e compreensão.

À minha orientadora Ana Clara Bortoleto Nery, pelas orientações e apoio.

À banca examinadora, que muito contribuiu para a organização deste trabalho.

A todos os amigos que me apoiaram e foram companhia nos eventos, nas viagens para a coleta de dados e nas discussões sobre a educação no Brasil.

Aos familiares que apoiaram a realização deste trabalho.

Ao jornalista Carlos Eduardo Motta Carvalho, aos pesquisadores Celso Prado e Junko Sato, e a João Alberto Izar e Rosy Mary Alves Donalsonso do Colégio N. S. Auxiliadora, pela gentileza em me ajudar na busca pelos documentos analisados.

À direção, coordenação, alunos e professores funcionários e alunos da *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*, de Santa Cruz do Rio Pardo, e do *Colégio Nossa Senhora Auxiliadora*, de Lins, por colaborarem para a realização deste trabalho.

À direção, coordenação e funcionários das demais Escolas, Diretorias de Ensino e acervos visitados, especialmente do Acervo do Centro do Professorado Paulista, do Centro de Referência da Educação Governador Mario Covas, da Diretoria de Ensino de Bauru e ao Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo.

Aos funcionários da Biblioteca e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília.

Enfim, a todos que apoiaram a realização deste trabalho.

## RESUMO

Esta tese de Doutorado tem por tema a formação de professores no Estado de São Paulo e como objetivo analisar o processo de expansão do Ensino Normal pela região oeste paulista entre 1927 e 1933. Esse período compreende o ano da implantação da *Reforma da Instrução Pública Paulista*, organizada pelo então Diretor Geral da Instrução Pública *Amadeu Mendes*, em 1927, e termina no ano de 1933, com a implantação do *Código de Educação* elaborado por *Fernando de Azevedo*. As fontes deste estudo são documentos presentes nos Arquivos Permanentes da *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*, em Santa Cruz do Rio Pardo, e do *Colégio Nossa Senhora Auxiliadora*, em Lins, que foram antigas Escolas Normais Livres localizadas na região Oeste do estado de São Paulo. O desenvolvimento desta tese teve como fundamento as perspectivas da História Cultural com base nos estudos de Carvalho, Chartier e Certeau. Chartier (1990, p.16-17), considera que “a história cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Como resultado, considero diante do quadro de baixo índice de alfabetizados, de ampliação da população em idade escolar - sobretudo em novas áreas de povoamento – e da escassez de professores normalistas – aliado à falta de recursos financeiros – que o governo paulista equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais para expandir o Ensino Normal e formar professores para atender à demanda ampliando também o Ensino Primário. Considero ainda que a *Reforma de 1927* foi importante para expandir a Escola Normal para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. A análise das duas escolas situadas no oeste paulista indica que a expansão do Ensino Normal foi para os alunos que poderiam pagar os estudos e que, em muitos momentos, tais escolas funcionavam de forma precária e a legislação não era cumprida rigorosamente.

**Palavras Chave:** Formação de Professores. Escola Normal Livre. Reforma da Instrução Pública de 1927.

## ABSTRACT

This Doctorate thesis has as subject the instruction of teachers in the State of São Paulo and to analyze the expansion process of the Standard Teaching, applied at Standard Schools where teachers were instructed and educated, in the western region of the São Paulo state between 1927 and 1933. This period comprises the year of the implementation of the Public Instruction in the São Paulo state in 1927, organized by Amadeu Mendes the Public Instruction General Director of that time, and finalized in 1933 with the implementation of the Education Code elaborated by Fernando de Azevedo. The sources of this study are documents from the permanent archives of the State School Leonidas do Amaral Vieira, in Santa Cruz do Rio Pardo, and the Nossa Senhora Auxiliadora School in Lins, which were old Free Standard Schools located in the western region of São Paulo. The development of this thesis was based on the prospects of Cultural History extracted from the studies performed by Carvalho, Chartier and Certeau. Chartier (1990, p.16-17), believes that "the cultural history, as we understand, has as its main objective to identify how in different places and times a particular social reality is constructed, thought and influenced to read." As a result, considering the low literate rate, the increase in the school-age population - particularly in new areas of settlement - and the shortage of standard teachers - together with the lack of financial resources - that the state government equated the Free Standard Schools to the Official Standard Schools to expand the Standard Education and train teachers to meet the demand, and, therefore expanding primary education. I also believe that the 1927 Reformation was important to extend the Standard School to remote areas of large urban centers. The analysis of the two schools located in the west of São Paulo indicates that the expansion of the Standard School was for students who could afford the studies and that in many occasions such schools operated in a precarious way, and the law was not enforced rigorously.

**Keywords:** Instruction of Teachers. Free Standard Schools. Public Instruction in the São Paulo state in 1927.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Mapa das Escolas Normais Paulistas em 1934.....	17
<b>Imagem 2:</b> Amadeu Mendes s/d.....	48
<b>Imagem 3:</b> Capa do documento <i>Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normaes Livres</i> (1929).....	66
<b>Imagem 4:</b> Capa do documento Bases para Organização e Execução dos Programas das Escolas Normaes de três anos (1929).....	67
<b>Imagem 5:</b> Capa do documento <i>Instruções Provisórias para a Execução do Programa de Didática nas Escolas Normaes Livres</i> .....	70
<b>Imagem 6:</b> Mapa das divisões regionais do estado de São Paulo de acordo com as estradas de ferro.....	102
<b>Imagem 7:</b> Localização das Escolas Normais criadas na região oeste paulista na década de 1920.....	107
<b>Imagem 8:</b> Localização das Escolas Normais criadas na região oeste paulista (1927-1945).....	107
<b>Imagem 9:</b> Segundo prédio da Escola Normal Livre de Lins.....	112
<b>Imagem 10:</b> Prédio da Escola Livre Nossa Senhora Auxiliadora, em Lins (construção iniciada em 1938).....	114
<b>Imagem 11:</b> Primeiro prédio da <i>Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo</i> .....	116
<b>Imagem 12:</b> Segundo prédio da <i>Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo</i> .....	117
<b>Imagem 13:</b> Capa do documento Regimento da Escola Normal Livre de Lins - 1936.....	120
<b>Imagem 14:</b> Desfile em comemoração cívica das alunas da <i>Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora</i> de Lins (s/d).....	121
<b>Imagem 15:</b> Anúncio da Escola Normal Livre de Lins.....	122
<b>Imagem 16</b> Sala de Educação Física da Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo e anexas.....	124
<b>Imagem 17:</b> Sala de Trabalhos Manuais da Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo e anexas – Sec. Masculina.....	124

<b>Imagem 18:</b> Biblioteca da Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo e anexas.....	125
<b>Imagem 19:</b> Sala de Ciências da Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo e anexas.....	125
<b>Imagem 20:</b> Primeira turma de alunos da Escola Normal Livre de Lins.....	131
<b>Imagem 21:</b> Alunos da primeira turma de normalistas da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio pardo e professores à direita.....	136

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> : Escolas Complementares (1985-1911).....	38
<b>Quadro 2</b> : Escolas Normais Primárias e Secundárias.....	39
<b>Quadro 3</b> : Cadeiras e aulas das Escolas Normais de 03 anos (Reforma de 1927).....	51
<b>Quadro 4</b> : Escolas Normais Paulistas Equiparadas (1928).....	76
<b>Quadro 5</b> : Escolas Normais criadas em 1928.....	86
<b>Quadro 6</b> : Escolas Normais criadas em 1929.....	88
<b>Quadro 7</b> : Escolas Normais criadas em 1930.....	89
<b>Quadro 8</b> : Escolas Normais criadas em 1932.....	89
<b>Quadro 9</b> : Escolas Normais criadas em 1935.....	90
<b>Quadro 10</b> : Matrícula Geral das Escolas Normais Paulistas – 1949.....	91
<b>Quadro 11</b> : Alunos matriculados no Ensino Primário e Normal no estado de São Paulo (1927-1928).....	94
<b>Quadro 12</b> : Matrícula Geral dos estabelecimentos estaduais de Ensino Primário, Pré Primário e Supletivo (1930-1936).....	95
<b>Quadro 13</b> : Matrículas Gerais do Ensino Primário na Delegacia de Ensino de Lins (1935-1936).....	96
<b>Quadro 14</b> : Escolas Normais do oeste paulista (1928-1945).....	108
<b>Quadro 15</b> : Formandos da <i>Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora</i> (1932-1946).....	133

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- A primeira Escola Normal (1846) e a Instrução Pública em São Paulo (1889-1930).....	27
1.1 Origens da Escola Normal Paulista.....	27
1.2 O movimento educacional paulista no Período Republicano (1889-1930): os três momentos de expansão da formação de professores.....	30
1.2.1 Disputas no cenário educacional paulista (1920-1930).....	43
CAPÍTULO 2 – A Reforma da Instrução Pública de 1927 – Reforma Amadeu Mendes.....	48
2.1 <i>Amadeu Mendes</i> na Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista (1927-1930).....	48
2.2 <i>A Reforma de 1927</i> : o terceiro momento de expansão da formação de professores São Paulo.....	52
2.3 <i>A Reforma de 1927</i> e os impressos.....	65
2.4 Escolas Normais Livres e Oficiais: 1927 – 1933.....	75
2.5 A expansão da Escola Normal para a expansão da Escola Primária.....	93
CAPÍTULO 3 – <i>A Reforma de 1927</i> e a expansão das Escolas Normais para o oeste paulista.....	101
3.1 Desenvolvimento e Instrução no oeste paulista.....	101
3.2 As Escolas Normais do oeste paulista: <i>Escola Normal Livre de Lins</i> (1929) e <i>Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo</i> (1928).....	110
3.3 Escola Normal Livre: organização física, administrativa e político-pedagógica.....	119
3.4 Inspeção escolar: a relação da Escola Normal Livre com a Diretoria Geral da Instrução Pública.....	127
3.5 Sujeitos: alunos, professores, diretores e inspetores.....	130
3.6 Saberes: o que se ensina e o que se aprende nas Escolas Normais Livres.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICE.....	151
ANEXOS.....	155

## INTRODUÇÃO

Nesta tese, apresento os resultados finais da pesquisa de Doutorado<sup>1</sup> em Educação intitulada *A expansão do Ensino Normal na região oeste paulista (1927-1933)* que tem por tema a *formação de professores no estado de São Paulo*. O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de expansão do Ensino Normal no chamado oeste paulista, entre 1927 e 1933 - período que abrange o ano de 1927 quando foi implantada a *Reforma da Instrução Pública Paulista*, organizada pelo então Diretor Geral *Amadeu Mendes*, em 1927, e termina no ano de 1933, com a implantação do *Código de Educação*, na administração de *Fernando de Azevedo* na Diretoria Geral do Ensino. Considero que após 1933 a Escola Normal Livre tomou rumos distintos do propósito de *Amadeu Mendes*, pois com as mudanças no cargo de Diretor da Instrução Pública, medidas foram implantadas para conter o crescimento das Escolas Normais Livres.

A pesquisa tem como objetivos específicos:

- analisar a *Reforma de 1927* e suas estratégias de expandir o Ensino Normal;
- analisar o processo de expansão do Ensino Normal no cenário das políticas educacionais do período, sobretudo no que concerne às políticas de expansão da escolarização primária;
- compreender as formas pelas quais a expansão do Ensino Normal ocorre, especificamente, na chamada região oeste<sup>2</sup> do estado, no período.

As Escolas Normais Livres pesquisadas nesta tese são a *Escola Normal Livre de Lins* e a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, ambas equiparadas pela *Reforma de 1927*, criadas pelo poder municipal e localizadas na região oeste paulista. A *Escola Normal Livre Guedes de Azevedo*, na cidade de Bauru, também foi criada nesse momento (em 1928), mas foi extinta em 1986 e não há documentação suficiente desse período que pudesse contribuir para a pesquisa e por isso, foi descartada da análise.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa de Doutorado contou com o auxílio da CAPES.

<sup>2</sup> As divisões geográficas utilizadas neste trabalho são baseadas em Camargo (1981), Love (1982) e Milliet (1982).

A investigação desenvolvida foi de natureza documental e bibliográfica e constituiu-se no estudo e análise da expansão do Ensino Normal e dos documentos das Escolas Normais selecionadas. É importante mencionar que este trabalho é um novo desafio para esta pesquisadora, pois nos projetos de pesquisa anteriores – tanto na Iniciação Científica quanto no Mestrado, os objetos e fontes foram os impressos de destinação pedagógica produzidos no âmbito de Escolas Normais. Não se trata de mudança de temática – formação de professores – mas de fontes e objetos de investigação. Com esta tese, levanto novos questionamentos sobre a formação dos professores no interior do estado de São Paulo, no segundo quarto do século XX e ressalto a importância da *Reforma de 1927* e das Escolas Normais Livres para o interior e o litoral paulista. Tal tarefa foi realizada por meio do estudo dos documentos presentes nos arquivos permanentes das Escolas Normais, de Relatórios de Inspectores Escolares e da imprensa periódica local e estadual.

O interesse inicial por desenvolver pesquisas na linha História da Educação no Brasil surgiu desde a graduação em Pedagogia (2004-2007), na Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília, onde realizei uma pesquisa de Iniciação Científica<sup>3</sup> sobre o tema formação de professores nas primeiras décadas do século XX, no Estado de São Paulo, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp). Desde então, venho realizando estudos na linha de pesquisa História da Educação no Brasil. A pesquisa de Mestrado em Educação<sup>4</sup> (2008-2010) também foi desenvolvida nessa linha e na mesma Faculdade, e resultou na dissertação intitulada *A Revista de Educação, o Nacionalismo e a Reforma de 1920: formação de professores em São Paulo*, defendida em julho de 2010. Esta tese pretende dar continuidade a tais trabalhos e resultou dos questionamentos que surgiram durante a elaboração da dissertação acima, que buscou compreender e analisar o ideário nacionalista, veiculado nas páginas da *Revista de Educação (1921-1923)*. Como resultado da dissertação compreendendo que tal periódico foi criado como estratégia editorial para fazer a propaganda da *Reforma do Ensino de 1920* – a qual tinha o nacionalismo como uma de suas bases.

---

<sup>3</sup> Orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Clara Bortoleto Nery e resultou na Monografia de conclusão de curso *Divulgando “novos” ideais de formação docente: a Revista de Educação (1921-1923)* apresentada em 2007.

<sup>4</sup> Esta pesquisa também foi orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Clara Bortoleto Nery e recebeu o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp).

Ambos os trabalhos citados acima foram desenvolvidos sob a perspectiva da História Cultural, com base nos estudos de Roger Chartier e Marta Maria Chagas de Carvalho.

Por meio dessas pesquisas que desenvolvi anteriormente, observei que após 1910 houve, sobretudo no estado de São Paulo, intensas cobranças pela expansão da Escola Primária que culminaram na *Reforma de 1920*, implantada por *Sampaio Dória*<sup>5</sup>, que reduziu o Ensino Primário para dois anos com o intuito de estender o acesso à escola a um maior número de estudantes. Contudo, as medidas desse período não foram suficientes para cumprir a promessa republicana de levar a instrução à população, e a década de 1920 foi marcada pelas críticas à Escola Normal – ao seu caráter propedêutico e ao baixo número de formandos. Em consequência dessas críticas e das reivindicações populares, houve diversas reformas da Instrução Pública nesse período e, em 1927, como medida de ampliação dos quadros de professores com formação, houve a equiparação das Escolas Normais Livres às Oficiais e a redução do Ensino Normal de cinco para três anos. As Escolas Normais Livres eram instituições tanto municipais quanto de iniciativa privada, e até esse momento, seu diploma não era reconhecido pelo estado. Os egressos das Escolas Normais Livres atuavam em Escolas Primárias particulares ou como professores leigos<sup>6</sup> nas Escolas Primárias públicas do estado. A partir da *Reforma de 1927*, as Escolas Normais Livres foram equiparadas às Escolas Normais Oficiais e seus egressos tiveram os mesmos benefícios. Entretanto, os egressos da *Escola Normal de São Paulo* tinham mais benefícios que todos os outros, uma vez que poderiam assumir cargos de diretores de escolas e outros cargos administrativos da Diretoria da Instrução Pública, por exemplo.

Fazia parte do ensino livre as instituições escolares que cobravam mensalidades para sua manutenção. Nesse sentido, as Escolas Normais criadas e mantidas pelos municípios também eram denominadas livres pela *Reforma de 1927* pois, também cobravam as mensalidades para se manterem. As Escolas Normais

---

<sup>5</sup> Diretor Geral da Instrução Pública entre 1920 e 1921.

<sup>6</sup> Vale ressaltar que os professores leigos, mesmo com a devida formação em Escolas Normais Livres, não tinham os mesmos direitos e benefícios dos professores formados nas Escolas Normais Oficiais.

Oficiais eram escolas estaduais, criadas e mantidas pelo estado e ofereciam ensino gratuito.

Considero que houve três momentos de expansão da formação de professores em São Paulo para atender à demanda do Ensino Primário durante o Período Republicano: o primeiro momento foi com a *Reforma Gabriel Prestes*, que criou as Escolas Complementares, e em 1895 foi estabelecido que os alunos que concluíssem o Curso Complementar e tivessem um ano de Prática de Ensino, cursado nas Escolas Modelos do estado poderiam ser nomeados professores primários com as mesmas vantagens concedidas aos diplomados pela Escola Normal; o segundo momento foi com a Reforma de *Oscar Thompson* (1911), que transformou as Escolas Complementares em Normais Primárias e Secundárias e criou novas escolas desse tipo, e a terceira foi com a *Reforma de 1927*, empreendida por *Amadeu Mendes*, que equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais e é nesse terceiro momento que foco este trabalho.

A partir dessas considerações, esta tese parte do questionamento de que, na impossibilidade de criar novas Escolas Normais Oficiais, o estado de São Paulo equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais para expandir o Curso Normal e atender à demanda do Ensino Primário. Expandindo o Ensino Normal expandiria também o Ensino Primário, uma vez que teria mais condições de provimento de professores nas Escolas Primárias.

O livro de Leonor Tanuri é o ponto de partida nesta investigação. Segundo a autora, a *Reforma de 1927* - concebida como medida de emergência -, foi implantada pelo Diretor Geral da Instrução Pública *Amadeu Mendes*, e dentre outras alterações, equiparou as Escolas Normais Livres (municipais e privadas), a serem fundadas no estado, às Escolas Normais Oficiais (1979, p. 181). Essa medida expandiu as Escolas Normais para o interior e o litoral do estado com a finalidade de formar professores para atender às localidades mais distantes dos grandes centros urbanos levando a Escola Primária a um maior número de alunos.

O fundamento da Reforma de 1927 centrava-se na falta de professores diplomados para prover as Escolas Rurais e Isoladas em regiões de difícil acesso. Assim, seria necessário reorganizar o ensino para suprir essa necessidade.

Ao me deparar com as críticas sobre as Escolas Normais Oficiais presentes na minha dissertação de mestrado e com o número de Escolas Normais Livres que existiram no entorno de Marília, comecei a elaborar o seguinte questionário de investigação: Se, segundo as críticas, as Escolas Normais Oficiais não formavam adequadamente professores e funcionavam de maneira precária, por quais motivos a *Reforma de 1927* optou pela expansão de instituições de formação de professores pela via da equiparação? Quais seriam as contribuições destas instituições para a expansão da escolarização primária paulista? Tal equiparação teria contribuído com a derrocada do modelo escolar paulista, na acepção de Marta Carvalho, uma vez que deslocava o foco da formação de professores realizada pelas Escolas Normais Oficiais?

Para a realização desta tese foram necessárias inúmeras visitas aos arquivos das escolas selecionadas<sup>7</sup>, às Diretorias de Ensino e demais acervos para buscar e digitalizar documentos que poderiam contribuir com a pesquisa. Os acervos visitados foram:

- Acervo do Centro do Professorado Paulista, em São Paulo;
- Acervo particular dos pesquisadores Celso Prado e Junko Sato;
- Acervo particular do Jornalista Carlos Eduardo Motta Carvalho;
- Arquivo Permanente do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Marília-SP;
- Arquivo Permanente do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Lins-SP;
- Arquivo Permanente da Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira, em Santa Cruz do Rio Pardo-SP;
- Arquivo Permanente da Escola Estadual Nhonho Braga, em Piraju-SP;
- Arquivo Permanente da Escola Estadual Fernando Costa, em Presidente Prudente-SP;
- Arquivo Permanente da Escola Estadual Clybas Pinto Ferraz, em Assis-SP;

---

<sup>7</sup> Apesar desta tese ter duas Escolas Normais Livres como objeto, ao longo da pesquisa foram visitas oito Escolas Normais, tanto Livres como Oficiais, na região oeste paulista.

- Arquivo Permanente da Escola Estadual Bento da Cruz, em Araçatuba-SP;
- Arquivo Permanente da Escola Estadual Caetano de Campos, em São Paulo;
- Arquivo da Diretoria de Ensino de Bauru-SP;
- Arquivo da Diretoria de Ensino de Marília-SP;
- Arquivo Público do Estado de São Paulo;
- Centro de Referência da Educação Governador Mario Covas, em São Paulo;
- Centro de Memória da Educação da USP, em São Paulo.

A pesquisa de Doutorado em Educação teve, em um segundo momento, mas não menos importante, o objetivo de conscientizar a comunidade escolar e também acadêmica sobre a importância da preservação da memória e dos documentos como rico material de pesquisa para análise do ensino brasileiro ao longo da história. Além disso, é importante conscientizar as escolas, seus funcionários e gestores sobre as parcerias que se podem estabelecer com os pesquisadores, pois encontrei muita dificuldade em conseguir autorização para pesquisar os arquivos de algumas escolas.

As Escolas Normais pesquisadas (da cidade de Lins e de Santa Cruz do Rio Pardo) foram escolhidas por terem sido criadas durante a vigência da *Reforma de 1927* e por serem localizadas na região oeste paulista – uma das últimas regiões do estado a se desenvolver. A Imagem 1 mostra as Escolas Normais paulistas até 1934.

**Imagem 1:** Mapa das Escolas Normais Paulistas em 1934<sup>8</sup>



**Fonte:** Tanuri (1979).

Pela Imagem 1, observei que existiam, até o ano de 1934, apenas três Escolas Normais Livres na região Oeste – a *Escola Normal Livres de Lins*, a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* e a *Escola Normal Livre Guedes de Azevedo* em Bauru -, enquanto em outras regiões esse número era bem maior. Desse modo, meu interesse foi questionar como se deu o processo de expansão das Escolas Normais nessa região.

Então, considerei que esse processo de expansão das Escolas Normais foi distinto devido às particularidades econômicas, culturais e sociais das diversas

<sup>8</sup> O mapa foi marcado pelo retângulo em vermelho para evidenciar a área do estado de São Paulo onde não havia Escolas Normais.

regiões do Estado pois, há regiões mais desenvolvidas e mais populosas que outras e tais aspectos precisam ser considerados.

Para compreender essas mudanças no quadro legal e o processo de expansão do Ensino Normal, foram necessárias buscas por documentos nas Escolas Normais e demais arquivos que pudessem dar informações sobre a organização dessas escolas. Na ausência de documentos e dados oficiais<sup>9</sup>, as evidências foram reconstituídas por meio de relatórios, artigos de revistas pedagógicas, jornais ou recortes da época e fotografias que pudessem preencher as lacunas sobre como eram essas escolas. Para isso, estabeleci o seguinte procedimento: levantamento, leitura e análise de bibliografias sobre o tema História da Formação Docente; levantamento e seleção das escolas normais criadas entre 1928 e 1933 que ainda preservam o arquivo permanente; busca, digitalização, seleção, organização e catalogação dos documentos do arquivo permanente, programas de ensino, regulamentos, cadernos de anotações etc.; busca por jornais e documentos de/sobre as Escolas Normais Livres pesquisadas, nas cidades onde elas se localizavam; leitura e análise do material. A digitalização foi necessária, uma vez que a pesquisa foi realizada no campus da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília. Desse modo, as fontes da pesquisa são:

- Livros de Matrículas;
- Livros de inscrição para exame de admissão;
- Atas de Exames parciais e finais;
- Livros de Registro de Diplomas ou Livro de Diplomas,
- Livros de Visitas;
- e demais documentos como fotografias, programas, Atas da Câmara de Vereadores, relatórios e jornais da época que forneceram informações sobre a expansão do Ensino Normal e o cotidiano das Escolas Normais Livres.

---

<sup>9</sup> Considero que é importante pontuar que no Arquivo Público do Estado de São Paulo não foi encontrado nenhum documento que pudesse fornecer dados sobre a organização e funcionamento dessas escolas.

O desenvolvimento desta pesquisa teve como fundamento as perspectivas da História Cultural com base nos estudos de Carvalho (1998), Certeau (2008) e Chartier (1990, p.16-17), que considera que:

A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real.

E também, com base nas considerações de Certeau (2008, p. 66) sobre “operação historiográfica”. Este autor considera que:

Encarar a história como operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da realidade da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto prática’. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*. (grifos do autor).

A análise dos documentos das Escolas Normais revela as transformações culturais e políticas que emergiam em diversos momentos e as tendências pedagógicas que formavam os professores. E, ainda, permite analisar os “projetos pedagógicos e modelos culturais” que circulavam pelas Escolas Normais da região. Desse modo, os arquivos das Escolas Normais são importantes fontes de estudos e guardam informações relevantes sobre os modelos culturais que formavam os professores em diferentes momentos da História da Educação no Brasil que ainda não foram exploradas.

Compreendo que os documentos analisados fornecem representações do que foi Escola Normal Livre, pois tais documentos, em diferentes suportes, trazem representações que foram construídas pelos agentes que os elaboraram. Trago no capítulo 3, aproximações daquilo que está representado na documentação sobre a

Escola Normal Livre. Para isso, me aproprio do conceito de representação proposto por Chartier. Segundo o autor (1990, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Nesse sentido, os acervos das Escolas Normais fornecem importantes fontes de análise para compreender como as determinações oficiais chegaram e foram cumpridas pelos agentes escolares.

Este trabalho tem a finalidade de contribuir com os estudos e pesquisas sobre a História da Formação Docente e sobre o estudo das Escolas Normais do estado de São Paulo. Para isso, a revisão de literatura se torna imprescindível para situar a importância desta tese no conjunto de pesquisas que tratam dessa temática. Vale ressaltar que há muitos estudos sobre as dez primeiras Escolas Normais Oficiais paulistas, mas poucos sobre as Escolas Normais Livres e Oficiais criadas após a *Reforma de 1927*. Por isso, este trabalho visa ao aprofundamento dos estudos das medidas implantadas por essa Reforma e a organização das Escolas Normais criadas em seus preceitos.

Há muitos trabalhos que têm a formação de professores como tema. Mas para a revisão de literatura, apresentada abaixo, estabeleci alguns critérios. Procurei escolher trabalhos que estudaram as Escolas Normais no estado de São Paulo e que apresentam dados sobre o Ensino Normal desde a criação da primeira Escola Normal em São Paulo como Tanuri (1979), Monarcha (1999), Almeida (1998) e Meneses (2012) para compreender como se estruturaram as Escolas Normais do Período Imperial até o fim da Primeira República e assim, compreender os três momentos de expansão da formação de professores em seus diversos aspectos como a feminização do magistério estudada por Almeida (1998). Os trabalhos de Nosela e Buffa (2002), Furtado (2007), Rampi (2007) e Sandano (2009) subsidiaram a organização desta tese, pois são estudos sobre Escolas Normais Oficiais e Livres do interior paulista que abrangem o período republicano, com exceção de Furtado. Contudo, conhecer a tese de Furtado é importante, pois essa pesquisadora realiza

um estudo comparado entre duas Escolas Normais (uma Livre e outra Oficial). O Livro de Mascaro (1956) apresenta informações sobre a criação das Escolas Normais Livres e Oficiais de 1927 até 1956 e forneceu dados imprescindíveis para o mapeamento da criação das Escolas Normais Livres apresentado ao longo desta tese.

O livro de Maria Leonor Tanuri (1979), intitulado *O Ensino Normal em São Paulo: 1890-1930*, publicado em 1979, traz um estudo sobre a estrutura didática da Escola Normal paulista nas diversas reformas educacionais empreendidas pelo estado nesse período. Tanuri considera que a Escola Normal alcançou sua importância no cenário educacional paulista por meio das reformas educacionais do período republicano.

O livro de Carlos Monarcha, publicado em 1999, intitulado *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*, é um estudo documental sobre a *Escola Normal da Capital*, conhecida como *Escola Normal da Praça*, e seu significado para a cidade de São Paulo. Nesse trabalho, o autor considera que a trajetória da Escola Normal foi marcada, entre os anos de 1840 e 1930, por fechamentos que indicam o descaso pela educação. A instituição de ensino, criada para formar professores que levassem a instrução e a civilidade (luz) à sociedade, foi deixada em condições materiais, físicas e humanas muito precárias que a levaram ao seu fechamento em diversos momentos. O autor visa a mostrar a contradição entre os discursos políticos e as reais condições em que a educação se dava.

O livro *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*, de Jane Soares de Almeida, publicado em 1998, alude ao processo de feminização do magistério no fim do século XIX e meados do século XX. A autora explica que essa investigação é um trabalho complexo, pois são muitos os fatores que contribuíram para a saída dos homens e ocupação maciça pelas mulheres nos cargos de professores, sobretudo na Escola Primária.

Almeida (1998, p. 26-27) considera que as transformações socioeconômicas e também culturais ocorridas com a implantação do regime republicano e o processo de urbanização e industrialização, as duas guerras mundiais e seus efeitos na mentalidade da sociedade da época coincidiram com as primeiras manifestações

feministas, em diversos países, contra a opressão e a desigualdade social a que estavam submetidas.

O processo de industrialização e salários melhores em outras profissões contribuíram para afastar os homens da carreira do magistério, que tinha salários menores. A Igreja Católica também contribuiu para atrair as mulheres para as Escolas Normais, com a ideia de que a profissão de professora era a mais adequada para a mulher, pela associação da ideia da maternidade com o cuidado e a educação das crianças. Além desses fatores, a luta das mulheres para ganhar espaço e reconhecimento no mercado de trabalho também está relacionada com a feminização do magistério, que possibilitou às mulheres uma oportunidade de trabalho. De acordo com Almeida (1998, p. 28),

A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que 'ser professora' se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar - pelo menos era o discurso oficial do período. Para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de libertação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional envolta na aura da maternidade.

Assim, muitas jovens viram na Escola Normal uma oportunidade de ampliar os estudos e conseguir uma profissão respeitável.

A dissertação de Marcelo Figueiredo de Meneses, apresentada em 2012, intitulada *Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)*, investigou os caminhos percorridos pelos professores formados pela *Escola Normal da Capital*. O trabalho analisou a trajetória profissional desses professores, verificando para quais Escolas Primárias ou cargos foram nomeados ou se removeram. O estudo também verificou por quais regiões do estado se deslocaram, com o objetivo de mapear a distribuição desses professores pelo território paulista. Meneses (2012) constatou que a disseminação desses profissionais foi restrita, pois se concentravam em cargos nos grandes centros urbanos e pouco permaneciam nas Escolas Isoladas das periferias e zonas rurais.

Com essas considerações, o trabalho de Meneses traz apontamentos que podem justificar a *Reforma de 1927*, que tinha o objetivo de equiparar as Escolas Normais Livres às Oficiais e formar professores para as regiões de difícil acesso, sobretudo para as Escolas Isoladas.

No livro *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)*, publicado em 2002, Paolo Nosella e Ester Buffa apresentam os resultados da pesquisa histórica sobre a estrutura física, organizacional e pedagógica da *Escola Normal de São Carlos* e de todo o desenvolvimento educacional na região. Os autores enfatizam a importância dos estudos de cultura geral no Curso Normal necessários para formar professores de elite para as Escolas Primárias paulistas e consideram que o prestígio da Escola Normal decresce, enquanto a linha de inserção no mercado de trabalho segue sentido oposto (2002, p. 100). O trabalho pretende responder a questões como: quem eram os professores? Quem eram os alunos? Que saberes eram ensinados nessa escola? Tem como fonte documentos diversos da escrituração da Escola, jornais, revistas, legislação do período, relatos orais de ex-alunos e contribui para a compreensão da importância da Escola Normal na Primeira República. Tais questões apontadas pelos autores também são questões a que pretendo, de certa forma, responder neste texto.

Alessandra Cristina Furtado, em sua tese de Doutorado (defendida em 2007) intitulada *Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas Escolas Normais de Ribeirão Preto (1944-1964)*, como o próprio título já menciona, fez um estudo comparado sobre a formação de professores entre a *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora* (privada e confessional católica destinada apenas para moças) e a *Escola Normal Oficial de Ribeirão Preto*. Apesar de essa pesquisa se referir a um período distinto do qual investigo, o estudo de Furtado contribui, pois é um dos poucos trabalhos que analisam a Escola Normal Livre e tratam da *Reforma de 1927*. O foco de Furtado foi comparar as práticas de formação docente nas duas instituições e identificar semelhanças e diferenças considerando a esfera privada e pública, o corpo discente e o docente, a grade curricular, os livros didáticos usados nas disciplinas pedagógicas e a recuperação dos percursos profissionais dos egressos. A autora considera que a criação das instituições faz parte do processo de expansão do Ensino Normal e que isso ampliou

as oportunidades de prosseguimento nos estudos dos concluintes do Curso Ginásial.

A dissertação intitulada *A Formação de Professoras da Escola Normal do Colégio Santa Inês: educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937)*, de Dorcelina de Fátima Rampi, apresentada em 2007, traz o estudo histórico sobre a formação de professoras de uma Escola Normal Livre confessional católica, anexa ao *Colégio Santa Inês*, em São Paulo. Tal Escola Normal foi criada a partir da *Reforma de 1927*, que equiparou as Escolas Normais Livres às Oficiais. Contudo, o objetivo de Rampi (por fazer parte da Congregação Salesiana) é focar a atuação educativa (prática pedagógica) dessa Congregação no Brasil, por meio dos documentos da escola e, por isso, não se aprofunda nos estudos sobre as críticas à Escola Normal que havia no momento, nem nas medidas da *Reforma de 1927*. Rampi busca responder como era a pedagogia católica na formação de professoras e o que a diferenciava da laica, e contribui para esta tese, pois alguns documentos discutidos pela autora são os mesmos encontrados nas Escolas Normais Livres que pesquisei.

O artigo de Wilson Sandano (2009), sobre a criação da *Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba*, em 1929, intitulado *A Criação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba*, também traz elementos importantes para esta tese. Os anseios da sociedade sorocabana em ter uma Escola Normal na cidade podem ter sido os mesmos que moveram todas as outras cidades a criarem suas Escolas Normais municipais.

Sandano (2009) relata a importância que a Escola Normal representava para Sorocaba e região e considera que sua criação se deu pela pressão e reivindicações da população. Mas, por outro lado, considera que, apesar de a população apoiar a criação da Escola Normal, ela foi destinada apenas para uma elite que poderia pagar as taxas.

Além disso, o texto de Sandano traz dados indicativos de que os municípios e a população reivindicaram a criação de Escolas Normais e tal movimento, evidenciado também pela imprensa sorocabana, pode ter acontecido em outras cidades, inclusive do oeste paulista.

O livro *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: subsídios para o estudo de sua reforma*, de Carlos Corrêa Mascaro, publicado em 1956, apresenta um estudo sobre a Escola Normal paulista desde a *Reforma de 1927* até 1954, bem como uma análise das reformas educacionais que ocorreram nesse período, e apresenta também dados estatísticos como número de Escolas Normais criadas no estado, número de matrículas, entre outros. Com esse levantamento, o autor pretende discutir as deficiências e valorizar a formação dos professores.

Vale ressaltar também o livro *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*<sup>10</sup>, publicado em 2008, que reúne vinte e dois trabalhos sobre Escolas Normais no Brasil em diversos recortes de nossa história educacional e põe em relevo essas escolas que foram importantes para o desenvolvimento educacional do país, apesar de, em muitos momentos, funcionarem em condições precárias. Além desses trabalhos, encontrei referências sobre trabalho de Tirsia Regazzini Peres, intitulado *Advento da Escola Normal Livre e seus resultados comparados com os da Normal Oficial (1927-1930)*<sup>11</sup>, publicado em 1966. Contudo, esse trabalho não foi localizado.

Assim, esta tese busca ressaltar a importância da *Reforma de 1927* para a expansão da Escola Normal pelo interior e pelo litoral e para o desenvolvimento da instrução em todo o estado de São Paulo, bem como busca trazer novos questionamentos sobre a história da formação docente em São Paulo que se distanciem da *matriz azevediana* da História da Educação. Pensando nas considerações de Carvalho (1989, 2003), os trabalhos que se baseiam na *matriz azevediana* desconsideram que houve ações significativas antes dos chamados *pioneiros da Escola Nova* assumirem os cargos importantes na Instrução Pública. Este trabalho pretende mostrar que transformações importantes ocorreram na instrução em vários momentos da História da Educação no Brasil.

Esta tese foi dividida em três capítulos: no primeiro, busco contextualizar a criação da *Escola Normal em São Paulo*, desde sua abertura em 1846 englobando os fechamentos que ocorreram ao longo de sua história. Também apresento a

---

<sup>10</sup> Organizado por José Carlos de Araújo, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Antônio de Pádua Carvalho Lopes.

<sup>11</sup> A única biblioteca paulista que possui o livro é a Biblioteca da Faculdade de Educação da USP, em São Paulo, porém, esse livro está desaparecido do acervo.

contextualização da instrução pública na Primeira República, os conflitos e as reformas educacionais que marcaram os três momentos de expansão do Ensino Normal no estado de São Paulo.

No segundo capítulo, realizo um estudo sobre a atuação de *Amadeu Mendes* durante o período em que foi Diretor da Instrução Pública paulista e analiso a *Reforma de 1927* para compreender as medidas e determinações que pretendiam expandir o Ensino Normal e as mudanças que essa Reforma implantou na formação de professores primários. Apresento ainda, um estudo sobre publicações da Diretoria da Instrução Pública, periódicos e jornais da época que divulgavam orientações aos professores e notícias sobre a implantação da Reforma.

No terceiro e último capítulo, passo a analisar aspectos da criação e do funcionamento da *Escola Normal Livre de Lins* e na *Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo* para compreender como ocorreu a expansão do Ensino Normal pela região oeste paulista e em que medida a política de expansão da formação de professores foi concretizada por essas escolas.

As considerações finais a que chego, são em geral, que na impossibilidade de criar novas Escolas Normais Oficiais o governo equiparou as Escolas Normais Livres às Oficiais para expandir o Ensino Normal e formar mais professores para atender as regiões de difícil acesso. A ampliação do Ensino Normal ocorreu com o intuito de expandir a Escola Primária.

## **CAPÍTULO 1- O Ensino Normal na Primeira República: antecedentes e efetivação de um modelo escolar**

### **1.1 Origens da Escola Normal paulista**

Com o *Ato Adicional de 1834*, os governos das Províncias do Império ficaram com a responsabilidade de desenvolver e legislar sobre o ensino elementar e preparar os professores para essas escolas que seriam criadas. A Constituição de 1891 irá reafirmar a descentralização, cabendo aos estados o Ensino Primário<sup>12</sup> e o Ensino Normal.

A primeira Escola Normal paulista, denominada *Escola Normal de São Paulo* (localizada na cidade de São Paulo), foi fundada pela *Lei Provincial nº 34*, de 16 de março de 1846, com um programa curricular bastante modesto, duração de dois anos e com apenas um professor que também tinha a função de diretor. Nesse período, funcionou em uma sala do prédio da *Catedral da Sé*, e o curso era destinado apenas para alunos do sexo masculino, formando uma turma a cada dois anos. Essa instituição foi fechada pela Lei nº 6, do Orçamento Provincial, de 10 de julho de 1867, criticada pelo currículo simplificado e pelo reduzido número de formandos (DIAS, 2008, p. 82). De acordo com Monarcha (1999), há indícios de que ela funcionava em condições muito precárias, o que ocasionou seu fechamento.

Anos mais tarde, a Escola Normal foi novamente aberta pela *Lei Provincial nº 09*, de 22 de março de 1874, junto à Academia de Direito de São Paulo. Nesse período, ela funcionava com dois professores, e houve a ampliação das matérias propedêuticas do programa de ensino (DIAS, 2008, p. 83). Com a reabertura da Escola Normal, houve também a abertura do curso para as alunas do sexo feminino (ALMEIDA, 1998, p. 58), que funcionou no Seminário da Glória. Em 1878 (Ato do Presidente da Província, de 09 de maio), a Escola fechou novamente por falta de verba orçamentária (MENESES, 2012, p. 42). Os trabalhos de Dias (2008) e

---

<sup>12</sup> Ensino Primário seria a primeira etapa da instrução, denominado também de Ensino Elementar e o Ensino Complementar. Segundo Escobar (1933, p. 17), “o ensino primário constava do curso primário preliminar com cinco anos de estudo e do curso complementar com quatro. Sendo este um verdadeiro curso secundário e havendo falta de professores, o complementar teve direito de diplomar professores”.

Monarcha (1999) indicam que o segundo fechamento foi devido à precariedade do funcionamento da Escola.

De acordo com Dias (2008, p. 85), com a *Lei nº 130*, de 25 de abril de 1880, a Escola Normal foi reaberta, de forma definitiva, com um currículo ampliado para cinco cadeiras com duração de três anos e aulas mistas. Sobre essa nova reabertura da Escola Normal de São Paulo<sup>13</sup>, Meneses (2012, p. 44) pontua que

[...] a Escola Normal passou a manter uma instabilidade institucional, apesar de algumas reformas pontuais que ocorreram no decorrer da década de 1880, consolidando-se como local de produção de discussão sobre a instrução pública e de questões sociais. A Escola Normal de São Paulo tornou-se em poucos anos o local onde se formou um conjunto de professores que atuou efetivamente na administração e na produção intelectual, pedagógica e didática referente à instrução pública paulista.

Apesar da instabilidade e das críticas à formação pedagógica oferecida pela *Escola Normal de São Paulo*, ela teve sua importância no cenário educacional paulista, pois passou a ser um local de discussão sobre a educação, e seus egressos ocuparam cargos importantes na administração pública. Sobre os formandos da primeira década republicana, Monarcha (2009, p. 210) argumenta que

Os alunos que concluem o Curso Normal da Escola Normal da Capital integram o escol do professorado paulista, exercendo o magistério nas escolas complementares e ginásios e ocupando os cargos técnico-burocráticos da instrução pública – inspetores distritais de ensino, inspetor geral, diretores de escolas-modelo e grupos escolares. E é esse escol de normalistas, particularmente aqueles que exercem o magistério nas escolas-modelo ou ocupam postos técnico-burocráticos, que irá produzir novos conhecimentos aplicados à educação – cartilhas, métodos e técnicas de ensino, bases psicológicas e fisiológicas da educação, organização escolar -, colocando termo à hegemonia exercida pelos bacharéis em direito no campo da instrução pública: a educação configura-se como objeto de investigação que deve ser tematizado pelos próprios normalistas.

---

<sup>13</sup> Em 1894, a Escola Normal de São Paulo, também conhecida como Escola Normal da Capital e da Praça da República (pela sua localização na Praça da República em São Paulo), foi denominada Escola Normal Caetano de Campos; em 1911, Escola Normal Secundária Caetano de Campos. Com a Reforma Sampaio Dória, voltou a denominar-se Escola Normal Caetano de Campos, e após o Código de Educação de 1933, passou a denominar-se Instituto de Educação Caetano de Campos.

A Escola Normal e os professores que formou tiveram importante papel no desenvolvimento da instrução pública e de outras áreas em São Paulo, pelos cargos administrativos que ocuparam e pela produção intelectual, intensificada após a proclamação da República. Isso solidifica a ideia de que a Escola Normal seria o alicerce<sup>14</sup> do professorado público paulista e, por isso, para ampliar o Ensino Primário dever-se-ia reformar e expandir a Escola Normal.

Com a reabertura da Escola Normal em 1880, o programa de ensino foi estendido, com um número maior de cadeiras, e o curso passou a ter duração de três anos. Porém, a formação pedagógica não deixou de ser criticada pelas suas deficiências, o que pode ter contribuído para que ela ganhasse destaque nas reformas do ensino republicanas. Meneses (2012, p. 46) argumenta que

Mesmo com as deficiências da instituição, foi a partir da década de 1880, que a Escola Normal de São Paulo adquiriu um papel de centralidade para a efetiva reforma da instrução primária. E o professor, formado nessa instituição, era agente privilegiado e imprescindível nesse processo de implantação de uma rede de ensino público melhor aparelhada e eficiente que pudesse atrair uma parcela maior da população em idade escolar.

Com o advento da República, a instituição passou a ser peça-chave para toda a 'evolução' do ensino elementar, e a formação de professores capacitados, uma questão de primeira ordem nos discursos dos republicanos, pelo menos nas décadas iniciais do novo regime.

Nesse sentido, a centralidade da Escola Normal e da formação profissional do professor ganha cada vez mais importância no olhar dos intelectuais que tomaram a função de reconstruir a nova nação republicana. Monarcha (1999, p. 343) alude que

Paulatinamente, desde meados do Segundo Reinado a Escola Normal foi adquirindo relevância na vida intelectual e cultural na Província de São Paulo. Com as reformas republicanas de ensino efetuadas a partir da década de 1890 e até as primeiras décadas do século XX, tal instituição transformou-se em padrão de excelência e respeitabilidade do aparelho escolar do Estado de São Paulo, base institucional do sistema de formação de professores primários e centro de produção de uma cultura urbana recorrentemente atualizada.

---

<sup>14</sup> Como também salienta Meneses (2012).

Sendo assim, a Escola Normal era a *menina dos olhos* dos educadores e intelectuais do período e foi considerada peça fundamental no processo de modernização da Instrução Pública Paulista, sobretudo da Escola Primária, e por isso, algumas reformas, como as de 1890, 1911, 1920 e 1927 reorganizaram a Escola Normal a fim de ampliar a Escola Primária.

A partir de 1911, aumenta o número de Escolas Normais, chegando a dez escolas e tem-se a institucionalização e a uniformização dos procedimentos, saberes e práticas da formação de professores. Inicia-se, assim, a substituição de professores leigos por profissionais preparados. Tal substituição tomou novos rumos após a *Reforma de 1927*, que proporcionou o aumento das Escolas Normais no estado e, conseqüentemente, o aumento dos professores formados, levando, em 1930, à solicitação da Diretoria Geral da Instrução Pública pela exoneração de professores leigos.

## **1.2 O movimento educacional paulista no Período Republicano (1889-1930): os três momentos de expansão da formação de professores**

O estado de São Paulo certamente contribuiu para as discussões das questões educacionais no Brasil, principalmente no período da Primeira República, e mereceu destaque na História da Educação Brasileira pelas ações empreendidas. Para Bittencourt (1990, p. 19), na Primeira República (1889-1930), o estado de São Paulo “destacava-se no cenário educacional nacional, tornando-se um dos espaços privilegiados de transformações econômicas e sociais”. Ainda para essa autora (1990, p. 20-21), “o aumento populacional que acompanhou o crescimento econômico se fez com imigrantes provenientes da Europa, expulsos pela penetração do capitalismo em suas áreas de origem, como no caso dos italianos”.

Com o advento da República, São Paulo foi considerado pioneiro e autônomo nas ações educacionais. O período foi marcado por uma intensa valorização da educação e dos elementos nacionais como forma de legitimar o regime republicano que se instaurava. Para Carvalho (1989, p.7), nesse período a escola foi,

[...] no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso. [...] A escola foi, em consequência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do Progresso, na nova ordem que se instaurava. Passa, no entanto, a ser considerada “arma perigosa”, exigindo a redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação.

Nesse período a escola foi, então, vista como arma contra o analfabetismo da população brasileira e dos filhos de imigrantes estrangeiros que se instalavam no território. Sem cultura e disciplina, os imigrantes eram considerados um freio para o progresso e para a construção da sociedade moderna republicana que os intelectuais republicanos almejavam. Assim, consolidou-se nas primeiras décadas do século XX, entre os intelectuais que se incumbiram de reconstruir a Nação Republicana, “a crença de que na educação residia a solução dos problemas que identificavam” (CARVALHO, 1989, p. 9), por sua função de conformar e homogeneizar as mentes e a cultura. A escola, além ensinar a ler e a escrever, era chamada a civilizar e formar uma nova nação.

Nessa perspectiva, a escola de imigrantes estrangeiros precisava ser combatida e a propagação da instrução representava a tentativa de ampliar a escola civilizadora em São Paulo. Segundo Carvalho (1989, p. 10), havia no início da República a ideia de que a população brasileira precisava ser regenerada, pois sua imagem era doente, com vícios e improdutiva<sup>15</sup>, e os imigrantes implantavam no país a sua cultura<sup>16</sup>, dificultando a formação de uma nação brasileira. Era preciso superar o passado escuro do Período Monárquico e formar uma nova sociedade. Caberia, assim, à educação e à escola, formar e disciplinar a *nova* sociedade brasileira. Para Carvalho (1989, p. 10),

---

<sup>15</sup> Segundo Carvalho (1989, p. 11), nesse momento é ressaltada a questão da falta de preparo e adiestramento do negro e do mestiço para o trabalho livre e, por isso, eram considerados improdutivos.

<sup>16</sup> Ainda segundo Carvalho (1989, p.11-12), no imaginário republicano, o imigrante não é mais visto como exemplo de operosidade e disciplina como era ainda nos primeiros anos da República. Devido às greves operárias, o imigrante se torna presença incômoda para a vida nacional. Além disso, o imigrante cultivava fortemente a cultura de seu país de origem, sem ter sentimento patriótico pelo país que o acolheu.

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações.

Sendo assim, a educação, em todos os níveis, é ressaltada pelos intelectuais republicanos como forma de construir a nação e formar o novo homem brasileiro. Nesse contexto de desenvolvimento cultural do Brasil, a educação é considerada

[...] fator de resolução de problemas sociais, e porque havia a necessidade objetiva de integrar e disciplinar sobretudo o imigrante para o trabalho na lavoura cafeeira, projetar e realizar a educação escolarizante torna-se a tarefa republicana por excelência, tanto na fase de propaganda quanto na fase de instituição do regime. (HILSDORF, 2003, p. 60-61).

A escolarização passa a ser vista como o principal meio para a formação do cidadão republicano brasileiro e para a fixação do imigrante estrangeiro no país que o acolheu. Ela tinha a função de moldar a população para apagar a imagem de Jeca Tatu<sup>17</sup> do homem brasileiro. O personagem de Lobato retrata um brasileiro degradado e impossibilitado de construir a nação republicana que os intelectuais tanto almejavam, nas primeiras décadas do século XX, e a educação foi o melhor meio encontrado para solucionar esses problemas e formar os republicanos para a nova Nação. De fato, a educação foi “o elemento de regeneração da nação, um instrumento para a reforma social e propulsora do progresso e da civilização” (SOUZA, 2000, p. 106). Sobre os imigrantes e o analfabetismo, Carvalho (1989, p. 41), salienta que

Só resolvendo o problema do analfabetismo é que o Brasil poderia assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca da fortuna esquiva. Não havia como fugir do dilema: ou o Brasil manteria o centro dos seus destinos, desenvolvendo a cultura de seus filhos, ou seria dentro de algumas gerações absorvido pelo estrangeiro que para ele aflui.

---

<sup>17</sup> De acordo com De Lucca (1999), o personagem Jeca Tatu, do conto Urupês (1914), é produto da avaliação que Monteiro Lobato vinha tecendo sobre o Brasil e os brasileiros, desde a Faculdade de Direito. Isso indica que a população brasileira não era bem vista por esse intelectual.

Apesar das críticas ao analfabetismo e das deficiências da Instrução Pública paulista, é importante ressaltar o papel modelador que o estado de São Paulo desempenhou, junto às outras unidades da Federação, em relação à organização do Ensino Primário e Normal, durante as primeiras décadas da República. Na ausência de modelos e normas fixadas pelo governo federal, o estado de São Paulo, além de distinguir-se nos setores político e econômico, destacou-se também no setor educacional.

A escola foi vista, no estado de São Paulo, como marca republicana, “o sinal da diferença entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso” (CARVALHO, 1989, p. 23). Os republicanos paulistas buscaram “dar a ver a própria República e seu projeto educativo e, por vezes, espetacular” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 52). Por isso a construção de prédios de escolas monumentais - como o prédio da *Escola Normal da Capital* - e a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. Carvalho (1989, p. 25) aponta que

Para fazer ver, a escola deveria se dar a ver: Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava.

A construção de prédios escolares grandiosos foi uma estratégia republicana para legitimar a ideia de progresso e de modernidade que a República procurava instaurar no país, como demonstra estudo sobre a arquitetura escolar, de Vidal e Faria Filho (2005).

Devido às reformas que empreendeu, o estado de São Paulo se tornou modelo, em termos de organização da instrução, para as demais Unidades Federadas do país que levavam daqui os educadores, a caracterização dos prédios, a mobília, os livros e os materiais didáticos para serem usados em suas escolas. Sobre as ações paulistas, Carvalho (2003, p. 23) alude que a escola foi,

no estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instruir entre o passado de trevas, obscurantismo e pressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso.

É importante salientar que a Escola Normal e suas estratégias de formação docente compõem o que Marta Carvalho denomina de *modelo escolar paulista*. Em seus trabalhos<sup>18</sup>, Carvalho ressalta o processo histórico de consolidação, expansão e corrosão do *modelo escolar* que balizou as primeiras iniciativas republicanas de institucionalização da escola em São Paulo. O *modelo escolar paulista* é caracterizado por Carvalho (2011, p. 185) “como modelo produzido por uma pedagogia, uma política e uma estratégia de formação docente articuladas segundo uma lógica regida pelo primado da visibilidade”. De acordo com Carvalho (2011, p. 188-189),

Como ferramenta de descrição e análise, um modelo exige que os elementos que o compõem sejam situados nas redes de relações que o constitui. No caso em questão, falar em modelo escolar remete à pluralidade e à historicidade dos dispositivos científicos, religiosos, políticos e pedagógicos, em cuja interseção se produziu na modernidade, uma modalidade escolar de educação. A adjetivação ‘paulista’ remete às iniciativas republicanas de institucionalização escolar no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do regime. Pensada nessa tripla dimensão é que a concepção de modelo escolar paulista é ferramenta útil de descrição e análise das práticas e dos dispositivos de institucionalização da escola em São Paulo, nas primeiras décadas da República.

Nesse sentido, a Escola Normal e suas estratégias de formação, como observação e prática de aulas nas Escolas Primárias anexas, fazem parte de um modelo escolar. Contudo, não pretendo me estender sobre o modelo escolar presente na *Reforma de 1927*, pois penso que isso demandaria outra pesquisa.

Devido a todas essas ideias relacionadas à educação e à escola, surgiram movimentos e organizações de caráter educacional que visavam ao fortalecimento da nação como a *Liga Nacionalista de São Paulo*<sup>19</sup> (LNSP), fundada em 1916, que

<sup>18</sup> Carvalho (2000, 2001, 2011).

<sup>19</sup> De acordo com Medeiros (2005, p. 31-32), a criação da LNSP (1916) foi resultado da atuação de alguns integrantes de sociedades secretas compostas por intelectuais já formados e estudantes do

criou escolas, publicou impressos, promoveu palestras e fez outras atividades para propagar o movimento nacionalista em prol da formação da população e dos imigrantes. Segundo Moreira (1988, p. 45-46), a *Liga Nacionalista de São Paulo* tinha como objetivos principais lutar pelo voto secreto e obrigatório, pela efetivação da obrigatoriedade do serviço militar e pela difusão da instrução e desenvolvimento da educação em todo o país. Em decorrência desse pensamento, a valorização dos elementos nacionais pela educação e pela escola se tornou um ponto importante para a formação da nação naquele momento. A *Revista do Brasil*<sup>20</sup> (1916) foi um periódico da época criado justamente para divulgar as ideias nacionalistas. De Luca (1999, p. 41), em sua análise sobre a *Revista do Brasil*, considera que, devido a fatores como a imigração e o analfabetismo, entre outros, alguns elementos passaram a serem esmiuçados num esforço que, segundo seus idealizadores, permitia aos brasileiros pensar sobre o país e suas particularidades.

Foi envolvido nesse movimento de ideias, principalmente de valorização da educação, que o estado de São Paulo foi considerado pioneiro, pelas reformas educacionais que promoveu na instrução pública. Então, ao analisar as reformas e as medidas para ampliar a Escola Normal, considero que houve, na Primeira República, três momentos ou tentativas de expansão da formação de professores:

1º– Ampliação de escolas de formação de professores pelo estado através criação de Escolas Complementares, que acrescidas de práticas de observação em escolas primárias habilitavam o professor<sup>21</sup> para as Escolas Primárias (Reforma Gabriel Prestes, de 1895);

2º – Transformação das Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias e Secundárias e expansão através da criação de novas Escolas Normais (Reforma Oscar Thompson, em 1911);

---

ensino superior. Os objetivos da LNSP eram tanto de caráter militar quanto cívico, político e educacional que visavam ao desenvolvimento do ensino em todos os níveis. Devido a sua ação educacional, a LNSP exerceu grande influência no magistério nas primeiras décadas do século XX. Essa adesão do magistério e de seus líderes aos princípios nacionalistas ocorreu principalmente como forma de revalorização da educação e do professor, pois naquele momento se ressaltava que não apenas a educação cívica, mas a educação em todos os níveis era “o instrumento básico do progresso espiritual e material dos indivíduos e das nações” (ANTUNHA, 1976, p. 144).

<sup>20</sup> Criada em 1916 e dirigida por Júlio de Mesquita Filho. Sobre a *Revista do Brasil*, ver: DE LUCCA (1999).

<sup>21</sup> Tal professor era nomeado de complementarista, como forma de distingui-lo dos normalistas.

3º – Ampliação de escolas de formação de professores pela via da equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais (*Reforma Amadeu Mendes*, em 1927).

A Escola Normal é ressaltada nesse processo de formação de uma nova sociedade pois, seria a instituição formadora de professores para instruir a população. Tendo em vista contextualizar esses três momentos de expansão, a partir deste ponto passo a discorrer sobre as Reformas da Instrução Pública paulista que se ocuparam do Ensino Normal.

Na tentativa de melhorar a formação de professores, o Diretor da Escola Normal de São Paulo *Antonio Caetano de Campos* reestruturou o programa de ensino e criou as Escolas Modelos, anexas à Instituição, pelo *Decreto nº 27*, de março de 1890. Segundo Meneses (2012, p. 48), as Escolas Modelos, anexas à *Escola Normal de São Paulo*, se tornariam o embrião da escola graduada implantada no Estado, pois os Grupos Escolares foram criados e instalados a partir de 1894, pelo *Decreto nº 248*, de 26 de julho de 1894.

A Escola Modelo foi criada para contribuir na formação dos professores, pois era nessa instituição que os normalistas observavam e experimentavam como era ser professor. Segundo Carvalho (2003, p. 26-28), o professor deveria ser formado observando os métodos de ensino, ou seja, deveria aprender a ser professor pela observação de um modelo. Na Escola Modelo os professores deveriam utilizar o método intuitivo, daí a necessidade de contratação das professoras Márcia P. Browne – conhecida como *Miss Browne* formada em uma Universidade americana e professora da Escola Americana<sup>22</sup>, em São Paulo e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade também formada em uma Universidade americana. Ainda sobre a Escola Modelo, Meneses (2012, p. 51), considera que o enfoque da primeira reforma no ensino do Período Republicano foi na formação prática do professor em tal escola.

---

<sup>22</sup> A *Escola Americana* foi uma escola confessional protestante fundada no ano de 1870, em São Paulo, pelo Reverendo Chamberlain implantando em o modelo de escola norte americana. Em 1896, a Escola Americana passou a ser chamada *Mackenzie College*, uma homenagem ao filantropo John Theron Mackenzie, que doou uma quantia de dinheiro à instituição. Em 1885, a Escola Americana contava com uma Escola Normal anexa sob a direção de *Miss Browne*. Sobre a *Escola Americana* e a educação protestante em São Paulo no período Republicano ver: Veloso (2011).

Em 1892, houve a criação das *Escolas Complementares (Lei nº 88)*, como sequência à Escola Primária Elementar. Essa escola foi criada em 1892. Segundo Honorato (2013), o Curso Complementar seria destinado aos alunos habilitados no Curso Preliminar, preenchendo a lacuna entre o ensino preliminar e o secundário, por isso compreendia um programa de ensino propedêutico. A Lei nº 374, de 3 de setembro de 1895, estabeleceu que os alunos que concluíssem o curso complementar e tivessem um ano de prática de ensino, cursado nas escolas modelos do Estado, poderiam ser nomeados professores preliminares com as mesmas vantagens concedidas aos diplomados pela Escola Normal. Por esse ato as Escolas Complementares foram criadas como escolas de formação de professores, sendo uma na capital – onde havia a Escola Normal da Capital, a única no gênero no estado – e outras seis no interior. Em 1911, algumas Escolas Complementares foram transformadas em Normais Primárias e outras em Normais Secundárias, sendo que todas foram unificadas em 1920, com a *Reforma Sampaio Dória*. Já na *Reforma de 1927*, a Escola Complementar reaparece como preparatória para o ingresso dos estudantes nas Escolas Normais Livres e Oficiais, mas não era obrigatória; outros estudantes, oriundo dos Ginásios, por exemplo, poderiam ingressar na Escola Normal mediante exame de admissão. A partir de 1895, ficou então determinado que os alunos egressos dessas escolas que tivessem um ano de Prática de Ensino, realizado numa Escola Modelo<sup>23</sup> do estado, poderiam ser nomeados professores primários. A mesma possibilidade era dada pela lei aos alunos que cursavam o Ginásio. Assim, considero que esse momento foi o primeiro projeto de expansão da formação de professores em São Paulo. Sobre a formação de professores nas Escolas Complementares, Honorato (2013, p. 66) salienta que

Para solucionar a falta de professores, o governo republicano converteu as escolas complementares em institutos pedagógicos destinados à formação de professores preliminares. Com isso, deu-se a descentralização da formação de professores embora a referência de excelência continuasse a ser a Escola Normal da Capital.

Essa proposta foi encaminhada para a Câmara dos deputados pelo Projeto de Lei n. 61 de 1895, conformando a Lei n. 374, de 03 de setembro de 1895 que estabeleceu em seu artigo 1º, parágrafo único: 'Os alunos que concluírem o curso complementar e tivessem

---

<sup>23</sup> Por falta de Escolas Modelos nas cidades onde foram criadas as Escolas Complementares, a prática de ensino era realizada nas Escolas Primárias.

um ano de prática de ensino, cursado nas escolas-modelo do Estado, poderão na forma da lei ser professores preliminares com as mesmas vantagens concedidas aos diplomados pela Escola Normal'.

Nesse primeiro projeto de expansão da formação de professores, sobretudo pelo interior paulista, para sanar a falta de professores, foram criadas as seguintes escolas:

**Quadro 1:** Escolas Complementares (1885-1911)

<b>Ano de criação</b>	<b>Instituição</b>
1895	Escola Complementar anexa à Escola Normal da Capital
1897	Escola Complementar Prudente de Moraes (Capital – transferida em 1903 para Guaratinguetá)
1897	Escola Complementar de Itapetininga
1897	Escola Complementar de Piracicaba
1903	Escola Complementar de Guaratinguetá
1903	Escola Complementar de Campinas

**Fonte:** Honorato (2013)

Após a *Reforma Gabriel Prestes*, o estado de São Paulo contou com seis Escolas Complementares: uma na Capital e as outras cinco<sup>24</sup> no interior, ampliando, assim, o número de escolas de formação de professores.

<sup>24</sup> A Escola Complementar Prudente de Moraes, criada na Capital em 1897, foi transferida para Guaratinguetá em 1903.

O segundo momento de expansão da formação de professores foi em 1911 (*Decreto nº 2.025*, de 29 de março), com a *Reforma Oscar Thompson*, que transformou as Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias e Secundárias, dependendo da localidade. Com essa determinação, o Ensino Normal em São Paulo ficou distribuído da seguinte maneira:

**Quadro 2:** Escolas Normais Primárias e Secundárias

<b>Ano Criação (Transformação)</b>	<b>Instituição – Escola Normal</b>
1846 (1911)	Escola Normal Secundária da Capital
1897 (1911)	Escola Normal Secundária de Itapetininga
1897 (1911)	Escola Normal Primária de Piracicaba
1903 (1911)	Escola Normal Primária de Guaratinguetá
1902 (1911)	Escola Normal Primária de Campinas
1910	Escola Normal Primária de Pirassununga
1911	Escola Normal Primária de Botucatu
1911	Escola Normal Secundária de São Carlos
1912	Escola Normal Primária da Casa Branca
1912	Escola Normal Primária do Brás

**Fonte:** Quadro elaborado a partir das informações da Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal em São Paulo (1946).

No quadro, em azul estão as escolas que já existiam anteriormente à Reforma de 1911 e, em vermelho estão assinaladas as escolas criadas pela reforma. Após a *Reforma Oscar Thompson*, o Estado de São Paulo ampliou o número de Escolas Normais, contando com 10 escolas.

A instalação de Escolas Normais em algumas cidades do interior paulista foi devido à incapacidade da *Escola Normal da Capital* no atendimento da demanda de professores em regiões afastadas. Porém, essas escolas ainda não formavam professores suficientes para atender à demanda das Escolas Primárias em algumas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Era necessário expandir as Escolas Normais para regiões mais distantes e expandir também o Ensino Primário. Segundo Nery (2009, p. 20), a instalação de Escolas Normais pelo interior do estado atendia às mais variadas reivindicações dos poderes locais e ainda ao projeto de Oscar Thompson, de ampliação da rede de escolarização primária. Muitos desses professores formados não iriam lecionar em escolas longe de suas cidades de origem e, pela falta de professores para determinadas regiões, muitos municípios reivindicaram a criação de novas Escolas Normais. O atendimento, de certa forma, só irá ocorrer, de forma mais intensa, em 1927.

Segundo Antunha (1976, p. 25), em função da dualidade de formação de professores (Escola Normal Primária e Secundária), a partir de 1910,

[...] avolumar-se-iam críticas e cresceria a consciência da necessidade de introdução de reformas radicais na estrutura do sistema de ensino, a fim de ajustá-lo às novas solicitações do meio social. A nosso ver desse processo e sua culminância será a reforma de 1920.

Assim, a dualidade entre as escolas de formação docente causou descontentamento e críticas ao baixo padrão de formação oferecido pelas Normais Primárias. A dualidade acabou apenas em 1920, com a *Reforma Sampaio Dória*, que unificou todos os tipos de Escolas Normais seguindo o padrão das Escolas Normais Secundárias, consideradas de nível mais elevado. Esta Reforma, porém, não ampliou o número de Escolas Normais.

Em virtude das críticas em relação às deficiências da Instrução Pública desde as décadas anteriores, foi posta em evidência a necessidade de uma reestruturação do ensino para expandir a instrução para as diversas regiões do estado. Por volta da década de 1910, sob a influência das inovações educacionais internacionais, iniciaram-se movimentos em prol de uma escola *renovada e moderna*, formadora de brasileiros para o progresso, em combate à escola tradicional. Em decorrência da ação dos movimentos políticos e sociais do período e pela influência das ideias positivistas, “a escolarização foi concebida como um instrumento de correção do progresso evolutivo e como uma força propulsora para o progresso da sociedade brasileira” (NAGLE, 1974, p. 125). Segundo Toledo (2000, p.45), esses movimentos pela educação pressionaram, sobretudo, os governos estaduais a promoverem mudanças na educação, desencadeando diversas reformas da Escola Primária e Normal, como as que foram realizadas no Ceará (1923), na Bahia (1925), em Minas (1927), no Distrito Federal (1928) e em Pernambuco (1929). Apenas na década de 1920<sup>25</sup>, no estado de São Paulo, foram realizadas três reformas pela modernização e ampliação do ensino. Tais reformas foram acompanhadas de críticas às Escolas Normais Oficiais pela diminuição de alunos matriculados e pela deficiente formação pedagógica. Segundo Tanuri (1973, p. 230), o número de professores formados nas Escolas Normais do estado decresceu até meados da década de 1920:

1915 – 1006 professores formados

1920 – 631 professores formados

1925 – 238 professores formados

Com os dados mencionados acima, é possível verificar que o número de professores formados havia diminuído gradativamente de 1915 para 1925. Nesse mesmo período, houve um forte processo de expansão do povoamento paulista rumo ao oeste. Tal expansão requereu atenção do estado também em termos da expansão de escolas para atender a população que crescia ainda mais com a chegada dos imigrantes.

---

<sup>25</sup> *Reforma de 1920* – promovida por Antonio Sampaio Dória; *Reforma de 1925* – promovida por Pedro Voss e *Reforma de 1927* – promovida por Amadeu Mendes.

Até o ano de 1927, o estado de São Paulo contava com apenas dez Escolas Normais<sup>26</sup> que se encarregavam de formar professores para atender ao Ensino Primário paulista. De acordo com as informações da Poliantéia (1946), eram elas:

Escola Normal de São Paulo  
Escola Normal de Itapetininga  
Escola Normal de Piracicaba  
Escola Normal de Campinas  
Escola Normal de Guaratinguetá  
Escola Normal de Pirassununga  
Escola Normal de Botucatu  
Escola Normal de São Carlos  
Escola Normal da Casa Branca  
Escola Normal do Braz - na Capital

Dentre as críticas sobre as Escolas Normais Oficiais - já mencionadas acima - pairava a de que elas não atendiam as Escolas Primárias de regiões mais distantes, sobretudo as Escolas Isoladas Rurais. Assim, uma nova expansão se tornara necessária.

Para sanar a falta de professores e também diminuir o analfabetismo, ampliando o número de classes e escolas que não funcionavam e acompanhar a expansão do povoamento do estado, a *Reforma da Instrução Pública Paulista* de 1927, promovida por *Amadeu Mendes* (Diretor Geral da Instrução Pública de 1927 a 1930) equiparou todas as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais, com exceção da *Escola Normal da Capital*, com a finalidade de formar professores em número suficiente para a demanda das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

---

<sup>26</sup> Com a Reforma Sampaio Dória, as Escolas Normais passaram a denominar-se Escola Normal de...(localidade).

A possibilidade de equiparação estimulou a criação de Escolas Normais municipais e privadas pelo estado, marcando o início do terceiro momento de expansão da formação de professores no Período Republicano em São Paulo - é nesse terceiro momento que esta tese se aprofundou. Com essa Reforma, o número de Escolas Normais Oficiais se manteve em dez e até 1930 foram equiparadas 49 Escolas Normais Livres.

### 1.2.1 Disputas no cenário educacional paulista (1920-1930)

A partir da década de 1920 a educação foi alvo de muitas discussões, visto que houve três reforma da Instrução Pública nessa década e ainda, o Inquérito *de 1926* e a criação de periódicos e vários espaços para a realização de debates educacionais como a *Sociedade de Educação de São Paulo* e posteriormente, a *Associação Brasileira de Educação* (ABE). Contudo, as discussões sobre temas educacionais nem sempre ocorreram de forma amena e amigável entre os membros da *Sociedade de Educação de São Paulo*<sup>27</sup> e outros educadores ligados à Direção Geral da Instrução Pública, sobretudo no período em que *Pedro Voss* foi o Diretor Geral (1924-1927). De acordo com Nery (2009, p. 25), na década de 1920, algumas instituições organizaram-se com o objetivo de legitimar a atuação de seus associados no cenário educacional que estava se estruturando. A *Sociedade de Educação de São Paulo* é um exemplo dessas instituições, e foi fundada com a finalidade de congregar membros do magistério em seus diversos níveis. Pelas considerações de Nery (2009, p. 26), era necessário criar em São Paulo uma agremiação com o “intuito de reunir todos aqueles que tivessem a educação como lema”.

---

<sup>27</sup> Fundada em 1922, a Sociedade de Educação de São Paulo tinha como membros Fernando de Azevedo, Sampaio Dória, Lourenço Filho, Oscar Freire, Sud Mennucci, Renato Jardim, Amadeu Mendes, entre outros educadores. A Sociedade foi responsável pela publicação da Revista da Sociedade Brasileira de Educação de agosto de 1923 a dezembro de 1924, cujo editor foi Monteiro Lobato. No fim de 1924, a Sociedade encerrou suas atividades, inclusive a publicação da Revista. Contudo, com o apoio de Amadeu Mendes na direção da Diretoria Geral da Instrução Pública, houve a fusão da Revista Escolar e da Revista da Sociedade de Educação, com a denominação de revista Educação (out. 1927 a set. 1930), e as atividades da Sociedade também retornaram. Sobre a Sociedade de Educação e as revistas educacionais, ver Nery (2009).

A *Sociedade de Educação* também manteve uma revista denominada *Revista da Sociedade de Educação*, que foi editada entre agosto de 1923 e dezembro de 1924. Tal Revista<sup>28</sup>, além de ter sido o veículo de divulgação das atividades da Sociedade e de seus integrantes, foi espaço de muitos embates travados entre os próprios membros e outros educadores ligados a outras instituições. A discussão sobre o método analítico para o ensino de leitura envolvendo *Renato Jardim*<sup>29</sup> - que propunha uma revisão do método analítico - e outros membros da Sociedade favoráveis ao método, como *Sud Mennucci*, é um exemplo desses embates que resultaram em diversas publicações, em 1929, no jornal *O Estado de São Paulo* e no jornal *Diário de São Paulo*, intituladas *A Escola Paulista*.

Em 1925, houve alguns acontecimentos que marcaram os embates entre os educadores paulistas: a Reforma da Instrução Pública, implantada por *Pedro Voss*; a criação da *Revista Escolar*, organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública e a suspensão das atividades da *Sociedade de Educação*, inclusive a publicação da Revista. Como *Pedro Voss* não apoiou a *Sociedade de Educação*, esta suspendeu as atividades e o grupo ligado a *Fernando de Azevedo* e *Lourenço Filho* - que considerava Voss um conservador - lançou diversas críticas à *Revista Escolar* e ao teor de seu conteúdo, bem como à nova Diretoria. Por sua vez, os responsáveis pela *Revista Escolar*, como o redator-chefe professor *João Pinto e Silva*, reagiam com bom humor e faziam críticas a algumas ideias defendidas pelos membros da *Sociedade de Educação* (NERY, 2009, p. 68-69).

Desse modo, o jornal *O Estado de São Paulo* também se tornou veículo das disputas entre os educadores paulistas, pois, a *Revista da Sociedade de Educação* estava suspensa desde 1925. Em 1926, o jornal promoveu um Inquérito<sup>30</sup> sobre a situação da instrução pública em São Paulo, coordenado por *Fernando de Azevedo*, que teria por base criticar a *Reforma de 1925*. Então, os participantes, ao responderem ao Inquérito, colocavam-se descontentes e contrários às orientações e modificações empreendidas na instrução pela *Reforma de 1925*, implantada por

---

<sup>28</sup> Os artigos da Revista da Sociedade de Educação eram conferências realizadas durante as reuniões da agremiação.

<sup>29</sup> Mais informações sobre a Sociedade e os embates entre os educadores podem ser encontradas em Nery (2009).

<sup>30</sup> Segundo Nery (2009), a ideia de realizar a enquête partiu de Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*. O Inquérito foi publicado em forma de livro, em 1937, com o título *O Ensino em São Paulo: problemas e discussões*, e depois *A Educação na encruzilhada*, em 1960.

Voss. Os participantes<sup>31</sup> do Inquérito eram educadores que, de certa forma, estavam ligados a *Fernando de Azevedo*<sup>32</sup> como ex e futuros membros da *Sociedade de Educação*, e isso pode justificar a oposição ao governo em exercício e à *Reforma de 1925*, pois não havia participantes ligados à Diretoria Geral da Instrução Pública (NERY, 2009, p. 161-162). Para essa autora (2009, p. 163),

O grande alvo das críticas feitas pelos participantes do Inquérito, entre eles Sud Mennucci, Lourenço Filho e José Escobar, era a reforma da Instrução Pública, em São Paulo, de 1925. Esse Inquérito concluiu que já eram generalizadas as opiniões dos educadores a respeito do conservantismo, ou seja, da resistência às mudanças apresentadas pelo sistema escolar paulista. Para Azevedo, havia por parte dos reformadores a idéia de que as bases da organização da educação já haviam sido lançadas pelas reformas do período inicial da República. Portanto, para o grupo de apoio à Reforma de 1925, ao menos em relação ao ensino primário e normal, relançar aquelas reformas seria a melhor maneira de melhorar esses níveis de ensino. Na conclusão, Fernando de Azevedo volta a acusar os reformadores de 1925 de 'conservadores e reacionários'. Acusa-os também de não terem dado orientação científica e sociológica à Reforma e pontua a necessidade da iniciativa privada no setor.

O objetivo do Inquérito, proposto por Azevedo, foi criticar os rumos que a instrução pública tomou com a *Reforma de 1925* em São Paulo no período em que Voss esteve à frente da Diretoria Geral. A respeito da *Revista Escolar*, Azevedo argumenta que (1937, p. 8): “órgão do ensino, criado por lei, em que se expande o velho espírito dominado pelas questiúnculas de mecânica didática, é iniciativa que poderá servir quando muito para manter o bom humor do professorado primário...”.

As críticas, presentes no *Inquérito de 1926*, em relação ao Ensino Normal, basicamente eram sobre seu caráter propedêutico e falta de formação profissional voltada para a prática docente. Em sua resposta ao Inquérito, *José Escobar* reforça que a Escola Normal “é uma escola híbrida. Ora, não se compreende mais uma escola normal em que a parte profissional seja parasitada pelo curso preparatório, molesto e anemiante” (AZEVEDO, 1937, p. 82).

---

<sup>31</sup> Os participantes foram: Lourenço Filho, Sud Mennucci, José Escobar, Renato Jardim, Almeida Junior e Francisco Azzi. Todos ex-membros da *Sociedade de Educação*.

<sup>32</sup> Para Nery (2009), Fernando de Azevedo direciona as críticas à Reforma de 1925, mesmo sem citar o nome de Pedro Voss, por meio das questões que elaborou e dos participantes que foram escolhidos por ele para responder ao Inquérito. Contudo, não me estenderei nessa discussão.

Um importante ponto que deve ser levado em consideração no estudo sobre esse terceiro momento de expansão da formação de professores em São Paulo é que, no geral, *Fernando de Azevedo* e os participantes do *Inquérito de 1926* consideraram desnecessária a expansão das Escolas Normais por considerarem que elas existiam em número excessivo. No entanto, apontam a necessidade de Escolas Normais Rurais para atender as particularidades dessa população do campo. Para Azevedo (p. 40),

Todos reconhecem que as nossas escolas normais são em número excessivo. A Lei de 1925, reconhecendo o inconveniente do número dessas escolas que montam a dez, propôs-se corrigi-lo de maneira curiosa: as escolas normais do interior que não alcançassem matrícula superior a 100 alunos seriam transformadas em escolas profissionais... Só por um decreto, lá onde estaria uma normal, apareceria, mudado o rótulo e o quadro de matérias, um instituto profissional, na mesma região, no mesmo prédio e naturalmente aproveitado, na sua quase totalidade, o corpo docente de uma escola para formação de professores... De escolas normais rurais, para atenderem à necessidade da formação do professorado rural, não cogitam os legisladores, a cuja aprovação não subiu ainda projeto que atacasse em cheio o problema das normais.

Com a citação acima, é possível entender que, assim como Azevedo e os participantes do *Inquérito de 1926*, os reformadores de 1925 também consideravam que as Escolas Normais já existiam em grande número e pretendiam cortar as Escolas Normais com menos de 100 alunos matriculados transformando-as em escolas profissionais. Isso reduziria o número de Escolas Normais do estado.

Almeida Junior<sup>33</sup>, um dos participantes do *Inquérito de 1926*, salienta que p. 57:

A primeira coisa realmente útil, em matéria de escolas normais, é a supressão de pelo menos metade delas. Nada justifica a superabundância desses estabelecimentos, cujas lotações estão reduzidas a uma insignificância. A economia que se fizesse seria aplicada em benefício das escolas restantes.

---

<sup>33</sup> Almeida Junior era médico e lente da *Escola Normal do Brás*, em São Paulo.

Com isso, é possível questionar os motivos que levaram *Amadeu Mendes* a equiparar as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais impulsionando, a criação de novas escolas desse tipo.

Embora alguns intelectuais considerassem que as Escolas Normais eram em número mais que suficiente, os *Relatórios dos Delegados de Ensino* indicam muitos problemas relacionados com o grande número de pedidos de remoção e a falta de professores nas Escolas Isoladas e Rurais e por isso, tais problemas são analisados mais cuidadosamente no Capítulo 2. Também é preciso considerar que muitos dos professores formados nas dez Escolas Normais Oficiais nunca chegaram a atuar em salas de aula e os que assumiam escolas localizadas em regiões de difícil acesso pediam remoção para outras áreas mais populosas assim que fosse possível.

Outro conflito que ilustra o cenário educacional paulista, anos depois da *Reforma de 1927*, ocorreu entre a seção paulista e a seção carioca da *Associação Brasileira de Educação*<sup>34</sup>. Nery (2009, p. 183) relata que a *Sociedade de Educação* recebeu, em 1927, um convite para se filiar à ABE e isso se concretizou em 1928. A Sociedade, então, tornou-se um Departamento Estadual da ABE. Entretanto, em 1929, os conflitos envolvendo as duas comissões – paulista e carioca – responsáveis pela organização da III Conferência Nacional de Educação, que aconteceu em São Paulo, resultaram na demissão coletiva da direção da *Sociedade de Educação*, rompendo assim com a ABE e também com *Amadeu Mendes*, que assumiu a organização da III Conferência<sup>35</sup>, deixando de fora os membros da *Sociedade de Educação*. Vale lembrar que havia interesse, por parte dos governantes paulistas, na realização da Conferência, sobretudo para ressaltar o pioneirismo do estado no desenvolvimento da instrução.

Em meio às disputas e críticas ao ensino paulista e para cumprir a promessa republicana de expandir a instrução, houve a necessidade de expandir a formação de professores aumentando o número de Escolas Normais. Tais professores também necessitavam de uma formação adequada às novas exigências sociais do momento.

---

<sup>34</sup> Fundada em 15 de outubro de 1924, no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de promover discussões sobre a educação no país e reuniu intelectuais ligados à educação.

<sup>35</sup> Sobre os conflitos envolvendo a ABE e a Sociedade de Educação, ver Carvalho (1986).

## **CAPÍTULO 2 – A Reforma da Instrução Pública de 1927 – Reforma Amadeu Mendes**

### **2.1 *Amadeu Mendes* e a Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista (1927-1930)**

**Imagem 2:** Amadeu Mendes s/d



**Fonte:** Rodrigues (1930a).

Em maio de 1927, *Júlio Prestes* tomou posse como presidente do estado e nomeou *Fabio de Sá Barreto* como Secretário do Interior e *Amadeu Mendes* para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública. Tal escolha foi uma surpresa, segundo os estudos de Nery (2009, p. 103) sobre as correspondências trocadas entre *Fernando de Azevedo* e *Lourenço Filho*, pois havia boatos sobre a indicação de *Guilherme Kuhlmann* e *Sud Mennucci* para ocupar o cargo de Diretor Geral. É intrigante o fato de que a biografia de *Amadeu Mendes* não constar na Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal. Uma das hipóteses é o fato dele não ter passagem pela *Escola Normal da Capital* ou de qualquer outra, enquanto professor.

O Diretor Geral *Amadeu Mendes* formou-se na *Escola Normal de Itapetininga*, em 1899, e foi considerado um conciliador por *Lourenço Filho* em carta a *Fernando de Azevedo* (NERY, 2009, p. 103) datada de 03 de agosto de 1927, e pela imprensa paulista. Segundo Nery (2009, p. 104-105), ele era emergente do magistério público paulista e foi, por muitos anos, diretor do *Ginásio de Campinas*. Durante sua administração, uma de suas preocupações foi manter canais de comunicação e divulgação das atividades da Diretoria Geral da Instrução Pública. Desse modo, a *Revista Escolar* foi reestruturada e passou a denominar-se *Educação*<sup>36</sup>, e os *Anuários de Ensino* não foram publicados em sua gestão, dando lugar aos *Relatórios*, um deles utilizado como fonte desta pesquisa. Na carta a *Fernando de Azevedo*, *Lourenço Filho* expõe sua opinião sobre Mendes, dizendo:

Como já havíamos considerado aqui, sinceramente sempre tive do sr. Amadeu Mendes a melhor impressão pessoal possível. Achei a escolha felicíssima, por todos os motivos, mas, especialmente porque há nele um espírito conciliador, incapaz de represálias ou coisas parecidas, sempre desagradáveis e contraproducentes. (LOURENÇO FILHO<sup>37</sup>, 1927, apud NERY, 2009, p. 104).

A escolha por *Amadeu Mendes* agradou *Lourenço Filho*, e um artigo escrito pelo professor *Gustavo de Moraes* ao *Correio Paulistano*<sup>38</sup> também elogia a escolha e ressalta que Mendes era dotado de qualidades morais, intelectuais e sociais.

<sup>36</sup> Sobre a *Revista Escolar* e *Educação*, ver: Nery (2009).

<sup>37</sup> Carta a Fernando de Azevedo, 03 de ago. 1927.

<sup>38</sup> MORAES, Gustavo. Amadeu Mendes. *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 jul. 1927, p. 4.

*Amadeu Mendes* foi membro da *Sociedade de Educação* de São Paulo em sua segunda fase (1927-1931), juntamente com *Fernando de Azevedo*, *Lourenço Filho*, *Sampaio Dória*, *A. Almeida Júnior*, *Sud Mennucci*, *Renato Jardim*, entre outros nomes importantes ligados ao cenário educacional paulista da época. A volta das atividades da Sociedade também pode ter sido influenciada pelo então Diretor da Instrução Pública, pois, como mencionei anteriormente, *Pedro Voss*, Diretor anterior a Mendes, não se associou nem apoiou a Sociedade. Nery (2009, p. 40) relata que

Com a posse de Pedro Voss, no entanto, a 'volta ao passado' teria provocado um dado desânimo nos membros da entidade. Contudo, isso vem afirmar nossa suspeita de que a Sociedade de Educação dependia, e muito, do apoio da Diretoria Geral da Instrução Pública.

Com a nomeação de *Voss*, a *Sociedade de Educação* tinha cessado suas atividades. Porém, como a nomeação de Mendes, ela retomou seus trabalhos. Sobre essa retomada das atividades, *Renato Jardim* disse que

Por iniciativa de velhos e devotos consócios, ao influxo desse idealismo sadio que não se abate ao primeiro revés, que não ignora que as dificuldades e os tropeços só foram postos na terra para que através deles se exerça com mais força a ação dos homens, sob esse influxo reergueu-se a Sociedade. Agora, então, de harmonia e em conjugados esforços com a Diretoria Geral da Instrução Pública, que nela, inteligentemente enxerga precioso auxílio para uma administração de horizontes amplos e claros, um intuito de assistência pedagógica ao professorado, onde, fora dela, nada existe desse gênero; de harmonia e íntimo consórcio com a direção do ensino oficial, que, em nobre atitude, não temeu contato com 'jovens turcos' da pedagogia, que poderiam ser aqui encontrados, que não repugnou na sua austeridade oficial, ombrear aqui com possíveis 'cadetes de Gasconha', cuja existência na terra os séculos e os prudentes conselhos 'Sanchos' de todos não supririam de todo. (JARDIM<sup>39</sup>, 1929, apud NERY, 2009, p. 41).

Então, pelas palavras de *Renato Jardim*, Nery (2009) considera que a *Sociedade de Educação* e sua Revista necessitavam do apoio da Diretoria Geral para firmar suas atividades. Como os membros da Sociedade eram contrários ao posicionamento de *Pedro Voss*, este, por sua vez, não os apoiou, e isso ocasionou a suspensão das atividades da *Sociedade de Educação*.

---

<sup>39</sup> A nova diretoria da Sociedade de Educação. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 set. 1929, p. 8.

*Amadeu Mendes* também foi um incentivador da fusão da *Revista Escolar* (1925-1927), publicada pela Diretoria da Instrução Pública com a *Revista da Sociedade de Educação* (1923-1924). Após a fusão, a Revista passou a ser denominada *Educação* (out. 1927 – set. 1930), sob dupla responsabilidade, o que aproximou ainda mais *Mendes* do grupo de *Azevedo* e *Lourenço Filho* já que, Segundo Nery (2009, p. 42), a antiga *Revista Escolar* não agradava ao grupo da *Sociedade de Educação* nem à nova diretoria, tanto que *Mendes* foi eleito para compor a comissão responsável pela nova elaboração do periódico.

É possível observar que, durante sua gestão na Diretoria Geral da Instrução Pública, *Amadeu Mendes* esteve preocupado em expandir a Escola Primária com o intuito de diminuir o analfabetismo no estado. Contudo, para ampliar o Ensino Primário era necessário ampliar também o Ensino Normal para formar professores em número suficiente, haja vista a quantidade de professores leigos e de escolas isoladas não providas pelo estado. Em 1930, *Mendes* enviou aos inspetores distritais a Circular nº 26, pedindo-lhes que enviassem relatórios minuciosos sobre a região abrangida. Tal estudo tinha a finalidade de promover uma reforma nos programas das Escolas Primárias, mas isso não foi possível, pois a administração de *Mendes* terminou em outubro de 1930, com a Revolução, e todos os cargos de confiança foram substituídos (NERY, 2009, p. 108).

Desse modo, pelo breve estudo sobre a atuação de *Amadeu Mendes*<sup>40</sup> na Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista, há fortes indícios de que ele foi apoiado pelo grupo que girava em torno de *Fernando de Azevedo* e *Lourenço Filho*, porém, isso não se deu em todos os momentos de sua passagem pela Diretoria, como no conflito que mencionei anteriormente entre a seção carioca e a paulista da ABE.

---

<sup>40</sup> Até a finalização desta tese, não foram encontrados mais dados biográficos sobre *Amadeu Mendes*.

## 2.2 A Reforma de 1927: o terceiro momento de expansão da formação de professores em São Paulo

Na tentativa de ampliar a Escola Primária a um número maior de crianças em idade escolar, com a alegação de que a *Escola Normal da Capital* e as outras nove Escolas Normais não formavam professores em número suficiente para atender à demanda, a *Reforma de 1927, Lei nº 2.269*, de 31 de dezembro de 1927, implantada por *Amadeu Mendes*, propôs medidas que expandissem a Escola Normal para as demais cidades do estado, formando professores no (e para) o interior, ou seja, para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Dentre essas medidas, as principais foram a redução do Ensino Normal de cinco para três anos (art. 1º) e a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais (art. 19).

Com a implantação da nova Reforma, a *Escola Normal da Capital* manteve a mesma organização de cinco anos, e as demais Escolas Normais Oficiais e Escolas Normais Livres equiparadas ficaram organizadas em três anos. Com as mudanças, as cadeiras e as aulas se organizaram conforme o Quadro abaixo.

**Quadro 3:** Cadeiras e aulas das Escolas Normais de 03 anos (Reforma de 1927)

Cadeiras e Aulas	Aulas no 1º ano	Aulas no 2º ano	Aulas no 3º ano
1- Português e Calígrafia	4	3	2
2- Francês	3	3	-
3- Geografia Geral e Geografia do Brasil	3 -	- 3	- -
4- História da Civilização e História do Brasil e Educação Cívica	- -	3 -	- 3
5- Aritmética, Álgebra e Geometria	4 -	- 2	- -

6- Física e Química	-	3	-
	-	-	3
7- História Natural e Higiene		4	2
8- Psicologia, Pedagogia e Didática		3	10
9- Desenho	4	3	-
10- Música (Orfeão)	4	3	-
11- Ginástica (seção masculina/seção feminina)	3	3	-
12- Trabalhos Manuais (seção masculina/seção feminina)	3	-	-

**Fonte:** *Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normais Livres* (1929), publicadas pela Diretoria Geral da Instrução.

Com o novo programa, o corpo docente das Escolas Normais Oficiais e Livres, com exceção da *Escola Normal da Capital*, foi composto de:

- um lente<sup>41</sup> de Português e Calígrafia;
- um lente de Francês;
- um lente de Geografia;
- um lente de História da Civilização, do Brasil e Educação Cívica;
- um lente de Matemática;
- um lente de Física e Química;
- um lente de História Natural e Higiene;
- um lente de Psicologia e Pedagogia;
- um professor de Didática;

<sup>41</sup> O termo lente significava na época que o professor era o titular da cadeira ou disciplina.

- um Professor de Música;
- um professor de Desenho;
- um professor de Ginástica para cada seção;
- um professor de Trabalhos Manuais e
- um preparador de Física e Química e auxiliar das aulas de História Natural.

Com a falta de Escolas Normais e profissionais suficientes para atender às regiões de difícil acesso, principalmente nas Escolas Isoladas urbanas e rurais, a *Reforma de 1927* (considerada medida de emergência), implantada no governo de *Júlio Prestes*, equiparou as Escolas Normais Livres (municipais e privadas<sup>42</sup>), que se fundassem no estado, às Escolas Normais Oficiais. Essa medida expandiu as Escolas Normais para o interior e o litoral do estado com a finalidade de formar professores para atender às localidades mais distantes e às zonas rurais, levando a escola para um maior número de crianças (TANURI, 1979, p. 181). Os dados sobre o Ensino Normal após a *Reforma de 1927* – apresentados ao longo deste texto - realmente apontam que houve uma significativa expansão de tais Escolas pelo interior, o que não havia ocorrido, com a mesma proporção, em reformas anteriores.

O então presidente do estado *Júlio Prestes* ressaltou que era necessário formar professores para atender à demanda nas escolas das regiões mais distantes e de difícil acesso, como as das zonas rurais. Assim, seria necessário reorganizar o Ensino Normal, para formar de maneira rápida os professores para tais localidades.

O fundamento da reforma de 1927 calcava-se na alegação de que não havia professores diplomados em número suficiente para preenchimento das vagas nas escolas rurais e que urgia reorganizar o ensino de modo a satisfazer as necessidades imperiosas do Estado referente à escolarização primária. Era novamente a tentativa de resolver o problema do analfabetismo, que mais uma vez voltava

---

<sup>42</sup> De acordo com Tanuri (1973, p. 248), havia certa resistência dos parlamentares paulistas em permitir a criação e equiparação de Escolas Normais, pelo desejo de preservar a qualidade do ensino ministrado na *Escola Normal da Capital* e o privilégio da instituição, considerada modelar e responsável pelo aprimoramento do ensino primário. Mesmo antes da Reforma, muitas escolas pediram aos legisladores a equiparação à *Escola Normal da Capital*, algumas escolas Normais Livres foram criadas em alguns municípios do estado, por iniciativa municipal ou privada, para formar professores para atender às necessidades da região. Contudo, é importante ressaltar que muitos estudantes não se dedicariam ao magistério primário público. Apenas viam nas Escolas Normais uma possibilidade de ampliar a instrução e se dedicar a outras esferas.

a ser questionado na década de vinte, como se apenas as modificações nos padrões de ensino e nas estruturas escolares fossem suficientes para dar ao problema o devido equacionamento e solução a fim de que se estendesse a escolarização a todos os habitantes das zonas rurais e urbanas. Colocava-se na formação rápida de um professorado numeroso, o cerne do problema do analfabetismo na zona rural. (TANURI, 1979, p. 180).

Foi a partir dessa ideia de formação rápida que o Congresso aprovou o *Decreto Lei nº 2.269*, que reformou a Instrução Pública Paulista atingindo, principalmente, a formação de professores com a redução da duração do Curso Normal e a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais. Abreviar a formação dos professores para atender uma oferta maior de Escolas Primárias, foi interpretado por Tanuri como fator de natureza estrutural. No entanto, como a Reforma foi realizada em caráter emergencial, a abreviação pode acarretar, de fato, tal interpretação. No entanto, é preciso levar em consideração que houve a preocupação, por parte do legislador, em produzir, ainda que não da maneira desejável, um Escola Primária de qualidade. Tal suposição sustenta-se pelo fato de a Reforma se preocupar com o provimento das Escolas Primárias com professores normalistas. Para Mendes, enfrentar o problema do analfabetismo não passava apenas pela criação de mais escolas, mas, também, em ter mais professores com formação atuando nelas.

Em décadas anteriores, a *Lei nº 88*, de 08 de setembro de 1892 e o *Decreto nº 144-B*, de 30 de dezembro de 1892, já haviam regulamentado o exercício da iniciativa particular no setor do ensino. Porém, no âmbito do Ensino Normal houve dificuldades para sua concretização, pois nesse momento, o estado de São Paulo reconhecia apenas os títulos de estabelecimentos oficiais, constituídos pela *Escola Normal da Capital* e pelas Escolas Complementares. Desse modo, os egressos das Escolas Normais Livres - no período anterior à equiparação - apenas podiam exercer o magistério em escolas privadas ou municipais ou concorrer às cadeiras provisórias como professores leigos. O primeiro projeto que pretendia equiparar as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais é datado no ano de 1900 na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, mas não foi concluído (TANURI, 1973, p. 252-253).

Segundo Tanuri (1973, p. 261), havia no estado de São Paulo a *Escola Normal Livre Liceu Feminino*, de Santos; a *Escola Normal Livre de Jacareí*, fundada em 1902; uma em Itu (sem data), que foi extinta logo após sua criação; um *Colégio Normal em Santa Rita*; um *Externato Normal* em Itapetininga e outro em São Paulo.

Assim, considero que a *Reforma de 1927* também contribuiu para atender às reivindicações das Escolas Normais particulares, já existentes naquele momento, pois seus egressos apenas podiam ser contratados para lecionar em Escolas Primárias privadas ou municipais, ou ainda, como professores leigos. Considero ainda que a *Reforma de 1927* foi uma tentativa de forçar os municípios a criarem Escolas Normais, pois o estado alegava que não tinha condições para isso. Então, como os municípios solicitavam professores para lecionar nas escolas vagas, o estado pressionou-os para criarem suas próprias escolas de formação de professores que seriam equiparadas pela lei.

De acordo com Tanuri (1973, p. 259), a *Associação Comercial de Santos* tinha solicitado à Câmara dos Deputados a equiparação do *Liceu Feminino Santista* às Escolas Normais Oficiais em 1905. Embora a equiparação tenha sido negada, o Liceu continuou formando professoras que eram aceitas apenas em instituições de ensino municipal e privada. Outras equiparações também foram solicitadas à Câmara dos Deputados, como a do *Ginásio São Joaquim*, de Lorena, em 1911, e a do *Colégio Feminino de Jaboticabal*, em 1915, mantido pela *Congregação Belga de Santo André* (mantenedora de Escolas Normais na Europa).

As Escolas Normais privadas e municipais eram denominadas *livres*, mas, apesar da denominação, eram submetidas à fiscalização do governo por meio de inspetores nomeados para cada uma delas. Segundo a *Reforma de 1927*, as Escolas Normais deveriam atender às seguintes condições para que fosse concedida a equiparação:

- a) terem sido fundadas taes escolas e serem mantidas por nacionaes, com corpo docente tambem de nacionaes;
- b) serem seus cursos e programmas organizados de accordo com o regimem adoptado nas Escolas normaes officiaes;
- c) possuírem um patrimonio minimo de duzentos contos de reis;
- d) serem situadas em municipios, que não possuam Escola Normal official ;

e) ser o seu lente de pedagogia e didactica de nomeação do Governo, com vencimentos identicos aos dos lentes das Escolas Normaes officiaes. (SÃO PAULO, 1927).

Tais condições para a equiparação mostram certa preocupação do governo em relação às novas Escolas Normais Livres que se estabeleceriam no estado, pois além dessas exigências tais escolas deveriam se submeter à fiscalização pelos inspetores fiscais nomeados, e não era possível equiparar duas escolas em regime de internato ou externato no mesmo município (SÃO PAULO, 1927).

Muitos parlamentares, intelectuais e educadores foram contrários a tal medida de equiparação. Considero que tais críticas podem estar relacionadas também à disputa entre educadores católicos e renovadores, pois é claro o grande número de Escolas Normais Livres confessionais católicas<sup>43</sup> criadas e equiparadas.

Como justificativa à equiparação, o Diretor Geral da Instrução Pública *Amadeu Mendes*, no *Relatório*<sup>44</sup> (1927-1928) apresentado ao Secretário do Interior *Fabio de Sá Barreto*, em 1929, argumenta que “são em bom número os que não seguem o magisterio publico, preferindo o magisterio particular e outras fórmias de actividade”. (MENDES, 1929, p. 54). E ainda, para justificar a criação das Normais Livres, o Diretor acrescenta que:

Logo, essas normalistas, desviadas do circulo do magisterio publico, poderão servir o Estado e á Patria em outra esfera de actividade. E podemos accrescentar que são muitas as professoras que, visionando o ensino particular, procuram passar pelos bancos das Escolas Normaes. (MENDES, 1929, p. 54).

Apesar do número de professores que vinham sendo formados pelas Escolas Normais Oficiais, muitos deles não iriam lecionar nas Escolas Primárias públicas, principalmente nas de difícil acesso, e isso causou um grande problema ao estado. Depois de muita discussão ao longo dos anos, o Ensino Normal Livre seria equiparado apenas na *Reforma de 1927*, movido pela necessidade de expansão da

---

<sup>43</sup> Considero que a disputa entre educadores católicos e renovadores precisaria ser mais aprofundada, contudo, isso demandaria outra pesquisa.

<sup>44</sup> Esse relatório contém dados dos anos de 1927 e 1928 e foi publicado em 1929.

Escola Primária, principalmente nas zonas rurais, e pelas reivindicações populares, como é relatado no trabalho de Oriani e Nery (2014) e no *Relatório de Amadeu Mendes*:

Para satisfazer, ou melhor, para procurar satisfazer ás necessidades reclamadas e sentidas pela população escolar de innumeradas zonas do Estado, o Governo appellou para a boa vontade daquelles que quizessem cooperar nesse serviço altamente patriótico, tendo nomeado já ‘mil duzentos e dezeseite professores não formados’. Este numero fala eloquentemente da difficuldade em que se vem os dirigentes do Ensino, no que respeita á escolha de professores. Semelhante contingencia suggeriu essa medida hoje transformada em facto: ‘a criação das Escolas Normaes Livres’. (MENDES, 1929, p. 57).

Com essa ideia, a Escola Normal Livre foi uma tentativa de solucionar o problema de falta de professores em São Paulo, pois segundo Oriani e Nery (2014, p. 1757), “era frequente a iniciativa popular no sentido de solicitar às autoridades educacionais a instalação de escolas em determinados núcleos habitacionais, especialmente os rurais”. Em relação às Normais Livres, o Diretor Geral *Amadeu Mendes* argumenta que:

As 10 escolas normais officiaes, diplomando uma média de 345 alumnos por anno, eram insufficientes para attender ás necessidades do ensino, pois para cumprir o encargo constitucional de fornecer instruccção gratuita ás 150.000 crianças em idade escolar e sem matricula nas zonas ruraes do Estado, devendo cada classe ter, em média 30 alumnos, seriam necessários 5.000 professores, número esse que as escolas officiaes só num prazo minimo de 6 anos poderiam dar.

O alvitre adoptado para supprir tal deficiencia foi a instituição do regime das escolas normais livres, que funcnionando sob a immediata fiscalização desta Diretoria, vem solucionar um dos nossos problemas mais sérios, o da diffusão do ensino alphabetizante, facilitando o provimento de escolas, máxime na zona rural, onde, já em 1926, existem 2.156 escolas criadas, que se acham vagas por falta de professores diplomados.

Cercados de todas as garantias de uma severa fiscalização e sujeitos a rigorosa disposições regulamentares, esses estabelecimentos funcnionaram, no anno findo, aparelhados para a realização de seus fins – formar professores habilitados para prover, num futuro próximo, o maior numero possível de escolas ruraes e urbanas. (MENDES, 1929, p. 46).

A justificativa de *Amadeu Mendes* foi de que as Escolas Normais Oficiais demorariam seis anos para formar os cinco mil professores para atender à demanda, pois segundo o Diretor, 2.156 escolas rurais foram criadas em 1926 e muitas delas estavam vagas por falta de professores. Em outro momento do Relatório, ele justifica a criação das Escolas Normais Livres, citando uma fala do Presidente do estado *Júlio Prestes* sobre os custos pagos pelo governo para manter as Escolas Normais Oficiais e a economia que as Normais Livres trariam para os cofres públicos.

As 10 escolas normais mantidas pelo Estado custavam anualmente 5.500:000\$000, o que demonstra que as escolas normais livres, que devem produzir o mesmo resultado das escolas normais oficiais, representam para o Estado, sem levar em conta as despesas de instalação, uma economia de 14.3000:000\$000, que poderão ser aplicados na disseminação do ensino primário. (MENDES, 1929, p. 58).

As Escolas Normais Livres formariam os professores de que o estado necessitava de forma econômica. A economia que o governo teria com as escolas Normais Livres poderia ser aplicada na ampliação do Ensino Primário.

A equiparação das Escolas Normais Livres também foi registrada no livro *Um Retrospecto* (1930a), de *João Lourenço Rodrigues*, sobre a memória da *Escola Normal da Capital*. As considerações de Rodrigues (1930a, p. 414) contribuem para confirmar a tese defendida neste texto, pois

Completa a organização das Escolas Normais Livres. É de esperar que dentro de breve tenhamos 60 Escolas Normais funcionando em todo Estado. Admitindo que cada um desses institutos dê uma média anual de 20 professores, daí resultará um aumento de 1.200 professores por ano, em todo o Estado. Equivale isto a dizer que a aspiração dos últimos governos de São Paulo é, a extinção total do analfabetismo, é um problema que não tardará a ter completa e definitiva solução nesta unidade da Federação.

Para organizar o Ensino Normal em São Paulo, a *Reforma de 1927* determinou que mais de uma Escola Normal poderia ser equiparada no mesmo município, desde que houvesse uma em regime de internato e a outra de externato,

ou seja, cada município não poderia ter mais de uma Escola Normal equiparada em regime de externato ou de internato. Há então, uma deliberação para a expansão das Escolas Normais, porém, com certo controle por parte do estado. Tal controle parece coibir a concentração de várias Escolas Normais em uma mesma cidade.

O estado nomearia um inspetor fiscal para cada Escola equiparada e, além disso, elas deveriam depositar, a cada seis meses, na “Colletoria Estadual”, a importância correspondente aos vencimentos anuais do Inspetor Fiscal e do professor de Pedagogia e Didática. E também, o professor diplomado nas Normais Livres poderia lecionar em uma escola urbana apenas depois de passar 200 dias letivos em exercício em escolas rurais, e só poderia ser professor de Grupos Escolares depois de mais 200 dias letivos em escolas urbanas ou 400 dias em escolas rurais. Contudo, isso não era uma exigência para os diplomados nas Normais Oficiais. Pela Lei que reformou a Instrução Pública em 1927, a exigência dos *estágios* era apenas para os professores formados nas Normais Livres. Tal norma significava uma maneira de aumentar o rigor e o controle dos diplomados nas Escolas Normais Livres (SÃO PAULO, 1927).

Essas mudanças não atingiram a *Escola Normal da Capital*, que conservou a estrutura implantada em 1925. Os professores formados nessa escola gozavam de algumas regalias como: preferência para os cargos de diretores das escolas normais primárias, profissionais e secundárias, professores de escolas complementares e normais e inspetores de ensino. Com essa nova estrutura, pode-se dizer que, na impossibilidade de expandir Escolas Normais do mesmo nível das existentes, os reformadores buscaram manter a apenas a superioridade da *Escola Normal da Capital*.

Para solucionar a falta professores diplomados para as vagas das Escolas Primárias, foi necessário reorganizar o ensino, principalmente o Normal, para satisfazer às necessidades do estado e às reivindicações dos governos locais. Assim, a Escola Normal foi reduzida de cinco para três anos. A maior dificuldade era encontrar professores dispostos a se deslocar para regiões de difícil comunicação e locomoção como as das zonas rurais. É preciso considerar que, nesse período, as Escolas Normais existentes se localizavam na região centro-leste do estado, e a

maioria dos professores eram do sexo feminino que, com as condições da época, dificilmente deixariam sua região de origem.

Devido à dificuldade de encontrar professores que se interessavam em se deslocar para regiões de difícil acesso, ainda durante a *Reforma de 1927*, admitiam-se professores leigos sob certas condições. Os artigos 39 e 40 permitem a nomeação de professores leigos, mediante exame de admissão, às Escolas Rurais<sup>45</sup>, Isoladas<sup>46</sup> e Reunidas<sup>47</sup>, inclusive em escolas urbanas, que se encontravam sem professor diplomado por mais de 30 dias. Por isso, era necessário ampliar a capacidade da Escola Normal para também ampliar o atendimento na Escola Primária.

*Amadeu Mendes* relata que os professores aceitavam nomeação para regiões de difícil acesso apenas pelo tempo necessário para conseguirem remoção para lugares servidos por estradas de ferro. Por isso o professor leigo foi necessário em escolas não providas. De acordo com o Diretor Geral, os dados estatísticos “comprovam significativamente a cooperação, necessária por enquanto, do professor leigo na difusão do ensino primário” (MENDES, 1929, p. 62). A solução para a falta de professores em determinadas regiões foi a equiparação, estimulando a procura pelas Escolas Normais no interior pelo igual valor do diploma. Também significou um incentivo para a expansão de escolas privadas, sobretudo das confessionais católicas.

Vale ressaltar que a *Reforma de 1927* também pode ter sido uma tentativa de acabar, ou mesmo diminuir, o número de escolas estrangeiras criadas em São Paulo durante o Período Republicano, pois com mais professores formados, mais classes e mais Escolas Primárias públicas poderiam ser criadas para integrar os imigrantes e seus filhos. Bittencourt (1990, p. 113-114) alude que, em 1917, havia 192 escolas estrangeiras e, em 1939, esse número foi para 310. Muitas dessas escolas eram

---

<sup>45</sup> Escolas localizadas nas zonas rurais. Suas características são parecidas com as das Escolas Isoladas.

<sup>46</sup> Segundo Oriani (2013, p. 1), as principais características das Escolas Isoladas eram: localização em regiões de difícil acesso – fazendas ou bairros afastados dos centros urbanos; mobilidade da escola, que se justificava pela busca de alunos; a presença de um único professor responsável por todas as atividades escolares, que incluíam locação do prédio/casa para o funcionamento da escola, localização dos alunos e manutenção diária da escola como abertura, fechamento e limpeza.

<sup>47</sup> Segundo Souza (2008, p. 144), as Escolas Reunidas eram um tipo de escola provisória e foram instaladas para atender à demanda popular em bairros e vilas onde se verificava a impossibilidade de criar um Grupo Escolar.

particulares, mantidas por ajuda do governo paulista<sup>48</sup> ou pelos governos e entidades estrangeiras, mas nem sempre eram pagas, e a clientela variava desde filhos de operários até de grandes proprietários agrícolas. Mendes lembra algumas medidas que foram implementadas na Reforma da Instrução Pública Paulista de 1920, conhecida como *Reforma Sampaio Dória*<sup>49</sup>. Em relação aos ideais nacionalistas e as escolas estrangeiras, ele adverte no Relatório (MENDES, 1929, p. 44) que

Os inspetores devem realizar, nas localidades em que houver escolas estrangeiras, palestras dedicadas aos pais de alunos, tomando por thema a nacionalização do ensino. Mostrarão a conveniência de se educarem em ambiente nacional as crianças aqui nascidas, embora filhas de estrangeiros. Radicados definitivamente pelos seus interesses, à terra que os acolheu, os estrangeiros só terão vantagem em fazer integralmente brasileiros, pela educação do lar e na escola de seus filhos aqui nascidos. Aos deveres que estes terão como cidadãos brasileiros, correspondem, também, direitos inestimáveis que lhes são outorgados pela nossa Constituição, uma das mais liberais do mundo. Essa educação em ambiente nacional não impedirá que as crianças consagrem à pátria de seus pais louvável sentimento de respeito, sem quebra de amor que devem se dedicar à terra de seu nascimento.

Assim, Mendes também demonstrou preocupação com as escolas estrangeiras e retomou questões levantadas por Sampaio Dória na *Reforma de 1920*. Em um dos itens de seu Relatório, intitulado Ensino Particular, Mendes cita a *Lei nº 1.750*, de 08 de dezembro de 1920, e ressalva que os trabalhos de inspeção escolar, nas escolas particulares, sobretudo nas dirigidas por estrangeiros, foram guiados pelas medidas da Reforma de 1920: respeitar feriados nacionais, ensino de Português, História e Geografia do Brasil e todo ensino ministrado em português (MENDES, 1929, p. 65).

Outro ponto importante que merece destaque neste estudo sobre a *Reforma de 1927* e a expansão da Escola Normal no estado de São Paulo se refere às reivindicações dos municípios do interior pela Escola Normal. Com a implantação da

---

<sup>48</sup> Nos Anuários do Ensino publicados entre 1907 e 1925 constam as listagens de escolas privadas apoiadas pelo poder público estadual e os valores destinados a cada uma delas.

<sup>49</sup> Sobre os ideais nacionalistas presentes na Reforma Sampaio Dória ver: Inoue, Leila Maria. *A Revista de Educação (1921-1923), o nacionalismo, e a Reforma de 1920: formação de professores em São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Unesp, Marília. 2010.

Reforma, essas reivindicações foram, de certa forma, atendidas com a possibilidade de equiparação das Escolas Normais municipais e privadas às oficiais. Durante a coleta de dados, visitei oito Escolas Normais da região oeste paulista e pude conhecer a história dessas Escolas e encontrar indícios de tais reivindicações. Algumas pesquisas evidenciam essa questão, como o trabalho de Sandano (2009) sobre a *Escola Normal Livre de Sorocaba*, que já era reivindicada desde 1911, e o trabalho de Raquel Lazari Barbosa Leite (2001) ao se referir à *Escola Normal Anhaia Mello*, na cidade de Assis.

Sobre os pedidos de uma Escola Normal em Sorocaba, Sandano (2009, p. 82) cita uma notícia, publicada em 26 de janeiro de 1911, no jornal *Cidade de Sorocaba*, que diz:

Nos primeiros dias do próximo mês de fevereiro deve ficar concluída a organização das Escolas Normais de São Paulo e Itapetininga, sendo então publicados os respectivos regulamentos. Em quantas outras localidades vão recebendo esses benefícios, é justo Sorocaba, por seu representante belíssimo Dr. Campos Vergueiro, só peça para si a criação de distritos de paz para fins politiqueros? (CIDADE DE SOROCABA<sup>50</sup>, 1911, apud, SANDANO, 2009, p. 82).

Contudo, a criação da Escola Normal em Sorocaba aconteceu somente com a *Reforma de 1927*, por iniciativa do município, em 1929. Sandano (2009, p. 83) ainda argumenta que algumas famílias se mudavam de Sorocaba para estudar os filhos, pois havia apenas Escolas Primárias na cidade.

Sobre a criação da *Escola Normal Anhaia Mello*, em Assis, Barbosa (2001, p. 86-87) diz que essa ideia surgiu a partir de uma conversa entre o Bispo *Dom Antônio José dos Santos* e o Governador do Estado de São Paulo *Adhemar de Barros*, que mencionou que o estado tinha a intenção de fechar algumas Escolas Normais por falta de alunos. Então, o Bispo e uma comissão formada pelo prefeito da cidade e outras autoridades foram pedir ao governador que transferisse uma dessas Escolas Normais para Assis.

---

<sup>50</sup> O texto de Sandano não apresenta a referência completa deste artigo, apenas informa que é do jornal *Cidade de Sorocaba*, de 26 de janeiro de 1911.

Por isso, é importante frisar que a Escola Normal no interior era uma oportunidade para diversos jovens, pois recebia alunos oriundos de famílias pobres, que procuravam uma promoção social<sup>51</sup>, e alunos de famílias abastadas da localidade. Os dados apontados no Capítulo 3 mostram que tais escolas recebiam alunos de ambas as classes sociais.

Uma questão que merece ser destacada, sobretudo para a compreensão da História da Educação em São Paulo e no Brasil é que a *Reforma de 1927* aconteceu no mesmo ano da *Reforma Fernando de Azevedo*, no Rio de Janeiro (Distrito Federal). Pode-se dizer que os olhares estavam voltados, nesse momento, para as transformações que aconteciam no Rio de Janeiro. Talvez por isso e, em consequência da *matriz azevediana na constituição do campo da História da Educação*, tenha havido um *sombreamento* de outros educadores e acontecimentos, deixando-os à margem da História da Educação, desconsiderando suas ações. O fato é que há poucos estudos sobre a *Reforma de 1927* e a atuação de *Amadeu Mendes*.

Outro aspecto importante da *Reforma de 1927* é que, para cursar a Escola Normal, tanto Livre quanto Oficial, era necessário ter cursado o Ginásio ou a Escola Complementar (que fazia parte do Ensino Primário). Segundo Bittencout (1990), havia no Estado de São Paulo, até 1934, apenas três Ginásios Oficiais<sup>52</sup> e os outros que existiam eram particulares. Sendo assim, como a Escola Complementar (mais econômica que os Ginásios) foi criada com o intuito de complementar os estudos entre Ensino Preliminar e Ensino Normal e funcionava anexa às Escolas Normais, pode-se dizer que, com a expansão das Escolas Normais Livres, houve também a expansão das Escolas Complementares. Na falta dos Ginásios, a Escola Complementar e a Normal eram uma oportunidade de estudos.

Assim, é possível dizer que a *Reforma de 1927* trouxe mudanças significativas para a educação paulista, sobretudo no interior e no litoral do estado. O processo de expansão da escolarização (marcado pelo terceiro momento de expansão do Ensino Normal), impulsionado pela equiparação das Escolas Normais,

---

<sup>51</sup> Segundo Monarcha (1999), com a reabertura da Escola Normal da São Paulo (1875), ela atraiu cada vez mais alunos, a maioria de origem pobre, que procuravam uma promoção social. Mas com a expansão do Ensino Normal para o interior, os alunos eram de ambas as classes sociais.

<sup>52</sup> Ginásio da Capital, Ginásio de Campinas e Ginásio de Ribeirão Preto.

é continuidade de um movimento contra o analfabetismo, iniciado nos primeiros anos da República, não apenas em São Paulo, mas em todo o país. Por isso, o papel do professor e da escola foi colocado em evidência para atingir os objetivos republicanos, como mencionei anteriormente. É importante ressaltar que todas as reformas da Instrução Pública paulista na década de 1920 e seus reformadores tinham o objetivo de extinguir o analfabetismo no estado de São Paulo.

### **2.3 A Reforma de 1927 e os impressos**

Além da publicação do Relatório de *Amadeu Mendes*, para auxiliar na organização das Escolas Normais Livres, a Diretoria Geral da Instrução Pública publicou alguns documentos como *Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normais Livres* (1929), que serviam de base para normatizar o funcionamento dessas escolas. Tais publicações<sup>53</sup> contribuíram para dar a conhecer a organização proposta pela *Reforma de 1927* e, em segundo momento, compreender se as Escolas Normais Livres seguiam ou não as instruções.

A publicação *Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normais Livres* (1929) é composta de 20 itens: Matérias de ensino, pessoal docente e aulas; Organização e execução do programa de ensino; Deveres dos professores; Falta dos professores; Ano letivo, regime de aulas e horário; Exame de admissão; Matrícula; Organização das classes; Notas de aplicação; Exames semestrais; Promoção dos alunos; Exames de segunda época; Transferências; Deveres dos alunos; Falta e eliminação dos alunos; Faltas disciplinares e penalidades; Escrituração escolar; Deveres do inspetor fiscal; Relação do diretor das escolas com a Direção Geral; Posse do Inspetor Fiscal e do professor de pedagogia e Vencimentos do inspetor fiscal. Tais itens esclarecem a *Lei nº 2.269* e orientam a organização da Escola Normal Livre em diversos aspectos.

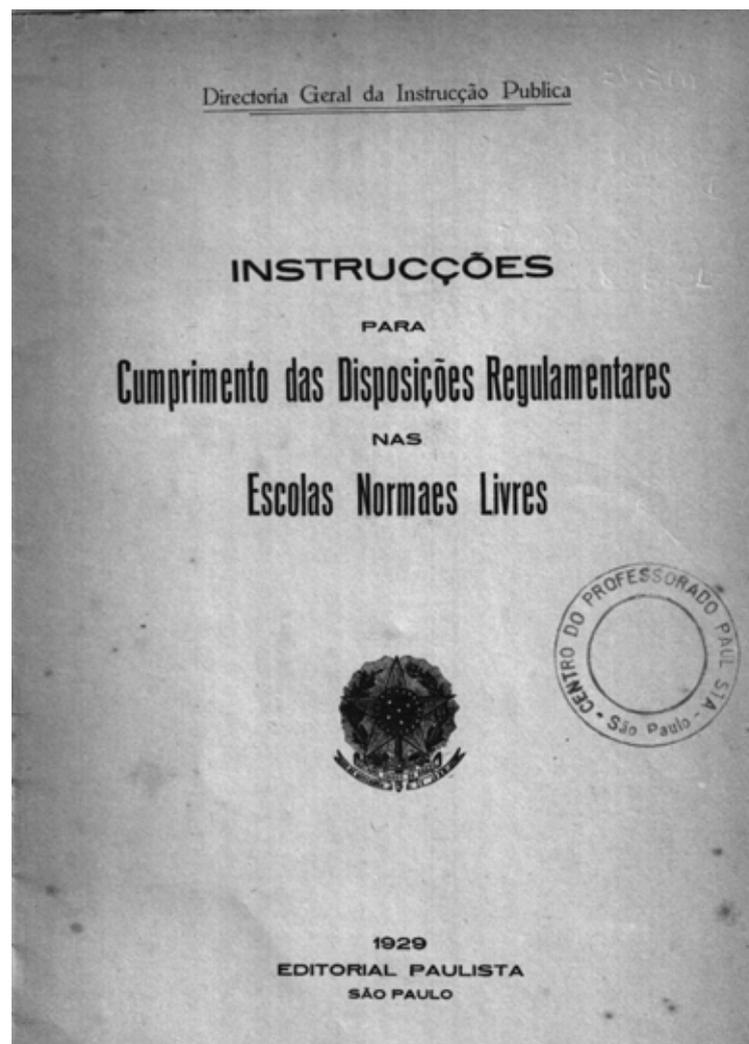
É importante destacar que, nesse terceiro momento de expansão do Ensino Normal, o papel do Inspetor Fiscal ganha destaque e importância, pois era ele quem

---

<sup>53</sup> Essas publicações podem ser encontradas no Acervo do Centro do Professorado Paulista na cidade de São Paulo.

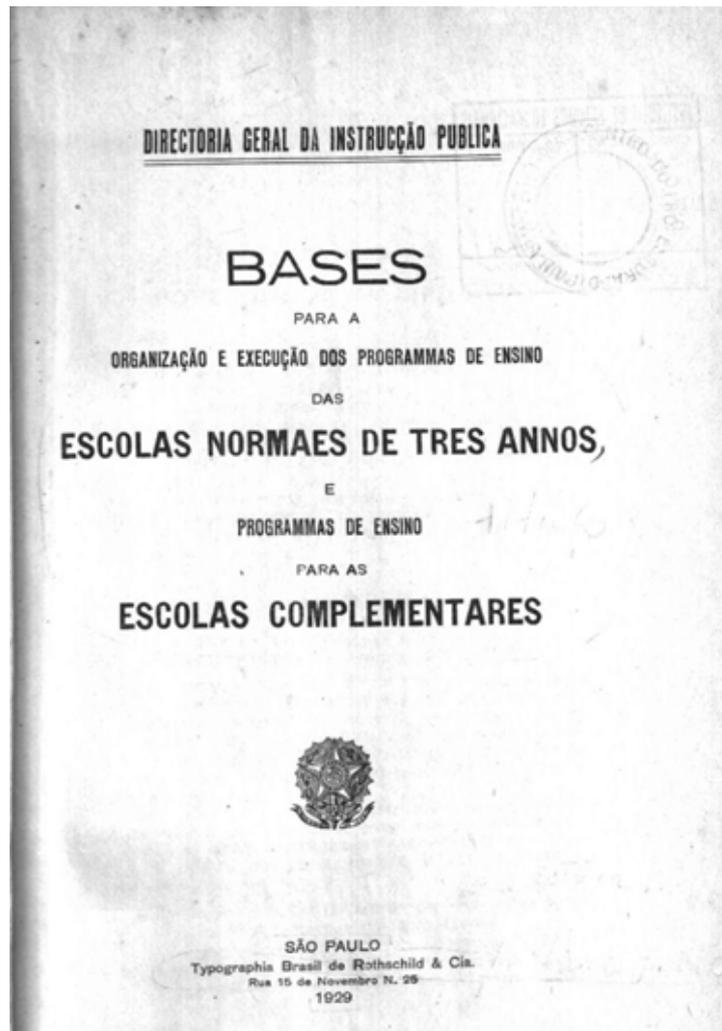
orientaria e fiscalizaria o cumprimento das condições impostas à equiparação. Ele remeteria os programas de ensino de cada cadeira elaborados pelos professores à Diretoria Geral, fiscalizaria se deveres de alunos e professores estavam sendo cumpridos, e se as escolas estavam cumprindo as determinações relativas aos dias eletivos e horários de aula, exames, transferência, matrícula, entre outros. Os documentos ainda recomendavam que o Inspetor assistisse às aulas de diversas matérias e observasse se os conteúdos estavam sendo ministrados de acordo com os programas da Diretoria Geral, além de transmitir as devidas orientações (SÃO PAULO, 1929a, p. 26).

**Imagem3:** Capa do documento *Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normaes Livres* (1929)



E para garantir a uniformização do Ensino Normal paulista, a Diretoria Geral também publicou as *Bases para a Organização e Execução dos Programas de Ensino das Escolas Normaes Livres*, em 1929.

**Imagem 4:** Capa do documento Bases para Organização e Execução dos Programas das Escolas Normaes de três anos (1929)



Na apresentação do documento, *Amadeu Mendes* relata que tais bases deveriam servir provisoriamente à organização dos Programas de Ensino das Escolas Normais de três anos, pois as bases definitivas seriam organizadas e lançadas somente quando a Diretoria Geral recebesse as sugestões dos catedráticos das disciplinas e de todos os que se interessassem pelo assunto.

Contudo, a publicação das bases provisórias era necessária, pois demoraria muito tempo até que se organizassem as bases conforme as sugestões enviadas.

Dentre as bases, destaco a de Didática, sugerindo que *lições modelo* (de vários tipos) fossem aplicadas pelo professor catedrático para os normalistas, que em seguida as aplicariam em classes do Ensino Primário, e por fim, deveria haver críticas das aulas pelos normalistas, discutindo o conteúdo, o método didático e a atitude (postura) dos normalistas durante a aula prática. Assim, é possível dizer que observar bons modelos fazia parte da formação dos professores, segundo o propósito da Reforma.

O documento ressalta que, sempre que possível, era importante fazer com que os normalistas observassem nas aulas práticas:

- a) organização das classes, modos de conduzir os alumnos;
- b) sala de aula – dimensões, iluminação e arejamento; disposição das carteiras e collocação do quadro negro; entrada dos alunos e distribuição de accordo com a acuidade visual e auditiva; modo de assentar, de manter o busto, de segurar o livro e a caneta; retiradas temporarias e sahida para o recreio; cuidado com o corpo, com o lanche, com as mãos e as vestes; disciplina dos alumnos e modo de conseguil-a, distribuição de trabalhos pelas secções da classe, organização dos horários. (SÃO PAULO, 1929b, p. 27).

Esses conhecimentos eram necessários, pois nas Escolas Isoladas e Rurais eram os próprios professores os responsáveis pela escrituração e organização da classe e da escola, incluindo os cuidados com limpeza e preparo da merenda. Pela precariedade, os professores encontravam dificuldades para se fixarem em escolas desse tipo e buscavam logo a remoção para um Grupo Escolar<sup>54</sup>. Para Bittencourt (1990, p. 106): “A precariedade das escolas isoladas rurais não era evidentemente menor, acrescentando-se ainda que eram bastante insuficientes para atender ao número de alunos que viviam na região”.

---

<sup>54</sup> “A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor.” (Souza, 2004, p. 114).

Outra publicação importante que complementa o documento anterior foi *Instruções Provisórias para a Execução do Programa de Didáctica nas Escolas Normas Livres* (1930), publicada também na revista *Educação* (fascículo 29, n. 2, ano 3, 1930), que dá orientações aos lentes de Didática de como deveria ser ministrado o programa de ensino dessa disciplina. Além das atividades extraclasse, as aulas deveriam ser organizadas da seguinte maneira:

- a) uma aula semanal de teoria;
- b) quatro aulas semanais de prática de ensino;
- c) uma aula semanal de direção de classe.

As aulas teóricas seriam destinadas a:

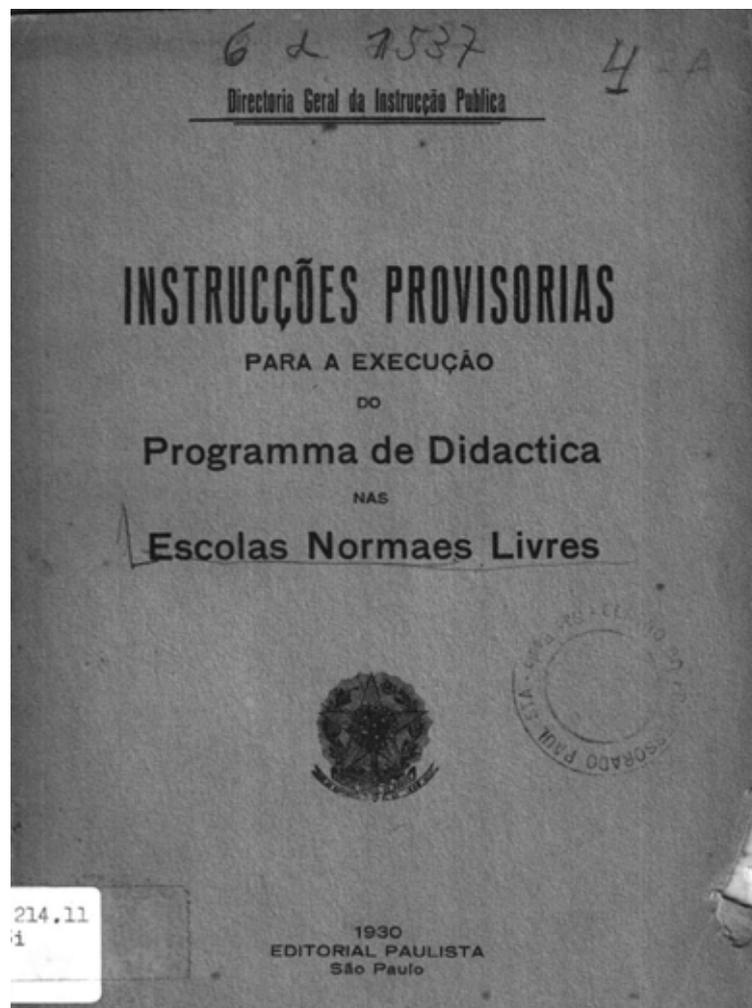
[...] deducção e commentarios dos principios geraes do ensino, á exposiçãõ e critica aos methodos geraes, a formulação de planos de lição de varias disciplinas para applicação dos principios estabelecidos e a exposiçãõ e critica do methodo especial de cada disciplina do curso primário. (SÃO PAULO, 1930, p. 5-6).

Após o conhecimento teórico de um determinado conteúdo (lição), os alunos partiriam para a realização das aulas práticas que consistiam basicamente na observação de aulas modelo realizadas pelo lente da disciplina em uma classe do Ensino Primário. Dias depois, os alunos deveriam repetir a lição dada na mesma série com o acompanhamento do lente de Didática. Então, a observação e a reprodução eram as bases da formação do professor naquele momento.

O documento também traz orientações sobre as aulas de direção de classe, destinadas à observação e prática de tudo o que diz respeito à administração de classe, horários, disciplina dos alunos, escrituração escolar, higiene, entre outros. Para essas aulas, os normalistas seriam distribuídos em classes do Ensino Primário, onde auxiliariam o professor na organização e execução desses pontos (1930, p. 8). Esse estudo seria importante para a formação do futuro professor, pois nas Escolas Isoladas e Rurais ele seria responsável por toda a escrituração da escola.

Como a *Reforma de 1927* não trouxe determinação quanto à Escola Modelo das Escolas Normais Livres, o estabelecimento onde se realizaria a prática de ensino era escolhido pela Diretoria Geral dentre os Grupos Escolares que existissem na cidade. A Diretoria recomendava que a prática de ensino seria “feita no grupo escolar da localidade, no período do dia lectivo que não coincida com o do funcionamento da escola normal” (SÃO PAULO, 1930, p. 8).

**Imagem 5:** Capa do documento *Instruções Provisórias para a Execução do Programa de Didática nas Escolas Normaes Livres*.



A revista *Educação*, que mencionei anteriormente como órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública, foi importante na divulgação da *Reforma de 1927* e publicou alguns artigos e circulares que contribuíram para compreender as medidas

implantadas e a situação do Ensino Normal e Primário nesse período situado no fim da Primeira República.

No artigo intitulado *Histórico da Instrução Pública Paulista*, José Escobar (1933, p. 182) destaque que

Na presidência do dr. Julio Prestes cuidou-se principalmente da difusão das escolas para atender ao vertiginoso crescimento de São Paulo, e para isso foram criadas e instaladas mais de mil escolas; reduziu-se o curso normal de 5 para 3 anos (exceto no da Praça da República) para fornecer professores mais depressa, instituiu-se o regimen das Escolas Normais Livres, que começaram em número de 26, permitiui-se o ensino aos professores leigos que se sujeitassem a concurso.

Assim, segundo Escobar é possível notar que o intuito de expandir o Ensino Normal era garantir também expansão da Escola Primária.

O artigo intitulado *O Esforço Educativo de São Paulo* (Através da mensagem presidencial de 14 de julho de 1930 – presidente do estado Júlio Prestes) ressaltou as ações que resultaram no desenvolvimento educacional de São Paulo, ou seja, o aumento do número de escolas e de matrículas nos diversos níveis de ensino (oficial e particular). Em relação ao ano letivo de 1929, houve um aumento de 67. 663 matrículas gerais em 1930<sup>55</sup>. Contudo, é importante observar que a primeira turma de normalistas das Escolas Normais Livres se formaria apenas no final de 1930.

Tal artigo apresenta dados importantes sobre as Escolas Normais Livres, e Prestes afirma que (1930, p. 384)

Espalhadas, como se acham, por todo território do Estado, as Escolas Normais Livres tem prestado inestimável serviço não só como estabelecimentos destinados á formação de professores para as zonas ruraes, mas também como centros de cultura na mais afastadas regiões do interior.

Funcionaram com bons resultados, 41 Escolas Normais Livres, sendo 2 na capital e 39 no interior, com 85 classes e matricula de 3. 048 alunos contra 1. 503 em 1928. Houve 2. 355 aprovações e aos exames de admissão concorreram 1. 426 candidatos, sendo aprovados 1. 181.

Convicto do inestimável serviço que essas escolas irão prestar ao ensino, tem o Governo procurado dotá-las dos meios necessários ao seu regular funcionamento. Assim, no sentido de tornar mais

<sup>55</sup> Entre Ensino Primário, Complementar, Normal, Profissional, Secundário e Superior.

efficiente a sua fiscalização e, principalmente, a orientação do ensino nellas ministrado, criou um corpo de inspectores geraes para esses estabelecimentos, além da inspecção especializada de musica e educação phisica, confiada a 4 inspectores.

Assim, o governador parece estar convencido de que a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Officiais foi a melhor solução, naquele momento, para formar os professores de que o estado necessitava. Há uma diferença muito grande entre o número de Escolas Normais Officiais e Escolas Normais Livres (que era superior no início da década de 1930). Devido a questões financeiras, o estado não teria condições de criar novas Escolas Normais Officiais e, por isso, a iniciativa particular foi convocada a contribuir com o governo nessa tarefa de formar professores em número suficiente. Essa medida realmente aumentou o número de matrículas no Ensino Normal, mas sempre com o controle e a fiscalização do estado.

Um outro artigo publicado pela revista *Educação* foi *A Formação Profissional nas Escolas Normaes Livres*, de Onofre Penteado Júnior. Esse autor faz algumas considerações sobre a formação didática do professor nas Escolas Normais Livres, contudo o artigo foi escrito após a saída de *Amadeu Mendes* da Diretoria Geral, pois se refere ao Curso Normal de dois anos, reestruturado pela Reforma de *Lourenço Filho* – Diretor Geral da Instrução Pública entre 1930 e 1931. Apesar disso, as considerações de Penteado Júnior contribuem, pois ele chama a atenção para as Escolas Primárias onde os alunos das Normais Livres fazem suas observações e aplicações – que são bem diferentes das Escolas Primárias públicas. Segundo o autor (1933, p. 60),

A prática diária e a observação pessoal tem-nos feito ver que o ambiente em que os alumnos das normaes livres fazem a iniciação, dando aulas, não é, absolutamente de realidade. As escolas normaes livres possuem cursos de applicação com numero diminuto de alumnos em geral. Esses cursos não são gratuitos, havendo nelles selecção de classe social. Para alli entram crianças de uma classe social mais abastada. Seu nível cultural não é o mesmo que se vê nos grupos escolares ou nas escolas de bairro, onde as crianças são mais pobres e o grau de cultura forçosamente é baixo. Classes pequenas. Não passam de vinte a trinta alumnos. Didactica influenciada pelo contacto cotidiano do assistente e do cathedratico, o que não deixa de dar-lhe um aspecto de renovação. Torna-se o ambiente irreal. Praticando-se ahi o futuro professor, terá uma

concepção errônea, criando dentro de si uma felicidade um tanto enganosa.

Penteado Júnior argumenta que as Escolas Primárias particulares (anexas as Escolas Normais Livres) não são o ambiente real que os futuros professores vão encontrar nas escolas públicas (urbanas e rurais), pois há diferenças na condição social das crianças e também nas condições de trabalho docente. Contudo, documentos analisados anteriormente determinavam que a Escola Primária onde seria realizada a Prática de Ensino dos normalistas seria definida pela Diretoria Geral.

Sobre a formação prática do professor, o autor aponta que (p. 61)

A pratica diária do ensino deveria ser feita em situação mais real, nas escolas primarias do Estado, nos grupos escolares. Dar-se-ia, aos normalistas, idea mais exata do que sejam as nossas escolas primarias, sentiriam elles, desde logo, as dificuldades futuras e iriam lastreando seu próprio animo com um fundo de maior coragem, para o desempenho cabal da sua missão. Outras vantagens adviriam, fatalmente, como a de por a escola primaria em contato intimo com as escolas formadoras dos seus próprios elementos de trabalho. A escola primária não pode estar divorciada das escolas normaes.

Penteado Júnior defende que a formação prática do professor deveria ser feita em Escolas Primárias Públicas para que os formandos das Escolas Normais Livres se familiarizassem com a realidade vivida nelas. Isso já tinha sido recomendado por *Amadeu Mendes* e, pelo relato de Penteado Júnior, tal recomendação não se concretizou totalmente.

Outro artigo publicado pela revista *Educação* foi escrito por *Theodoro de Moraes*, que no momento era Inspetor Fiscal da *Escola Normal Livre Nossa Senhora de Amparo*. O artigo intitulado *Escolas Normais Livres*<sup>56</sup>, publicado em 1928, foi uma exposição de *Theodoro de Moraes* apresentada durante uma reunião de *Amadeu Mendes* com os Inspectores Escolares em junho de 1928. Nesse texto, Moraes argumentava que muitas das Escolas Normais Livres eram confessionais católicas, ministravam o ensino religioso e praticavam cultos religiosos, contudo, estavam sob o regime de leis do estado que determinavam que o ensino público seria leigo.

<sup>56</sup> Esse texto também foi publicado no Relatório (1929) apresentado por *Amadeu Mendes*.

Moraes defende que deveria haver mais estudos sobre a questão do ensino religioso nas instituições de ensino em geral. Para Theodoro de Moraes (1928, p. 130), seria mais conveniente que “o regulamento das Escolas Normais Livres deixasse bem claro e resguardasse os dois direitos, – o dos Collegios de ministrarem o ensino religioso; o dos alumnos de se eximirem delle, no caso de crença differente”. Assim, Moraes defendia o ensino religioso facultativo sem penalidade aos alunos que optassem por não cursar a disciplina, pois era necessário garantir também os direitos dos alunos de se matricularem em qualquer instituição de ensino, independente de ser uma instituição confessional.

O jornal *Correio Paulistano*<sup>57</sup> publicou anúncios sobre a abertura de inscrições para exame de admissão de algumas Escolas Normais e também publicou diversos agradecimentos de prefeitos municipais ao presidente do estado *Júlio Prestes* e demais autoridades pela equiparação de Escolas Normais Livres. Um exemplo desses agradecimentos, da cidade de Amparo, diz que

Causa grande contentamento na população amparense o acto do governo do Estado equiparando ás Escolas Normais officiaes, de 03 annos, a Escola Normal Livre de Amparo, annexa ao Collegio Nossa Senhora do Amparo desta cidade. (CORREIO PAULISTANO, 1928, p. 8).

Outro exemplo desses agradecimentos são os telegramas enviados ao Secretário do Interior Sr. Fábio Barreto, e que foram reproduzidos pelo jornal. O *Correio Paulistano* publicou que

O senhor secretario do interior recebeu hontem os seguintes telegramas a respeito da equiparação das Escolas Normais Livres:  
Rio Claro – cumpro o grato dever e de agradecer a v. exc., em nome da população e direção política desta cidade, a criação da Escola Normal Livre annexa ao Collegio Purissimo Coração de Maria. Respeitosas saudações. Marcelo Schmidt.  
Franca – a diretoria da Escola Normal de Franca agradece a equiparação desta e, reconhecidas aos excellentes serviços prestados á Franca, tem a honra de communicar que, em reunião do corpo administrativo e congregação foi deliberado, dar seu nome á mesma Escola. (CORREIO PAULISTANO, 1928, p. 3).

---

<sup>57</sup> O jornal *Correio Paulistano* foi importante diário do Brasil. Foi o primeiro jornal de São Paulo, o terceiro do Brasil e o único a cobrir a Semana de Arte Moderna. Foi fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques em 26 de junho de 1854 e circulou até 31 de julho de 1963 (THALASSA, 2007).

O jornal *O Estado de São Paulo*<sup>58</sup> também publicou algumas notícias sobre a *Reforma de 1927*. Muitas delas são anúncios de inaugurações de escolas, festas escolares, visitas de inspeção escolar, nomeações e inscrição para exame de admissão em escolas Normais Livres em cidades com Tietê, Amparo, Santos, Ribeirão Preto, São Simão, etc. Em 03 de maio de 1928, o Jornal anunciou a inauguração da *Escola Normal Livre de Bauru*, na região oeste paulista.

O jornal *O Estado de São Paulo* noticiou em 30 de novembro de 1930 (p. 4) a dispensa de todos os professores leigos admitidos, como medida de emergência, pela *Reforma de 1927*. De acordo com a notícia o “Governo Provisório decidiu ontem a dispensa de todos os professores leigos, que regiam escolas urbanas e rurais no Estado”. Talvez a dispensa fosse adequada, pois as primeiras turmas de professores das Escolas Normais Livres se formariam no fim de 1930 e muitos desses professores assumiriam as vagas ocupadas pelos professores leigos.

Sendo assim, a Escola Normal era uma instituição importante para o desenvolvimento da Instrução Primária e essas publicações dão indícios de que havia diversos pedidos da população e de autoridades municipais pelas Escolas Normais, pois disseminadas pelas cidades do interior, elas poderiam atrair jovens que tivessem o interesse em lecionar em escolas dessas cidades.

#### **2.4 Escolas Normais Livres e Oficiais: 1927 - 1933**

Após a *Reforma de 1927*, em 1928, 26 Escolas Normais Livres – duas na capital e 24 no interior – obtiveram a equiparação. Essas escolas tiveram 44 classes de 1º ano com 1.503 alunos matriculados, e as dez Escolas Normais Oficiais<sup>59</sup> tiveram 3.126 matriculados em todos os anos do curso, pois ainda estavam em fase

---

<sup>58</sup> O jornal *O Estado de S. Paulo* nasceu com o nome de *A Província de São Paulo* e, 04 de janeiro de 1875. Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão.

<sup>59</sup> Escola Normal da Capital, Escola Normal do Braz, Escola Normal de Campinas, Escola Normal de Casa Branca, Escola Normal de Piracicaba, Escola Normal de São Carlos, Escola Normal de Botucatu, Escola Normal de Itapetininga, Escola Normal de Pirassununga e Escola Normal de Guaratinguetá.

de transição do Ensino Normal de cinco para três anos, conforme a *Reforma de 1927* (TANURI, 1973). Isso mostra que a equiparação das Escolas Normais alteraria o modelo<sup>60</sup> de formação docente no estado, pois entrava em cena a iniciativa privada e municipal superando a iniciativa estadual.

Com o aumento do número de Escolas Normais, houve também a possibilidade de ampliação do Ensino Primário. Os dados da pesquisa apontam que tal expansão do Ensino Normal Livre e até mesmo das Escolas Normais Oficiais aconteceu, primeiramente, em regiões mais desenvolvidas do estado, isto é, a expansão não ocorreu de forma igual em todas as regiões devido às suas condições econômicas, políticas e socioculturais. A região oeste paulista, por exemplo, no início da década de 1930, quando as estradas de ferro começaram a se expandir, contava apenas com a *Escola Normal Livre Guedes de Azevedo*, em Bauru, criada em 1928; a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, criada em 1928, e a *Escola Normal Livre Nossa S. Auxiliadora*, de Lins, criada em 1929. Diante dos dados, não é possível afirmar que a expansão do Ensino Normal tenha ocorrido de forma homogênea em todo o estado. Pelo contrário, considero, pelas leituras dos *Relatórios dos Inspectores de Ensino*, que tal número era insuficiente e isso dificultava a abertura de novas classes de Ensino Primário. Abaixo, o Quadro 4 traz os dados das Escolas Normais equiparadas no ano de 1928.

**Quadro 4:** Escolas Normais Paulistas Equiparadas (1928)

Estabelecimentos aos quais são anexos	Localidade	Data de equiparação	Regime	Nº de Classes	Alunos matriculados	Alunos promovidos
1. Colégio Puríssimo Coração de Maria	Rio Claro	16-02-1928	Internato Externato	2	68	60
2. Colégio Sagrado Coração de Jesus	Campinas	16.02.1928	Internato	1	21	14
3. Escola Normal Livre de	Tietê	16.02.1928	Externato	3	118	88

<sup>60</sup> Neste trabalho estarei me referindo ao conceito de modelo escolar estabelecido por Carvalho (1989, 2001), porém de uma maneira mais livre.

4. Ginásio Municipal Mackemzie	Araraquara	16.02.1928	Externato	2	62	49
5. Ginásio de São Luiz	Jaboticabal	16.02.1928	Externato	1	49	17
6. Colégio Santa Inês	Capital	16.02.1928	Internato	1	25	13
7. Escola de Farmácia e Odontologia	Ribeirão Preto	16.02.1928	Externato	2	91	66
8. Colégio Nossa Sra. Auxiliadora	Batatais	20.02.1928	Internato-Externato	1	18	18
9. Escola Normal Livre de	Franca	20.02.1928	Internato-Externato	2	110	63
10. Escola Normal Livre de	São Simão	20.02.1928	Externato	2	120	97
11. Colégio Progresso Campineiro	Campinas	23.02.1928	Internato	1	20	19
12. Colégio Nossa Sra. do Amparo	Amparo	23.02.1928	Internato Externato	1	36	28
13. Assoc. Instrutiva José Bonifácio	Santos	29.02.1928	Externato	2	104	69
14. Colégio Santo André	Jaboticabal	29.02.1928	Internato	1	28	16
15. Escola Normal Livre Guedes de Azevedo	Bauru	01.03.1928	Externato	1	100	22
16. Colégio N. S. do Carmo	Guaratinguetá	01.03.1928	Internato	1	18	16
17. Colégio N. Sra. d' Assunção	Piracicaba	01.03.1928	Internato	1	40	35
18. Colégio Progresso	Araraquara	08.03.1928	Internato	1	25	19
19. Escola Professoral Patrocínio São José	Lorena	15.03.1928	Internato Externato	2	96	51
20. Ginásio	Jaú	29.03.1928	Internato	1	50	41

Municipal de			Externato			
21. Colégio Patrocínio	Itu	29.03.1928	Internato Externato	3	92	55
22. Colégio Imaculada	Moji Mirim	12.04.1928	Internato Externato	1	23	36
23. Colégio São José	Limeira	12.04.1928	Internato Externato	1	25	23
24. Colégio Florence	Jundiaí	12.04.1928	Internato Externato	1	47	43
25. Colégio Batista Brasileiro	Capital	12.04.1928	Internato	1	10	6
26. Colégio São José	Pindamonh angaba	19.04.1928	Internato Externato	2	87	14
<b>Total Geral</b>				44	1503	978

**Fonte:** Elaborado com base no quadro *Escolas Normais equiparadas às oficiais de 3 anos , que funcionavam em 1928*, do Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fábio de Sá Barreto, Secretário do Interior, pelo Diretor Geral da Instrução Pública Amadeu Mendes (1927-1928, p. 59).

Pelo quadro acima, é possível observar que no ano de 1928<sup>61</sup> foram criadas 26 Escolas Normais Livres e apenas a *Escola Normal Livre Guedes de Azevedo* iniciou seu funcionamento na região pesquisada.

O grande número de Escolas Normais Livres que obtiveram a equiparação causou certa preocupação aos intelectuais e profissionais da educação em relação a sua qualidade. Foi então que *Lourenço Filho* – Diretor Geral da Instrução Pública Paulista entre 1930 e 1931 – suspendeu a equiparação de todas as Escolas Normais Livres do estado e estabeleceu condições mais rígidas para a obtenção da equiparação (*Decreto nº 4.794*, de 17 de dezembro de 1930). As condições seriam as seguintes:

- a) ter sido fundada e mantida por nacionais, associações de nacionais ou municipalidades;
- b) ser dirigida por brasileiro nato;
- c) respeitar, em seus cursos e programas, o estabelecido para as escolas normais oficiais;

<sup>61</sup> Outras escolas foram criadas em 1928, mas iniciaram seu funcionamento no ano de 1929, como apontam os Quadros apresentados ao longo do texto.

- d) funcionar em prédio de perfeitas condições higiênicas e pedagógicas;
- e) possuir mobiliário adequado, gabinete de ciências, física naturais, biblioteca especializada e material didático indispensável;
- f) manter curso primário anexo para a prática pedagógica;
- g) ocorrer às despesas dos exames de admissão e os do curso, que serão prestados perante bancas nomeadas pelo governo.
- h) ter um total de alumnos que corresponda, no mínimo, a 15 por classe;
- i) depositar, cada anno no Thesouro do Estado, para que seja autorizada a abertura das aulas, a importancia de Rs. 14:400\$000 (quatorze contos e quatrocentos mil réis), para o pagamento do professor fiscal, de que trata o art. 4.º;
- j) sujeitar-se á fiscalisação da Directoria Geral da Instrução Publica. (SÃO PAULO, 1930).

É possível notar que as condições para a equiparação implantadas por *Lourenço Filho* são mais rigorosas do que as exigidas pela *Reforma de 1927*, que estabelecia apenas quatro condições. As novas condições acima apresentadas se voltam para a formação pedagógica dos futuros professores, destacando-se a preocupação com os materiais didáticos, com os laboratórios adequados e exigência do Curso Primário anexo para as aulas de Prática de Ensino. Porém, é preciso questionar que tais condições também podem representar uma medida para conter o crescimento de escolas confessionais devido à disputa entre católicos e renovadores.

A *Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal*<sup>62</sup> (1946) também traz informações sobre a suspensão da equiparação das Escolas Normais Livres, porém sem muitos detalhes. Sobre a gestão de *Lourenço Filho* na Diretoria Geral da Instrução, Busch (1946, p. 13) faz as seguintes considerações:

Desequiparou as escolas normais particulares e estabeleceu novas e mais rigorosas condições para a equiparação das mesmas ou outras que viessem instituir. Elevou de novo o curso normal para 4 anos precedido do curso complementar de 3 anos, estabelecendo, nos programas das matérias lecionadas, a necessária coordenação.

---

<sup>62</sup> A Polianteia é um documento que traz diversas informações sobre o Ensino Normal em geral (organização, legislação, reformas, professores, saberes, entre outros). Foi publicada em 1946 em comemoração ao centenário do Ensino Normal em São Paulo.

Pela citação acima, considero que o Período Vargas, sobretudo nos primeiros anos após a Revolução de 1930, foi um período muito conturbado pela mudança de regime político<sup>63</sup> e, conseqüentemente, isso causou mudanças em todos os setores, inclusive na educação. Por isso, houve um período em que as Escolas Normais tiveram que requerer novamente a equiparação. Na verdade, o período entre 1930 e 1932 foi um período de dificuldades políticas em São Paulo, pois a Revolução de 1930<sup>64</sup> e a Revolução Constitucionalista de 1932<sup>65</sup> foram conflitos que marcaram o período pesquisado. Tanto que *Lourenço Filho*, no período em que foi Diretor Geral da Instrução Pública (1930-1931) enviou uma circular com um questionário para os diretores de Grupos Escolares e Escolas Reunidas sobre a Junta Governativa local filiação política de seus membros. Essa circular causou descontentamento nos diretores e levou o então Diretor Geral a publicar uma nota explicando a circular<sup>66</sup>.

Em 1930<sup>67</sup>, o número de Escolas Normais Livres atingia 49 unidades, com 4.017 matriculados, enquanto havia apenas 3.684 matriculados nas dez Escolas Normais Oficiais. Formavam-se as primeiras turmas de alunos das Escolas Normais Livres após a equiparação, com 934<sup>68</sup> formandos e 1.203 alunos formados pelas Escolas Normais Oficiais, totalizando 2.137 novos professores. Isso pode ser a razão pela qual os professores leigos foram exonerados, pois, após a saída de Mendes, Lourenço Filho exonerou todos os professores leigos contratados a partir de 1927 em São Paulo. De acordo com Souza (2009, p. 187),

No âmbito da racionalização e moralização do serviço público, o diretor exonerou todos os professores leigos contratados a partir de 1927 (1.044 professores), procedendo à revisão da localização das

<sup>63</sup> 1931-1945 foi o período governado por Getúlio Vargas, conhecido como Era Vargas ou Período Vargas.

<sup>64</sup> A Revolução de 1930 foi um movimento de revolta armado, ocorrido no Brasil em 1930, que tirou do poder, por meio de um golpe de estado, o presidente paulista Washington Luiz. Com o apoio dos militares, Getúlio Vargas assumiu a presidência da República (governo provisório). Segundo Fausto (1970, p. 112), a Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café.

<sup>65</sup> A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um movimento armado ocorrida de julho a outubro de 1932 que tinha o objetivo de derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e restituir o país à ordem constitucional suspensa desde a Revolução de 1930 (SANTOS; Mota, 2010, p. 7).

<sup>66</sup> Revista Escola Nova, v. 1 – Através das Revistas e Jornais, 1930, p. 303-304.

<sup>67</sup> O período Vargas, na sua vertente cultural, as ideias nacionalistas enfatizaram as qualidades do homem brasileiro, ressaltando suas características raciais e seus atributos positivos, contudo, se sustentava a necessidade de branquear a população. (FAUSTO, 2006, p. 130).

<sup>68</sup> O *Livro Jubilar da Escola Normal da Capital* (1930, p. 316-317), aponta que, em 1930, as Escolas Normais Livres do estado formaram 816 professores de ambos os sexos enquanto, as dez Escolas Normais Oficiais formaram mil cento e sessenta e sete (1.167) professores. Mesmo em menor número, A Escola Normal Oficial formava mais professores do que as Normais Livres.

escolas vagas do estado e abrindo concurso público para professores diplomados. A medida, que suscitou grande polêmica e descontentamento dos professores, foi justificada pelo diretor do ensino como iniciativa tomada a bem do interesse do ensino visando eliminar anomalias verificadas, como o favoritismo político, interferindo na localização de escolas e nomeação de professores sem adequação às necessidades do sistema escolar e o favorecimento de professores leigos em detrimento dos profissionais qualificados.

Anos mais tarde, com a *Reforma Fernando de Azevedo – Decreto nº 5.884*, de 21 de abril de 1933 – que institui o *Código de Educação de São Paulo*<sup>69</sup>, a Escola Normal sofreu algumas transformações. Passou a ser constituída por um curso de formação profissional de apenas dois anos. Segundo o art. 753, as Escolas Normais Livres e Oficiais do estado compreendiam: um Curso de Formação Profissional de Professores (02 anos); um Curso Secundário Fundamental (05 anos) e, um Curso Primário (04 anos). O Curso Primário seria também necessário para as atividades da disciplina Prática de Ensino.

De acordo com o art. 784, o programa do curso distribuía-se nas seguintes seções<sup>70</sup>:

**1ª seção** – Educação (Psicologia; Pedagogia; Prática de Ensino e História da Educação);

**2ª seção** – Biologia Aplicada à Educação (Fisiologia e higiene da criança; Estudos do crescimento da criança e Higiene da Escola);

**3ª seção** – Sociologia (Fundamentos da Sociologia; Sociologia educacional e Investigações sociais em nosso meio).

Além das matérias mencionadas acima, os alunos tinham aulas de Desenho, Música e Artes Industriais e Domésticas e ainda, pela leitura do *Código de Educação*, o canto orfeônico era uma prática quase obrigatória em todas as escolas, incluindo as Escolas Normais.

<sup>69</sup> Segundo Souza (2009, p. 198), o *Código de Educação* fixou as bases de funcionamento do sistema de ensino paulista até a década de 1960.

<sup>70</sup> A 1ª seção ficaria a cargo de um professor e três assistentes e as outras seções teriam apenas um professor responsável para cada uma. (SÃO PAULO, 1933).

Como consta no art. 788, o ensino seria intensivo no curso de formação profissional, com aulas teóricas, aulas práticas de laboratório ou de investigação, de seminários e excursões, a fim “de estimular e desenvolver a iniciativa individual dos alunos, o espírito e o gosto de observação pessoal e o hábito de reflexão” (SÃO PAULO, 1933).

Mediante as críticas à expansão desordenada das Escolas Normais apontadas anteriormente, o *Código de Educação* implantou medidas que procuraram diminuir o crescimento excessivo. No art. 775, ficou determinado que nenhuma Escola Normal poderia organizar mais que duas salas do 1º ano do curso de formação profissional de professor, nem admitir mais de 45 alunos em cada uma.

A matrícula no 1º ano do Curso de Formação Profissional era facultada aos alunos que tivessem concluído o Ensino Fundamental e as vagas restantes seriam para os alunos egressos dos Ginásios que prestassem o exame de admissão.

Em relação às Escolas Normais equiparadas, consta no *Código de 1933*, diferentemente da *Reforma de 1927*, que haveria prévia suspensão da equiparação caso as exigências não fossem cumpridas pelas Escolas Normais. O art. 783 estabeleceu<sup>71</sup> as seguintes condições para que as Escolas Normais Livres obtivessem a equiparação:

- a)** serem mantidas por nacionais, associações de nacionais ou municipalidades;
- b)** serem dirigidas por brasileiro nato, com as habilitações necessárias;
- c)** terem corpo docente idôneo, registrado no Departamento de Educação;
- d)** respeitarem em seus cursos e programas, o estabelecido para as escolas normais oficiais;
- e)** funcionarem em prédios de boas condições higiênicas e pedagógicas;
- f)** possuírem mobiliário adequado, gabinete de ciências físicas e naturais, biblioteca especializada e material didático indispensável;
- g)** ocorrerem às despesas dos exames que forem prestados perante bancas constituídas com pessoal estranho á escola;
- h)** depositarem, cada ano de 1.º a 10 de janeiro no Tesouro do Estado ou na estação fiscal da localidade, a importância destinada ao pagamento do professor da 1.ª secção;

<sup>71</sup> O *Código de Educação* (1933) procurou estabelecer condições de equiparação mais rigorosas, assim como o Decreto nº 4.794, de 17 de dezembro de 1930.

i) sujeitarem-se á fiscalização do Departamento de Educação, por intermédio das Delegacias Regionais de acordo com o regulamento que o Governo baixar. (SÃO PAULO, 1933).

O *Código de Educação* também manteve a fiscalização das Escolas Normais Livres equiparadas por meio de frequentes visitas de inspeção (no mínimo duas por mês) realizadas pelos Delegados Regionais ou de seus Inspetores Fiscais. De acordo com o art. 784, a inspeção consistiria em exame rigoroso da escrituração da Escola, de sua organização e da regularidade e eficiência dos trabalhos escolares.

As Escolas Normais Livres que solicitassem a equiparação deviam ter o Curso Secundário Fundamental de cinco anos e o Curso de Formação Profissional de dois anos, organizados nos moldes dos estabelecimentos oficiais, bem como a Escola Primária para as atividades práticas. Também, cada escola equiparada teria um professor para a 1ª seção (Educação) do Curso de Formação Profissional do Professor nomeado pelo governo. Era esse professor que garantiria o controle da formação de professores nas Escolas Normais Livres.

A equiparação das Escolas Normais Livres era concedida por decreto, podendo ser suspensa pelo descumprimento de qualquer uma das condições exigidas. O *Código de Educação* ainda previa que, no caso de ser cassada a equiparação, ficaria assegurado aos alunos o direito de transferência para outra Escola Normal, tanto Livre como Oficial. Além disso, determinou que mais nenhuma Escola Normal Livre poderia ser equiparada. Isso pode significar um indício de tentativas para diminuir o número de equiparações e manter apenas as escolas já existentes.

Para levar os professores a áreas de difícil acesso, o *Código de Educação* determinou estágios tanto para professores formados nas Escolas Normais Oficiais quanto nas Livres. De acordo com o art. 322,

- 1 - são do primeiro estágio as localizadas em pontos de difícil acesso que, por isso, exijam residência do professor no próprio lugar da escola;
- 2 - são do segundo estágio as localizadas em pontos de fácil acesso, mas que obriguem o professor a residir no próprio lugar da escola;
- 3 - são do terceiro estágio as cidades populosas e as que permitem ao professor residir noutro lugar, viajando, diariamente, para dar aulas.

4 - são do quarto estágio as da Capital e arredores que permitiam que professor residisse na Capital. (SÃO PAULO, 1933).

Sendo assim, os professores em início de carreira passariam primeiramente pelas Escolas Rurais e Isoladas, de difícil acesso, que até exigiriam residência no próprio local da escola. Depois poderiam se remover para outras localidades de fácil acesso e, depois para cidades mais populosas (Capital) e, possivelmente, lecionar em Grupos Escolares. Por essas medidas, é possível perceber uma preocupação em controlar os caminhos que percorreriam os professores tentando levá-los para as escolas de difícil acesso.

Além das Escolas Normais Oficiais e Livres, em 1933, o *Código de Educação* de São Paulo criou os *Institutos de Educação*<sup>72</sup> (IEs). Assim, a *Escola Normal Caetano de Campos* transformou-se em *Instituto de Educação Caetano de Campos*<sup>73</sup>. Segundo Labegalini (2005, p. 55), o primeiro Instituto de Educação paulista, denominado *IE Caetano de Campos*, possuía organização bem diferente das outras Escolas Normais do estado, mas também formava professores para o Ensino Primário, além dos cursos para formação de professores secundários e aperfeiçoamento para a formação de diretores e inspetores escolares.

Os IEs eram considerados de nível de formação mais elevado que às outras Escolas Normais do estado. Contudo, a expansão dos IEs<sup>74</sup> aconteceu para o interior e o litoral apenas em 1951 (LABEGALINI, 2005, p. 14). Assim, muitas Escolas Normais Oficiais foram transformadas em IEs após esse ano, inclusive escolas pesquisadas neste trabalho. Considero que, com a criação dos IEs, o estado de São Paulo voltou a ter dois tipos de escolas de formação de professores, como era antes da *Reforma de 1920*, quando havia Escolas Normais Primárias e Secundárias, sendo que as Normais Secundárias eram de nível mais elevado.

---

<sup>72</sup> O Instituto de Educação consiste nas seguintes escolas e anexos: Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária e Jardim da Infância.

<sup>73</sup> Os IEs tiveram essa denominação até a Lei nº 5.692, de 1971, e a partir de 1975, passaram a se denominar Escola Estadual de 1º e 2º Grau [...].

<sup>74</sup> Sobre a expansão dos IEs pelo interior paulista, ver: LABEGALINI, Andreia C. F. B. *A formação de professores nos Institutos de Educação de São Paulo (1933 a 1945)*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2005.

Entretanto, não pretendo me estender sobre a expansão dos IEs<sup>75</sup>, pois não é o foco deste trabalho.

Assim, diante das equiparações e “desequiparações<sup>76</sup>” das Escolas Normais Livres ao longo do período pesquisado, uma das finalidades deste texto seria mapear e organizar tabelas e gráficos com dados estatísticos sobre essas Escolas Normais ano a ano. Porém, apesar de constar na legislação paulista que a equiparação seria concedida por decreto, esses não estão na *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo* nem no site da *Assembleia Legislativa de São Paulo*. Recorri então, a Mascaro (1956), à *Poliantéia* (1946), ao *Relatório de Amadeus Mendes* (1927-1928) e ao documento denominado *O Ensino Secundário e Normal do estado de São Paulo*, 1949, publicado pelo *Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo* para tentar reconstruir a expansão do Ensino Normal em São Paulo. Contudo, é importante relativizar a disparidade entre os dados desses documentos e a ausência das fontes consultadas para a elaboração dos mesmos. Isso dificultou a pesquisa, pois optar pelo uso de apenas um desses documentos poderia resultar em informações incompletas e incorretas sobre a expansão do Ensino Normal. É importante esclarecer também que algumas fontes tabulam as Escolas Normais Livres municipais separadas das demais Escolas Normais Livres e que optei por seguir os dados conforme indica cada fonte. Por isso, em alguns quadros<sup>77</sup>, os dados das Escolas Normais Livres mantidas por municípios estão separados dos demais.

Mascaro (1956) esclarece, em nota de rodapé, que alguns dos dados apresentados no seu livro estão sujeitos a falhas. O autor, em alguns casos, considera que o ano de criação de certas Escolas Normais foi, na verdade, o ano de transformação em Escola Normal Oficial<sup>78</sup> e isso muitas vezes não procede, pois a escola já existia, funcionando como Escola Normal Livre. A *Poliantéia* (1946) e *O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (1949) também tratam alguns

<sup>75</sup> Considero que a criação e a implantação dos IEs deram continuidade ao processo de expansão da formação de professores e do ensino normal impulsionado pela *Reforma de 1927*, porém, com alguns pontos diferentes devido às suas próprias finalidades.

<sup>76</sup> Termo usado por Busch (SÃO PAULO, 1946).

<sup>77</sup> Os quadros com os dados das Escolas Normais criadas até 1946 podem ser consultados no Apêndice.

<sup>78</sup> Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju e Presidente Prudente, por exemplo.

casos da mesma maneira, além de considerar apenas as escolas em funcionamento no ano em que foram publicados. Assim, traçar os números da expansão do Ensino Normal se tornou um trabalho complexo.

Mas, apesar dessa dificuldade, considero que esses questionamentos me fizeram compreender os objetivos das pesquisas sob a perspectiva da História Cultural, que volta seus olhares para a construção de uma história por um determinado grupo, em um determinado lugar e época e por meio de documentos de suportes diferentes. Por isso, ressalto a importância da pesquisa de campo nas escolas selecionadas, que possibilitou conhecer parte de uma história que os documentos oficiais não revelam.

Sendo assim, para compreender melhor como ocorreu a expansão do Ensino Normal Paulista, apresento os quadros abaixo com os dados sobre criação e equiparação das Escolas Normais nos quatro documentos mencionados acima. É preciso considerar que os dados apresentados também estão sujeitos a falhas e que é grande a dificuldade de afirmar um número exato de Escolas Normais, pois muitas delas foram transferidas e extintas. Contudo, meu objetivo é formar uma base de dados para que outros pesquisadores possam também questioná-los e reformulá-los.

**Quadro 5:** Escolas Normais criadas em 1928

<b>Escolas Normais criadas em <u>1928</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre do Liceu Rio Branco, de Catanduva	- Criada em 1928; - Transformada em Escola Normal Oficial em 1939 pelo Decreto nº10.317.
Escola Normal Livre de Tietê	- Instalada oficialmente em 31/03/1928. - Transformada em Escola Normal Oficial em 1939.
Escola Normal Municipal de Taquaritinga	- Criada em 04/10/1928; - Em 09/07/1945, foi transformada em Escola Normal e Ginásio Oficial de

	Taquaritinga.
Escola Normal Santa Inês, de São Paulo	- Criada em 16/02/1928.
Escola Normal do Colégio Batista Brasileiro, de São Paulo	- Equiparada em 12/04/1928
Escola Normal Livre N. S. do Amparo, de Amparo	- Criada em 23/02/1928.
Escola Normal Livre da Associação de Ensino, de Ribeirão Preto	- Criada em 26/03/1928.
Escola Normal Livre de Jundiaí	- Instalada em 04/05/1928, anexa ao Colégio Florence.
Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus, de Campinas	- Fundada em 1928.
Escola Normal Livre Patrocínio de São José, de Lorena	- Equiparada em 15/03/1928.
Escola Normal Puríssimo Coração de Maria, de Rio Claro	- Criada em 16/02/1928.
Escola Normal Livre N. S. da Assunção, em Piracicaba	- Criada em 01/03/1928.
Escola Normal Livre Progresso Campineiro, de Campinas	- Criada em 23/02/1928.
Escola Normal Livre Progresso, de Araraquara	- Criada em 08/03/1928
Escola Normal Livre José Bonifácio, de Santos	- Criada em 08/03/1928.
Escola Normal Livre N. S. do Patrocínio, de Itu	- Equiparada em 29 de março de 1928
Escola Normal Livre Guedes de Azevedo, de Bauru	- Criada a partir da extinta Escola Normal Municipal Gomes Duarte; - Instalada em 13/05/1928, anexa ao Colégio Guedes de Azevedo.
Escola Normal Municipal de Mirassol	- Criada pelo Decreto Municipal nº 62, de 01/12/1928; - Equiparada em 03/01/1929.
Escola Normal Livre Imaculada Conceição, de Mogi Mirim	- Criada pelo Decreto de 12/04/1928.
Escola Normal Livre São José, de Jaú	- Criada em 29/03/1928; - Equiparada em 13/05/1928.
Normal Livre Santo André, de Jaboticabal	- Criada em 1928
Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora, de Batatais	- Equiparada em 20/02/1928; - Reaberta em 14/03/1939.
Escola Normal Livre de Franca	- Equiparada em 20/02/1928.
Escola Normal Livre de São Simão	- Equiparada em 20/02/1928.
Escola Normal Livre N. S. do Carmo, de Guaratinguetá	- Equiparada em 01/03/1928.
Escola Normal São José, de	- Equiparada em 19/04/1928.

Pindamonhangaba	
<b>Total de 26 Escolas Normais Livres criadas em 1928.</b>	

**Fonte:** Quadro elaborado conforme dados da Poliantéia (1946), *O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (1949) e Mascaro (1956).

O ano seguinte após a *Reforma de 1927* foi o período de criação do maior número de Escolas Normais Livres no estado de São Paulo, totalizando 26 escolas criadas, mas apenas as Escolas Normais de Bauru foram criadas na região pesquisada. Outro aspecto importante que tais dados indicam é o grande número de Escolas Normais Livres confessionais católicas. Isso pode ser uma consequência do conflito entre “educadores católicos e renovadores<sup>79</sup>” iniciado na década de 1920. Com a abertura para a iniciativa particular criar Escolas Normais, a expansão de escolas católicas pode ter sido uma estratégia para ganhar espaço e influenciar as decisões governamentais como a introdução do ensino religioso nos programas escolares durante o Período Vargas.

**Quadro 6:** Escolas Normais criadas em 1929

<b>Escolas Normais criadas em 1929 no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Municipal de Taubaté	- Criada em 1929 pelo Decreto Municipal nº 262, de 07/12/1929; - Transformada em Escola Normal Oficial em 1945;
Escola Normal Livre Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo	- Criada pelo Município em 1929; - Transformada em Escola Normal Oficial pelo Decreto nº 10.336 de 21/06/1939; - Atual Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira.
Escola Normal Livre São José, de Santos	- Criada em 1929.
Escola Normal Livre São José, de Limeira	- Criada em 12/04/1929.

<sup>79</sup> O grupo "renovador" defendia um ensino laico, sob a responsabilidade do estado, e o grupo "católico", advogava um ensino livre da interferência estatal.

Escola Normal Municipal de Lins	- Criada em 1929; - Anexada ao Colégio Diocesano em 1938 e denominada Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora; - Atual Colégio N. S. Auxiliadora.
Escola Normal Municipal de Itápolis	- Criada pelo Decreto Municipal nº 85, de 30/10/1929.
Escola Normal Municipal de Sorocaba	- Criada pelo Decreto Municipal nº 209 de 16/01/1929.
Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus, de Bragança Paulista	- Criada em 1929.
<b>Total de 08 Escolas Normais Livres criadas em 1929.</b>	

**Fonte:** Quadro elaborado conforme dados da Poliantéia (1946), *O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (1949) e Mascaro (1956).

Em 1929, o número de Escolas Normais criadas caiu em relação ao ano anterior, e foram criadas as Escolas Normais de Lins e Sta. Cruz do Rio Pardo na região pesquisada.

#### Quadro 7: Escolas Normais criadas em 1930

<b>Escolas Normais criadas em <u>1930</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre Santa Úrsula, de Ribeirão Preto	- Criada em 17/12/1930
Escola Normal Livre de Agudos	- Criada em 20/02/1930
Escola Normal Municipal de S. José dos Campos	- Criada em fevereiro de 1930.
Escola Normal Municipal de Moji das Cruzes	- Reaberta em 27/03/1939, mas sua criação foi em 1930.
<b>Total de 04 Escolas Normais criadas em 1930.</b>	

**Fonte:** Quadro elaborado conforme dados da Poliantéia (1946), *O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (1949) e Mascaro (1956).

**Quadro 8:** Escolas Normais criadas em 1932

<b>Escolas Normais criadas em <u>1932</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre Santo André, de S. J. do Rio Preto	- Criada em 26/01/1932
<b>Total de 01 Escola Normal Livre criada em 1932</b>	

**Fonte:** Quadro elaborado conforme dados da Poliantéia (1946), *O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (1949) e Mascaro (1956).

**Quadro 9:** Escolas Normais criadas em 1935

<b>Escolas Normais criadas em <u>1935</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre Ipiranga, de São Paulo	- Criada em 09/05/1935; - Em 1937 foi aprovada a transferência da ENL de Passa Quatro para funcionar no Colégio Ipiranga. - Nova criação em 01/03/1937
<b>Total de 01 Escola Normal Livre transferida em 1935</b>	

**Fonte:** Quadro elaborado conforme dados da Poliantéia (1946), *O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (1949) e Mascaro (1956).

O *Decreto nº 4.794*, de 17 de dezembro de 1930 determinava que mais nenhuma Escola Normal além das que já existiam seriam equiparadas. Mas, de 1930 a 1935 foram criadas e equiparadas seis Escolas Normais no estado. Isso indica que as tentativas de impedir o crescimento das Escolas Normais Livres não estavam se concretizando, apesar dos períodos de 1931, 1933 e 1934 não ter havido criação de escolas desta natureza. O Quadro abaixo contribui para dar uma dimensão da expansão do Ensino Normal até o final da década de 1940.

**Quadro 10:** Matrícula Geral das Escolas Normais Paulistas – 1949

Matrícula das Escolas Normais do estado de São Paulo – 1949								
Estabelecimentos		Quantidade	Curso Pré Normal			Curso Normal		
			M	F	Total	M	F	Total
Escolas Normais Oficiais	Capital	1	-	119	119	-	302	302
	Interior	51	462	1935	2397	938	3606	4544
	<b>Total</b>	52	462	2054	2516	938	3908	4846
Escolas Normais Livres	Capital	15	17	479	496	25	778	803
	Interior	52	100	1445	1545	198	2291	2489
	<b>Total</b>	67	117	1924	2041	223	3069	3292
Escolas Normais Municipais	Capital	-	-	-	-	-	-	-
	Interior	4	49	63	112	69	92	161
	<b>Total</b>	4	49	63	112	69	92	161
<b>Total Geral</b>		121	628	4041	4669	1230	7069	8299

**Fonte:** O Ensino Secundário e Normal do estado de São Paulo (1949), publicado pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, p. 9.

As Escolas Normais Livres, além do interior, se expandiram também na Capital, contando 15 escolas em 1949 (SÃO PAULO, 1949). Apesar do grande aumento do número das Escolas Oficiais, as Escolas Normais Livres ainda atingiam um número superior, totalizando 67 escolas contra 52 Escolas Normais Oficiais. Isto significa que a iniciativa privada, depois de mais de duas décadas após a *Reforma de 1927*, ainda era maior do que a Oficial. Entretanto, vale salientar que o número de matrículas nas Escolas Normais Oficiais no ano de 1949 foi superior ao das

Escolas Normais Livres. Então, apesar de serem em maior número, as Escolas Normais Livres tinham menos alunos do que as Normais Oficiais.

As Escolas Normais mantidas pelos municípios totalizaram apenas quatro escolas localizadas no interior do estado. Segundo os dados reunidos até o momento, as Escolas Normais Municipais existiram em pequeno número, talvez devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios. As Escolas Normais Livres foram o recurso usado pelos municípios para solucionar a falta de professores e atender às reivindicações locais por melhorias na educação. A iniciativa municipal foi importante pois, no início da década de 1930, a expansão do Ensino Normal se deu, principalmente, pelo poder municipal e na década de 1940 a maior parte das Escolas Normais Livres era confessional católica.

Outro ponto que destaco é a grande maioria de mulheres que procuravam o magistério como formação geral e também com o intuito de obter uma profissão, considerada, na época, adequada para a mulher. Na Escola Normal Oficial da Capital, por exemplo, no ano de 1949 não há um só aluno do sexo masculino entre os matriculados.

É significativo salientar também que, de forma geral, a maioria dos matriculados nas Escolas Normais pesquisadas era mulher<sup>80</sup>. Werle (2005, p. 610) salienta que, muitos “são os sentidos da expressão feminização do magistério” e isso, pode ser observado no estudo de Almeida (1998), pelos vestígios das ideias religiosas, positivistas, marxistas e, sobretudo, ideias dos movimentos feministas que permearam a mentalidade brasileira no século XIX e XX. As mudanças socioeconômicas e políticas também contribuíram para as mudanças culturais que atraíram as mulheres para a carreira do magistério. De acordo com Almeida (1998, p. 27),

Do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, mudanças socioeconômicas ocasionadas pela implantação do regime republicano no país, pelo processo de urbanização e industrialização, pelas duas guerras mundiais e seus efeitos na mentalidade da sociedade da época, pelas conquistas tecnológicas representadas

---

<sup>80</sup> A Escola Normal de São Paulo foi criada pela Lei nº 34, de 16 de março de 1846 e destinada apenas para o sexo masculino. No ano seguinte, a Lei nº 5, de fevereiro de 1847, criou seção feminina. No ano de 1874, a Lei nº 9, de 22 de março, reabriu a Escola Normal com as seções masculina e feminina (ALMEIDA, 1998, p. 58).

pela difusão dos meios de comunicação, coincidiram com a eclosão das primeiras reivindicações do feminismo que, nos países onde chegou, atingiu várias gerações de mulheres, ao alertar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas.

Devido às mudanças socioeconômicas e políticas advindas do Regime Republicano, principalmente em relação à instrução, as mulheres passaram a buscar nova posição social. Para Almeida (1998, p. 28),

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina revelada já nesse período, possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez com que 'ser professora' se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar – pelo menos no discurso do período. Para as mulheres que vislumbrassem a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para a realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão na aura da maternidade e da missão.

Foi pensando nessas possibilidades que muitas mulheres do interior paulista, onde as oportunidades de estudos eram escassas, visualizaram na expansão da Escola Normal um caminho para estudar e obter uma profissão respeitável. No caso do interior, pode-se dizer que a Escola Normal era a única oportunidade de ascensão social, não apenas para as mulheres, mas também para os homens.

## **2.5 A expansão da Escola Normal para a expansão da Escola Primária**

O propósito de *Amadeu Mendes* com a equiparação das Escolas Normais Livres foi, então, de criar condições objetivas para a expansão da Escola Primária, expandindo as Escolas Normais e formando mais professores para lecionar nas

diversas regiões do estado. No seu Relatório, *Amadeu Mendes* (SÃO PAULO, 1929, p. 14), afirma que

A preocupação constante desta Directoria, durante o exercício escolar findo, foi, attendendo ao plano do Governo, pôr em execução medidas que viessem dar ao ensino primário uma difusão cada vez mais ampla, beneficiando desta forma todas as zonas do Estado.

Assim, considero que o objetivo maior da *Reforma de 1927* foi reestruturar o Ensino Normal para ampliar o Ensino Primário paulista. Tendo como base os dados estatísticos apresentados no *Relatório de Amadeu Mendes* (1927-1928) e no *Anuário de Ensino do estado de São Paulo* (1936-1937) é possível observar os primeiros passos do processo de expansão. O Quadro<sup>81</sup> abaixo mostra alguns desses dados.

**Quadro 11** : Alunos matriculados no Ensino Primário e Normal no estado de São Paulo (1927-1928)

Alunos matriculados no Ensino Primário e Normal (1927-1928)		
Anos	Nº de alunos matriculados no Ensino Primário Oficial e Particular	Nº de alunos matriculados no Ensino Normal Oficial e Particular
1927	365.404	2. 577
1928	434.602	4. 629

**Fonte:** *Relatório de Amadeu Mendes* (1927-1928).

Os dados do Quadro indicam que, em relação ao Ensino Primário, de 1927 para 1928 houve um aumento de 69.198 alunos e no Ensino Normal houve um aumento de 2.052 alunos. Contudo, vale lembrar que a primeira turma de normalistas *pós Reforma de 1927* se formaria apenas no fim de 1930 e esse aumento, apontado por *Amadeu Mendes*, é proveniente de iniciativas anteriores.

<sup>81</sup> Quadro elaborado com base nos dados apontados pelo Relatório de Amadeu Mendes (1929, p. 18-19).

Mas é importante observar que há o crescimento do Ensino Primário, há também a necessidade de professores para prover essas classes.

Tal crescimento do Ensino Primário fica mais evidente com os dados do *Anuário de Ensino* de 1936 - 1937 (p. 300) sobre as matrículas (Quadro abaixo) nas Escolas Primárias Estaduais, que dão indícios de que a expansão do Ensino Normal de deu para atender e expandir o Ensino Primário.

**Quadro 12:** Matrícula Geral dos estabelecimentos estaduais de Ensino Primário, Pré Primário e Supletivo (1930-1936)

<b>Matrícula Geral dos estabelecimentos estaduais de Ensino Primário, Pré Primário e Supletivo (1930-1936)</b>	
<b>Anos</b>	<b>Matrícula Geral/Nº de alunos</b>
1930	356. 292
1931	362. 707
1932	364. 985
1933	399. 668
1934	432. 362
1935	466. 737
1936	502. 006

**Fonte:** Anuário de Ensino do estado de São Paulo (1935-1936).

De acordo com os dados tabulados, houve um bom aumento no número de matrículas de 1930 para 1936. As unidades escolares também aumentaram: em 1930 havia 8.219 Escolas Primárias estaduais e em 1936 esse número cresceu para 10.573 unidades (SÃO PAULO, 1936).

Para verificar o crescimento do Ensino Primário na década de 1930 na região pesquisada, recorri aos *Relatórios dos Delegados de Ensino*<sup>82</sup> das Delegacias de Ensino da região pesquisada. Contudo, tais relatórios não possuem a mesma organização e não trazem os mesmos dados do Anuário. Segundo os dados estatísticos dos *Relatórios da Delegacia Regional de Lins* (1937), havia nessa região as seguintes matrículas na Escola Primária (escolas estaduais, municipais, particulares das zonas urbanas e rurais):

**Quadro 13:** Matrículas Gerais do Ensino Primário na Delegacia de Ensino de Lins (1935-1936)

<b>Matrículas Gerais do Ensino Primário na Delegacia de Ensino de Lins (1935-1936)</b>	
Anos	Matrícula Geral
1935	14. 239
1936	17. 756

**Fonte:** *Relatórios da Delegacia Regional de Lins* (1937).

Diante desses dados, é possível dizer que houve um aumento no número de alunos matriculados nessa Delegacia. Então, considero que há indícios de que o aumento do número de professores formados na região corroborou para facilitar a abertura de novas classes do Ensino Primário.

É importante ressaltar que as Escolas Isoladas eram uma preocupação dos Delegados de Ensino, pois, mesmo com a ampliação do Ensino Normal, faltavam professores para essas escolas que, muitas vezes, exigiam que o professor organizasse e morasse na própria escola e chamasse os alunos de casa em casa

<sup>82</sup> Disponíveis no *site* [www.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.arquivoestado.sp.gov.br).

para fazer as matrículas. O Delegado de Ensino de Lins (1937) aponta dificuldades em manter tais escolas funcionando, pelo excesso de transferências de professores. O Delegado *Sylvio da Costa Neves* relata que

O professor faz apenas um estágio no sítio e seu serviço de grande monta para o estado, no preparo educativo do povo na zona rural, deve ser reconhecido e recompensado pelo Governo em todos os meios, mas nunca pelo seu afastamento, sem motivo bastante ponderoso.

Os comissionamentos, as chamadas remoções por necessidade do ensino, as licenças para afastamento do professor da escola, as primeiras sem o pronunciamento obrigatório da autoridade escolar e estas, às vezes, sem inspeção médica, tem demonstrado a improficuidade da medida. (LINS, 1937, p. 9).

Os imigrantes estrangeiros também são uma das preocupações do Delegado de Ensino de Lins, pois além de trazerem sua cultura de origem ao país, eles mesmos construíam as escolas e reivindicavam o professor.

[...] Só em 1936, dizem as estatísticas, entraram em Araçatuba 1.338 japonezes e em Lins 234.

Estabelecidos no bairro, constroem logo o prédio para a escola 'quase sempre de madeira, amplo e com muitas janelas'.

Dão-lhe mobiliário tosco, lousa e algum material.

Pédem o professor á autoridade escolar. Se possível diplomado, melhor; do contrário particular faz as suas vezes e, ao pé da nossa escola, dá-se, também, logo que possível, a aula da língua japoneza, que a Lei faculta e a colônia acha indispensável.

[...] E depois é o próprio estrangeiro quem, á falta de escola estadual, justifica a introdução da particular no núcleo. (LINS, 1937, p. 12).

O Delegado buscou salientar em seu Relatório a importância de o governo contribuir com a formação do professor para impedir a criação de escolas estrangeiras e faz novos comentários sobre os problemas com transferências de professores causando o fechamento temporário das escolas, principalmente nas Escolas Isoladas Rurais, onde o acesso era difícil e as instalações do professor (que necessitava morar no local) eram precárias, pois os prédios eram cedidos pelos sitiante e fazendeiros.

Com exceção dos prédios destinados á instalação das escolas urbanas, alugados pelas prefeituras, os dos bairros e fazendas são cedidos gratuitamente.

As dificuldades comuns às escolas isoladas são, incontestavelmente, o prédio e a instalação do professor. No perímetro urbano, como se acontece também aos grupos escolares, do prédio, que sempre deixa a desejar... Nas escolas rurais predominam as duas circunstâncias, accentuando-se a da dificuldade para a instalação do professor. (LINS, 1937, p. 28).

Com esse relato do Delegado de Ensino de Lins, considero que, as transferências de professores eram um problema para a expansão da Instrução Pública nas regiões distantes dos grandes centros urbanos. Desse modo, apesar do crescente número de matrículas no Ensino Primário, ainda havia uma parte da população que sofria com a falta de professores.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, o Delegado de Ensino *Collatino Fagundes* também descreve em seu Relatório o enfrentamento do mesmo problema e considera que deveria ser exigido o comprovante de residência para o candidato à remoção.

Outro ponto: sempre é por todos e proclamada a menor ineficiência da escola rural pela instabilidade do professor, que residindo longe dos seus, em ambiente completamente diverso, só pensa em remover-se (e o faz no primeiro concurso) ou vive a tirar licenças até que o consiga. Por isto exigimos dos candidatos, a prova de residência no município em que pretende lecionar, pelo menos há um ano, documento este fornecido pela autoridade escolar local, e não, como pede a lei, para preferência, a malsinada carta do proprietário da fazenda. (SANTA CRUZ DO RIO PARDO, 1936, p. 101).

Ainda sobre o problema do excesso de pedidos de remoção<sup>83</sup> de professores das Escolas Isoladas e Rurais, no *Relatório da Delegacia de Ensino de Presidente Prudente* (1939), o Delegado *Oscar Augusto Guelli* relata que

[...] Escolas distantes de outros centros, os professores que aqui vêm, oriundos de outras zonas o fazem somente com o intuito de realizar o estágio indispensável à sua efetivação. Conseguida esta, com a contagem de 180 dias e promoção de 15 alunos, inscrevem-se em concurso e depois se removem. De forma que, cada ano que se inicia traz para nossas escolas novos professores, muitos recém formados sem orientação alguma e que necessitam, sem tardança, da presença do inspetor em suas escolas.

---

<sup>83</sup> Não há informações sobre para onde esses professores queriam se remover.

O que acabo de alegar é facilmente comprovado confrontando-se as inscrições em concurso de remoção dos anos 1937 e 1938.

Naquele inscreveram-se 88 candidatos; neste, 175, ou seja, quase o dobro. Entre os candidatos estão 68 a 70 estrangeiros que se efetivaram este ano, em julho e dezembro, que vem provar o que há pouco opinei que elas aportam, aqui, unicamente para o estagio reclamado pela sua efetivação.

Daí a concluir-se que só os três inspetores não poderão cumprir satisfatoriamente ao serviço reclamado a si a cada um compete inspecionar, fiscalisar e orientar para mais de oitenta professores em media. (PRESIDENTE PRUDENTE, 1939, p. 5).

Esse relato confirma que havia muitos pedidos de remoção, principalmente nas escolas distantes e, que esse fato dificultava a difusão da instrução. O Delegado relata, ainda, um pouco das condições que os professores encontravam nas Escolas Isoladas (PRESIDENTE PRUDENTE, 1939, p. 52).

E além das precárias condições materiais da escola isolada, encontram também dificuldade em se instalarem, pois em alguns casos, não tinha transporte diário até a escola e o professor tinha que residir nas fazendas e sítios próximos.

As dificuldades que surgem desde logo em encontrar residência e pensão condigna para o professor, dificulta de algum modo sua adaptação ao meio. E isso porque comumente não se interessa o fazendeiro pela estabilidade do professor e assim não lhe facilita pensão em sua residência, onde ele teria melhor acomodação, mas encaminha-o para a casa do administrador, do fiscal, quando não, para a casa de qualquer colono... Na nossa região onde impera na sua quase totalidade população estrangeira, sobressaindo o elemento japonês, o problema da pensão tem sido dificilmente resolvido.

Em relação às informações desse Relatório (1939), é importante esclarecer que a *Escola Normal Livre de Presidente Prudente* foi criada apenas em 1945 e a expansão do Ensino Normal posta pela Reforma estava acontecendo desde 1928. Esse fato pode justificar a preocupação com as remoções e a falta de professores nessa cidade da região oeste paulista. Mesmo com o início da expansão em 1928, havia ainda, na década de 1940, regiões que sofriam com a falta de professores.

Diante deste estudo sobre a expansão do Ensino Normal no estado de São Paulo, considero que a *Reforma de 1927* foi importante, sobretudo para todo o interior paulista e para a região pesquisada, onde as oportunidades de estudos eram mais restritas devido à distância dos grandes centros culturais, pois, além de

oferecer estudos aos jovens, atendeu às reivindicações locais por mais escolas e professores. Considero também que a criação e a implantação dos IEs deram continuidade ao processo de expansão do Ensino Normal, impulsionado pela *Reforma de 1927*, porém, com alguns pontos diferentes devido às suas próprias finalidades, mas, independente das críticas, a Escola Normal Livre foi a principal responsável pela expansão dessa modalidade de ensino.

## **CAPÍTULO 3 – A Reforma de 1927 e a expansão das Escolas Normais para o oeste paulista**

### **3.1 Desenvolvimento e instrução no oeste paulista**

Para compreender a expansão das Escolas Normais pela região oeste paulista, foi necessário também conhecer um pouco do desenvolvimento da região e suas particularidades. Esse desenvolvimento iniciou, de acordo com Camargo (1981), Love (1982) e Milliet<sup>84</sup> (1982), a partir da década de 1920, com a introdução das lavouras de café e dos imigrantes que chegaram para trabalhar nelas.

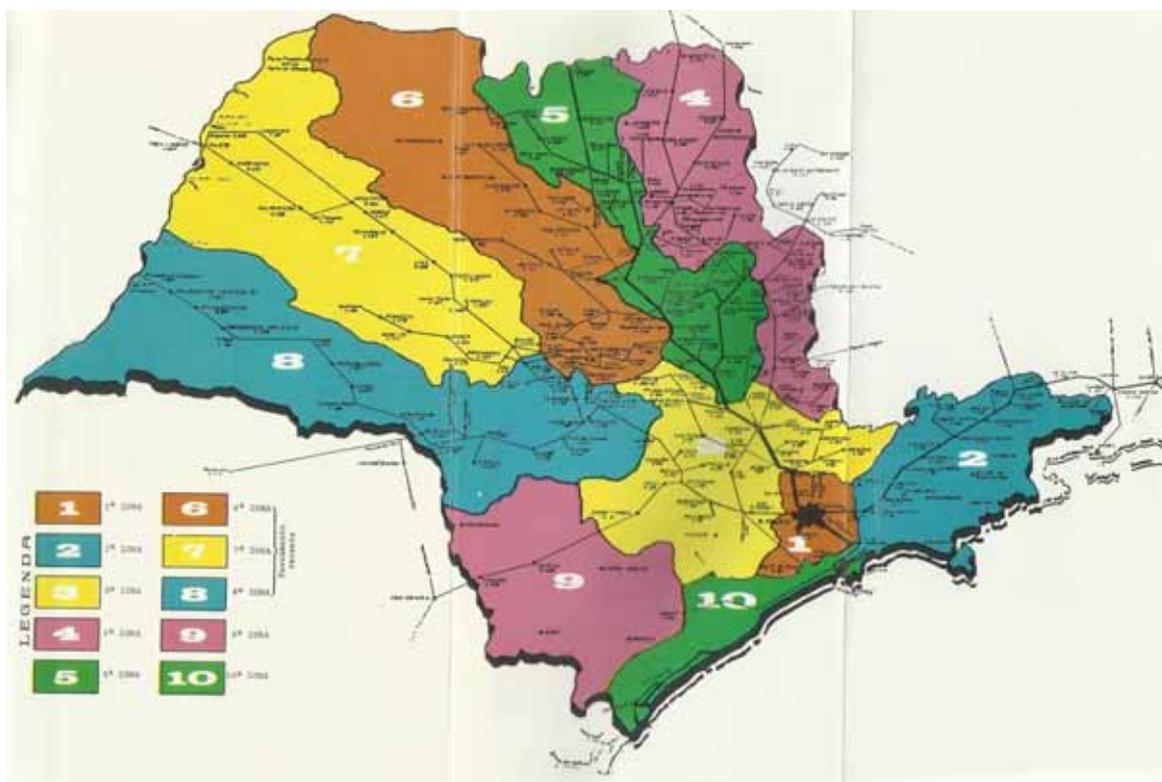
Com base no estudo desses autores, a região oeste paulista situa-se em parte de duas regiões conhecidas como *Alta Paulista* e *Alta Sorocabana*<sup>85</sup>, denominadas segundo as estradas de ferro *Paulista* e *Sorocabana* que cortam esse território.

---

<sup>84</sup> Milliet não usa as mesmas divisões geográficas de Camargo e Love para estudar o território paulista.

<sup>85</sup> Para este trabalho, utilizei as denominações das regiões paulistas de acordo com Love (1982).

**Imagem 6:** Mapa das divisões regionais do estado de São Paulo de acordo com as estradas de ferro.



**Fonte:** Camargo (1981).

Na legenda do mapa, pode-se observar que as zonas sete (Alta Paulista) e oito (Sorocabana) são destacadas pelo povoamento recente. O povoamento cresceu a partir da chegada das estradas de ferro que contribuíram para o desenvolvimento econômico e cultural da região e foi o principal fator que gerou a necessidade de expansão do Ensino Primário e Normal. Muitas cidades da região oeste paulista surgiram a partir da criação das ferrovias, após o ano de 1900 e foi pela expansão das ferrovias que a produção agrícola (principalmente a cafeeira) pôde ser transportada para os grandes centros. A escolarização também se expandiu, sobretudo pelo interior do estado, pois professores e alunos puderam se locomover com mais facilidade para trabalhar e estudar em outras cidades.

A cidade de Bauru, por exemplo, é uma cidade de destaque da região oeste, pois foi um ponto de cruzamento entre três ferrovias paulistas, o que facilitou o transporte de passageiros e da produção agrícola. A *Ferrovia Sorocabana* foi a primeira a chegar à cidade, em 1905; a *Noroeste* foi aberta logo em seguida, em 1906, e a *Companhia Paulista* chegaria em 1910. A estrada de ferro *Noroeste* seguia de Bauru com o objetivo de chegar ao Rio Paraná (divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) passando, em 1906, por Lins. Em Santa Cruz do Rio Pardo, a estrada de ferro Sorocabana chegou em 1908. Desse modo, as cidades onde estão localizadas as Escolas Normais pesquisadas eram cortadas por estradas de ferro que contribuíram para o desenvolvimento dessas cidades.

De acordo com Love (1982, p. 48), a *Alta Paulista* e a *Alta Sorocabana* foram as últimas regiões a serem ocupadas no estado. O desenvolvimento dessas regiões ocorreu após 1921, com a chegada de imigrantes que vieram trabalhar nos cafezais recém estabelecidos. O autor denomina o momento de ocupação dessas regiões de “marcha para o oeste”. Em 1940, as duas regiões e a região Araraquarense forneciam 70% da produção de café, 60% da produção de algodão e 50% do rebanho de gado do estado e, pela importância que tinham na produção agrícola, eram chamadas de zonas pioneiras.

A *Alta Sorocabana* tem essa denominação por receber os entroncamentos mais afastados da estrada de ferro Sorocabana. Essa região segue para o oeste até Presidente Prudente e Presidente Epitácio até a fronteira com Mato Grosso do Sul, e também teve intenso crescimento populacional devido aos imigrantes que vieram trabalhar nas lavouras de café e algodão (LOVE, 1982, p. 49). Já a *Alta Paulista* é formada pela estrada de ferro *Sorocabana* e também as estradas de ferro *Paulista* e a *Noroeste*, que se estendem em direção ao noroeste do estado a partir de Bauru (único município existente nessa região antes de 1913), ponto de partida da estrada de ferro *Noroeste* que seguia para Mato Grosso. Com as estradas de ferro, na década de 1930, chegavam à região trens com imigrantes que desembarcavam em Bauru, Marília e Lins (conhecida como “boca do sertão”) diariamente. A população nessa região, entre 1920 e 1934, cresceu em 350% (LOVE, 1982, p. 49), impulsionando o desenvolvimento das cidades.

Convém fazer alusão a importância da imigração para o desenvolvimento da região, pois, as marcas desse movimento fazem parte da história e da cultura de muitos municípios. No caso das cidades de Lins e Marília, por exemplo, encontrei nos Livros de Matrículas das Escolas Normais<sup>86</sup> dessas cidades, da década de 1940, registros sobre a nacionalidade dos pais das alunas e pude observar que a maioria era de italianos e japoneses, mas havia também espanhóis, alemães e portugueses (no anexo 2, a foto das alunas de origem japonesa da *Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus de Marília*). Em Santa Cruz do Rio Pardo não foi diferente, o crescimento da produção agrícola (especialmente do café) atraiu muitos imigrantes, principalmente, portugueses, espanhóis e italianos. Com o advento do café em Santa Cruz do Rio Pardo, houve muitas transformações urbanas, como a criação da estrada de ferro, de agências bancárias e de escolas (CORREIO PAULISTANO, 1930, p. 5).

Pelas características do povoamento da região oeste, é possível assinalar que a expansão da instrução seguiu o crescimento populacional. Meneses (2012) alude a uma questão importante para esta tese: o fato de professores primários preferirem as cidades mais desenvolvidas (ou com melhores condições) e providas de estradas de ferro para iniciarem suas carreiras no magistério no início do século XX. Apesar de não se referir ao mesmo período desta tese, suas considerações contribuem para situar o problema de distribuição de professores pelo estado de São Paulo e o grande número de pedidos de remoção que podem justificar a reestruturação e a expansão do Ensino Normal realizadas pela *Reforma de 1927*.

Em sua pesquisa, Meneses (2012) utiliza as divisões geográficas traçadas pelas estradas de ferro<sup>87</sup> com base em Love (1982). Então, por essas divisões geográficas do estado de São Paulo, Meneses aponta que, nas primeiras décadas do século XX, as zonas denominadas *Capital*, *Vale do Paraíba*, *Central* e *Mogiana* eram as que mais concentravam população e cidades. Para Meneses (2012, p. 72),

---

<sup>86</sup> Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora – antiga Escola Normal Livre de Lins – e Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus, em Marília, criada e mantida pelas Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus.

<sup>87</sup> Denominadas zonas: Capital, Vale do Paraíba, Central, Mogiana, Litoral Sul (ou Costa Sul), Baixada Paulista, Araraquarense, Alta Paulista, Alta Sorocabana e baixa Sorocabana.

Por concentrar grande parte da população e da riqueza, essas regiões tornaram-se os locais que mais atraíram os normalistas, por fatores que podemos sugerir como os mais diversos: por serem áreas de desenvolvimento antigo, parte dos professores ou seus familiares residiam, ou eram naturais de cidades nessas regiões; o adensamento urbano e o poder econômico das cidades contribuíram para a criação de escolas na sede do município e, posteriormente, a instalação das escolas graduadas; a rede ferroviária possibilitava o acesso mais rápido ao local de trabalho.

Por esses apontamentos, a região oeste, no início do século XX, não estava entre as mais desenvolvidas do estado nem entre as preferidas pelos normalistas para trabalharem. Com isso, a população da região sofria com a falta de professores, como relatam os Delegados de Ensino nos Relatórios enviados ao Diretor Geral da Instrução Pública. Mas, na década de 1940, com o desenvolvimento da agricultura e o aumento da população, houve um aumento do número de Escolas Primárias e, conseqüentemente, a necessidade de Escolas Normais que formassem professores para atender a demanda.

Devido a tais condições e à falta de professores para região oeste paulista a *Reforma de 1927* foi importante pois, possibilitou a criação de Escolas Normais, atendendo, assim, à demanda de professores e oferecendo oportunidades de estudo aos jovens.

Sobre o desenvolvimento da região oeste paulista, Raquel Lazzari Leite Barbosa (2001) contextualiza a escolarização da cidade de Assis, também localizada na região oeste paulista, nos anos de 1920 a 1950. Avalio que as considerações de Barbosa podem contribuir para contextualizar outras cidades da região oeste, pois a periodicidade é convergente. Para essa autora (2001, p. 68),

O interesse pela escolaridade, por parte de uma comunidade envolve diversas questões. No caso da sociedade assisense, inserida no complexo de 'zona pioneira' e caracterizada pela marcha da urbanização que envolvia essas zonas, manteve-se no período estudado, tendência para reforçar algumas posições a respeito do papel da escola. Uma delas refere-se à visão segundo a qual a escolaridade é complemento indispensável para alcançar o progresso e fugir da marginalidade social. A criança, o adolescente, considerado como 'de passagem' para a vida adulta, devem ser escolarizados, pois, assim se forma o adulto que vai atender ao projeto almejado.

A instrução estava relacionada ao movimento povoamento e também de urbanização e desenvolvimento da região oeste paulista. Conforme ocorria o crescimento populacional da região, ocorria também o aumento dos pedidos da população e das autoridades locais pela criação de Escolas Primárias e Normais. Em uma região em pleno desenvolvimento econômico e cultural, não poderia faltar escolas e professores para atender às necessidades da sociedade que prosperava<sup>88</sup>. Assim, a expansão do Ensino Normal, nesse período, está relacionada com as características particulares do desenvolvimento da região. A Imagem 7 mostra o mapa das cidades onde estão localizadas as primeiras Escolas Normais criadas na década de 1920, e a Imagem 8 mostra a localização das Escolas Normais criadas até 1945<sup>89</sup>. Completando as informações das Imagens, o Quadro 14 apresenta mais informações sobre as Escolas Normais até 1945.

---

<sup>88</sup> Ver Mapa da expansão do café em Anexo 1 na página 149.

<sup>89</sup> Houve a criação de novas Escolas Normais na região oeste somente após a década de 1940.

**Imagem 7:** Localização das Escolas Normais criadas na região oeste paulista na década de 1920



**Fonte:** Mapa elaborado conforme dados da *Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal* (1946).

**Imagem 8:** Localização das Escolas Normais criadas na região oeste paulista (1927-1945)



**Fonte:** Mapa elaborado conforme dados da *Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal* (1946).

**Quadro 14:** Escolas Normais do oeste paulista (1928-1945)

<b>Escolas Normais do oeste paulista (1928-1945)</b>		
<b>Ano</b>	<b>Cidade</b>	<b>Instituição</b>
1928	Bauru	Escola Normal Livre Guedes de Azevedo
1928	Sta Cruz do Rio Pardo	Escola Normal Livre de Sta Cruz do Rio Pardo
1929	Lins	Escola Normal Livre de Lins
1941	Araçatuba	Colégio Estadual e Escola Normal de Araçatuba
1943	Birigui	Escola Normal Livre do Instituto Noroeste
1943	Marília	Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus
1943	Penápolis	Escola Normal Livre Coração de Maria
1944	Assis	Escola Normal e Ginásio Estadual Anhaia Melo
1944	Lins	Escola Normal Livre do Instituto Americano
1945	Piraju	Escola Normal Oficial de Piraju
1945	Bauru	Escola Normal Livre São José
1945	Bauru	Colégio Estadual e Escola Normal de Bauru
1945	Presidente Prudente	Escola Normal Livre de Presidente Prudente

**Fonte:** Quadro elaborado conforme dados da *Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal* (1946) e Mascaro (1956).

Pela observação do Quadro, é possível verificar que a expansão da Escola Normal se iniciou na região oeste paulista no fim década de 1920, com a *Reforma de 1927*. Na década de 1930, não houve a criação de nenhuma Escola Normal, e apenas na década de 1940 foram criadas novas Escolas Normais, tanto Livres quanto Oficiais. É possível observar também que, na década de 1940, em algumas cidades, já existiam até três Escolas Normais, como é o caso da cidade de Bauru, o que pode significar que havia demanda pelo Ensino Normal.

Pelos estudos das especificidades do povoamento e desenvolvimento da região oeste paulista, é possível dizer que a expansão das Escolas Normais também está relacionada a essas especificidades. Como o crescimento do povoamento da região oeste aconteceu depois de outras regiões do estado, a expansão das Escolas Normais (e de outras escolas) também seguiu esse curso. Por isso, a *Reforma de 1927* foi importante para o desenvolvimento educacional da região, pois abriu a oportunidade de criação de escolas de formação de professores. Até o ano de 1927, a região não contava com nenhuma Escola Normal. Com a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais, foram criadas, ainda na década de 1920, três escolas desse tipo, porém, de maneira muito tênue em relação a outras regiões mais desenvolvidas.

É relevante destacar que grande parte dessas Escolas Normais era de iniciativa municipal e foram criadas pela abertura proporcionada pela *Reforma de 1927*. Vale ressaltar também que muitas das Escolas Normais da região, criadas após a década de 1940, eram confessionais dirigidas por membros da Igreja Católica. Sendo assim, os municípios e a Igreja Católica foram muito importantes para a expansão do Ensino Normal na região oeste.

Como um dos objetivos desta tese é aprofundar os estudos sobre a Reforma de 1927, elenquei, dentre as Escolas Normais criadas na região oeste, a *Escola Normal Livre de Lins* e a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* como objetos de pesquisa, pois ambas foram criadas e funcionaram durante a vigência da Reforma. Por isso, optei por analisar os documentos encontrados nos Arquivos Permanentes da *Escola Normal Livre de Lins* e da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* à luz da legislação vigente e buscar elementos para compreender as formas pelas quais a política de expansão das Escolas Normais foi cumprida e como era sua organização física e pedagógica, quem eram os alunos e os professores. Contudo, na ausência de fontes nos arquivos das escolas e no Arquivo Público do estado de São Paulo, busquei em outros acervos documentos diversos que pudessem contribuir para responder as questões que me propus a responder nesta tese. Com isso, recorri a pessoas que mantêm acervos com finalidades diferentes dos propósitos acadêmicos para buscar dados. As imagens e jornais analisados neste capítulo foram cedidos pelo jornalista Carlos Eduardo Motta Carvalho, de Lins, e pelos memorialistas Celso Prado e Junko Sato, de Santa Cruz

do Rio Pardo. Mas é importante pontuar que não tive acesso livre a nenhum desses acervos particulares, tais materiais me foram sendo cedidos conforme minhas indagações aos responsáveis pelos acervos. No caso dos jornais, não tive acesso ao impresso na íntegra, apenas aos recortes e páginas que traziam informações sobre as Escolas Normais. A revista *Educação* e os jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano* também foram importantes fontes para historicizar as questões educacionais do período e compreender as transformações proporcionadas pela *Reforma de 1927*.

### **3.2 As Escolas Normais do oeste paulista: *Escola Normal Livre de Lins (1929)* e *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo (1928)***

Para esta análise, além de elucidar a história da criação das Escolas Normais pesquisadas, procurei estabelecer algumas categorias de acordo com os documentos encontrados e que são: organização física, administrativa e político-pedagógica; relação da escola com a Diretoria Geral de Instrução Pública; sujeitos e saberes.

Convém esclarecer que foram encontrados poucos documentos sobre o período estudado. Acredito que, com as mudanças administrativas e as transferências de prédios, muitos documentos se perderam ao logo do tempo, dificultando o estudo dessas instituições de ensino. Por isso, em alguns momentos desta análise recorri a documentos posteriores ao ano de 1933. No caso da *Escola Normal Livre de Lins*<sup>90</sup>, a maior parte dos documentos encontrados no arquivo permanente é posterior a 1938 – ano em que o município transferiu a escola à Diocese<sup>91</sup>. Já na *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*<sup>92</sup>, a maior parte dos documentos do arquivo permanente é posterior a 1950.

---

<sup>90</sup> Hoje, a *Escola Normal Livre de Lins* é denominada *Colégio Nossa Senhora Auxiliadora*. É uma escola particular de orientação católica, mantida pelas *Irmãs Salesianas* desde 1942. Essa escola oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

<sup>91</sup> Na época, a sede da Diocese era na cidade de Cafelândia (próxima à cidade de Lins).

<sup>92</sup> Atualmente, a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* é uma escola pública e denomina-se *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*. Essa Escola oferece o segundo ciclo do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.

Ambas as Escolas Normais foram criadas pelo poder municipal e foram as primeiras a funcionar na região oeste. Elas eram consideradas particulares, pois, para se manterem era necessário cobrar taxas (mensalidades) dos alunos. Eram também mistas, recebiam matrículas de rapazes e moças, e iniciaram seu funcionamento em 1929.

O jornal *O Linense*<sup>93</sup> (1928, p. 2) publicou a seguinte nota sobre a criação da *Escola Normal Livre de Lins* em 14 de maio de 1928:

Sabemos que membros influentes da nossa sociedade, e políticos de destaque cogitam a fundação de uma Escola Normal Livre, com o concurso da municipalidade.

A idéa é digna dos maiores louvores, pois que é uma necessidade cujos benefícios se compreendem imediatamente, estando a nossa cidade em condição privilegiada para esse fim, sendo como é um centro único, na expressão geographica, desta zona.

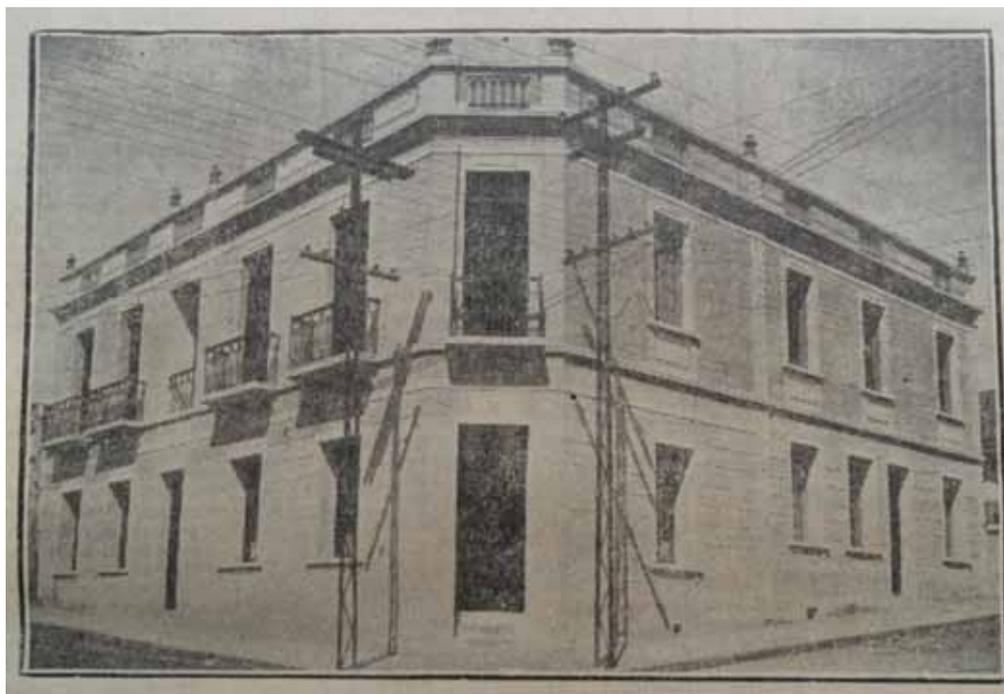
Os autores dessa grande idéa, realizando-a, ligarão seu nome perpetuamente a historia de Lins, como seus benfeitores.

Os nossos applausos a tão nobre concepção e nossos votos pela sua breve organização.

Pela nota do jornal *O Linense*, é possível considerar que a Escola Normal era uma instituição importante na época, ainda mais em uma região em desenvolvimento, onde as oportunidades de estudo ainda eram escassas. A Escola Normal representava progresso em uma região onde o desenvolvimento estava se iniciando e, para chegar ao auge, não poderiam faltar escolas e professores para atender a população que crescia. A notícia evidencia que havia uma boa expectativa pela criação da *Escola Normal Livre de Lins* que, pela nota, demonstra ser uma necessidade na região.

---

<sup>93</sup> Jornal publicado em Lins.

**Imagem 9:** Segundo prédio da Escola Normal Livre de Lins

**Fonte:** jornal *Commercio de Lins*, 03 de março de 1932, p. 1.

Para conhecer um pouco da história<sup>94</sup> da *Escola Normal Livre de Lins*, recorri a alguns documentos encontrados no Arquivo Permanente dessa Escola: o Livro sobre a *História da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora* (caderno manuscrito), escrito pela *Irmã Maria Rita Camargo* (1954), Atas da Câmara Municipal de Lins e os jornais.

Segundo a *Ata da Câmara Municipal de Lins* (1929, p. 32), a *Escola Normal Livre de Lins* foi criada pela *Lei Municipal nº 67*, de 25 de janeiro de 1929, pelo projeto do vereador *Dr. João Pinto da Silva*. Ainda de acordo com a Ata, o prefeito da cidade ficaria encarregado de solicitar a equiparação, junto à Diretoria Geral da Instrução Pública, e de nomear direção, corpo docente e administrativo para a Escola Normal. Dessa forma, o funcionamento da Escola era diretamente ligado ao poder municipal.

---

<sup>94</sup> Infelizmente, encontrei poucos documentos do período em que a escola foi municipal. Acredito que, na mudança de um prédio para outro, muitos materiais foram danificados e se perderam. A maior parte dos documentos é posterior a 1942, ano em que as Irmãs Salesianas assumiram a direção da Escola.

De acordo com a História da Escola, escrita por Camargo (1954, p. 2), a *Escola Normal Livre de Lins* foi equiparada às Escolas Normais Oficiais no mesmo ano, em 07 de março, e iniciou suas atividades em 10 de abril de 1929, com 28 alunos matriculados, em prédio<sup>95</sup> adaptado que pertencia ao município de Lins.

A *Escola Normal* funcionou como municipal até 1938, depois passou a ser dirigida pela Diocese<sup>96</sup>, que na época tinha sua sede na cidade de Cafelândia/SP. Pelo *Ato nº 563* da Prefeitura Municipal de Lins, de 03 de março, a Escola foi transferida para o *Ginásio Diocesano de Lins*, de propriedade do Bispado de Cafelândia, com o nome de *Escola Normal Livre “Nossa Senhora Auxiliadora”* e se tornou o Departamento Feminino do Ginásio<sup>97</sup>. Então, assumiu a Direção da escola o *Padre Osvaldo Vieira de Andrade*, sendo Vice Diretor o *Padre José Nunes Dias* (CAMARGO, p. 8, 1954). Assim, a escola passou a ser de domínio da Igreja Católica e, além da formação profissional, os alunos receberiam a formação religiosa. O *Jornal Commercio de Lins* (17 de março de 1938) publicou que poucos eram os jovens interessados em cursar o Ensino Normal na cidade e que no ano de 1937 não houve um professor formado, mas mesmo com isso, a prefeitura gastou verbas públicas para manter a Escola. O jornal explica que

As vantagens que a população colhia com a manutenção da Escola Normal pelo município não compensavam os sacrifícios do erário, representados, só num ano, 1937, em que não houve um diplomado sequer por 70:000\$000.

O Ginásio Diocesano recebe a escola sem ônus nenhum para a Prefeitura, sem nenhuma subvenção, sem exigir o material pedagógico formado por carteiras, cartas geográficas, mapas murais, gabinete de física, química e história natural e biblioteca – material esse que orça em 90:000\$000 e vai todo ser aproveitado nas escolas rurais municipais, algumas já existentes e outras proximadamente criadas. (COMMERCIO DE LINS, 1938, p. 1).

Pelo exposto, para o poder público local a manutenção da Escola Normal não mais se justificava, pelas razões colocadas no artigo. A transferência para o Ginásio Diocesano foi a solução encontrada pelo poder local para resolver as dificuldades financeiras.

<sup>95</sup> Não encontrei, até o momento, fotografia do primeiro prédio da *Escola Normal Livre de Lins*.

<sup>96</sup> Território sob a jurisdição de bispo, arcebispo ou patriarca.

<sup>97</sup> O Ginásio Diocesano era destinado apenas para rapazes, enquanto a Escola Normal era apenas para moças.

Com a mudança de gestão da Escola Normal, do município para a Diocese, ocorreu uma mudança também no modelo de formação docente. A Escola, que inicialmente era laica, passou a oferecer também a formação religiosa, comum nesse tipo de instituição que, junto ao prédio da escola sempre possui uma Capela para a realização de missas, formaturas e demais celebrações religiosas.

**Imagem 10:** Prédio da Escola Livre Nossa Senhora Auxiliadora, em Lins (construção iniciada em 1938)



**Fonte:** acervo do Colégio Nossa Senhora Nossa Auxiliadora, em Lins.

Pelos registros de Camargo (1954), no mês março de 1938, o arquivo geral dos cursos, móveis, utensílios, materiais e livros da biblioteca de todos os cursos foram transportados para o prédio de propriedade da Diocese. Tal informação contraria os dados apresentados pelo artigo anterior, uma vez que lá está posto que os móveis e materiais pedagógicos iriam para as Escolas Isoladas municipais.

Também em 1938, iniciou-se a construção do novo prédio da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora* (imagem acima) que foi concluído totalmente apenas em 1946, com a inauguração da Capela. Em 1942, houve mais uma mudança: o Bispado passou a direção da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora* à *Congregação Salesiana (Irmãs Salesianas*<sup>98</sup> ou *Filhas de Maria Auxiliadora*), que estão na direção da Escola até os dias atuais. As Irmãs cuidariam da formação das mulheres e os Padres, da formação dos homens. Então, a partir de 1942, não se formaram mais homens na Escola Normal, como consta no *Livro de Registro de Diplomas* (1929-1950). A Escola Normal se preparou para receber alunas em regime de internato e semi-internato e iniciou a construção de uma nova parte do prédio para abrigar as internas.

Não encontrei documentos que dessem indícios da disciplina exigida às alunas ou de conduta a ser seguida, mas, tratando-se de uma escola confessional, pressuponho que havia um rigoroso controle do comportamento, começando pela separação das escolas em feminina e masculina. Provavelmente, os horários eram rígidos, as saídas das internas eram proibidas e as visitas eram controladas e com datas predeterminadas.

A transferência da direção da Escola Normal para a Diocese e depois para as *Irmãs Salesianas*<sup>99</sup> extinguiu a possibilidade de os rapazes ingressarem no Curso Normal da cidade de Lins, pois, de acordo com as normas da Congregação, o trabalho das *Irmãs Salesianas* é cuidar da formação das mulheres. Sendo assim, os rapazes que pretendessem cursar o Ensino Normal teriam que buscar outra instituição mista na região para obterem o diploma de professor primário.

Já a criação da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* se deu pela *Lei Municipal nº 429*, de 25 de agosto de 1928 (Ata da Câmara Municipal). Ela foi

---

<sup>98</sup>Em 14 de janeiro de 1942, chegaram à Escola Normal sete freiras, vindas de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, acompanhadas pela Revda. Madre Martha Cerutti. As sete irmãs pioneiras foram: Ir. Catharina Consoli (nomeada Diretora); Ir. Laura Bianchi Fanciulli; Ir. Constança de Moraes Botelho; Ir. Luris Lotfi; Ir. Cecília Maggioni; Ir. Yolanda Moreira e Ir. Elisa Ghirardi.

<sup>99</sup>As primeiras Irmãs Salesianas vieram da Itália e chegaram ao Brasil em 1892, na região de Lorena, Pindamonhangaba e Guaratinguetá (SP) onde, em 1893, criaram a *1ª Visitadoria* e depois foram para outras regiões do país. O principal objetivo era trabalhar em missões e, pelos documentos, em cada região do país as Irmãs trabalharam com as necessidades da população, em asilos, orfanatos, hospitais, e na catequização dos índios. Foi então, pela experiência no trabalho com educação, que as Irmãs Salesianas de Mato Grosso do Sul foram chamadas a assumir a Escola Normal em Lins. Com isso, o *Colégio Nossa Senhora Auxiliadora* é vinculado, mantido e supervisionado pela "*Inspetoria Immacolata Ausiliatrice*", com sede em Campo Grande/MS que por sua vez é vinculada a uma Inspetoria principal na Itália.

instalada no início de 1929, durante o mandato do prefeito *Leônidas do Amaral Vieira*<sup>100</sup>, que hoje é patrono da Escola. Segundo Prado e Sato (2013), a Escola, inicialmente, situou-se em um casarão da prefeitura, onde atualmente se localiza a Biblioteca Municipal da cidade (Rua Coronel Emygdio José da Piedade, esquina com a Rua Catarina Etsuko Umezu) e depois foi transferida de prédio várias vezes ao longo de sua história. Considero que, devido a tantas mudanças, os documentos do arquivo permanente foram se perdendo e se deteriorando, pois são raros os documentos do período em que a Escola Normal foi municipal. A *Escola Normal Livresde Santa Cruz do Rio Pardo*, assim como a *Escola Normal Livre de Lins*, funcionou em regime de externato para rapazes e moças.

**Imagem 11:** Primeiro prédio da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*



**Fonte:** Acervo particular de Celso Prado e Junko Sato

Segundo Prado e Sato (2013), em 13 de maio de 1930, a Escola Normal foi transferida para um prédio propriamente construído para seu funcionamento,

---

<sup>100</sup> *Leônidas do Amaral Vieira* foi um político bastante influente em Santa Cruz do Rio Pardo e foi e atualmente é patrono da Escola que se denomina *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*, que recebe alunos do Ensino Fundamental e Médio.

localizado na Avenida Tiradentes esquina com a Rua Marechal Bittencourt, onde permaneceu alguns anos depois de ter sido transformada em Escola Normal Oficial. Depois do prédio, cuja imagem está abaixo, a Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo foi transferida para mais dois prédios distintos.

**Imagem 12:** Segundo prédio da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*



**Fonte:** Acervo particular de Celso Prado e Junko Sato.

A Escola Normal Livre foi transformada em *Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo* em 06 de junho de 1939, pelo *Decreto nº 10.336*, e depois foi denominada, pelo *Decreto nº 15.236*, de 28 de novembro de 1945, de *Escola Normal e Ginásio Estadual de Santa Cruz do Rio Pardo* (POLIANTÉIA, 1946, p. 44). Anos mais tarde, foi transformada em *Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira*<sup>101</sup> e atualmente é denominada *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*. Há fortes indícios de que o município de Santa Cruz do Rio Pardo transferiu a Escola Normal

---

<sup>101</sup> Sobre o Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira, ver: Labegalini (2005) e Castro e Reis (2014).

para o governo estadual devido a dificuldades financeiras em manter a Escola, assim como aconteceu com a *Escola Normal Livre de Lins*.

Sobre a inauguração do segundo prédio da Escola Normal (imagem acima), o jornal *Correio Paulistano* (16 de maio de 1930, p. 5) noticiou, em reportagem intitulada *O desenvolvimento da instrução na alta Sorocabana*, que partiram da estação ferroviária de São Paulo para a inauguração do novo prédio da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo o Secretário do Interior Sr. *Fábio Barreto* e o Diretor Geral da Instrução Pública *Amadeu Mendes*, o Inspetor Escolar dessa Escola Normal Sr. *Dario Queiroz*, o Sr. Deputado *Leônidas do Amaral Vieira* (ex-prefeito da cidade), entre outras autoridades. A reportagem relata que houve grande festa nessa ocasião.

O periódico *A Cidade*, de Santa Cruz do Rio Pardo, publicou um texto (sem autor) intitulado *Escola Normal Livre*, de apenas uma página, que contribuiu, dando indícios da importância que tal impresso, e seus editores, davam a Escola Normal e ainda enalteceu a criação dessa Escola Normal Livre como obra do Partido Republicano. De fato, com o desenvolvimento econômico e a urbanização das cidades, a instrução se tornou imprescindível para a continuidade ao progresso; assim, a escola e a instrução foram intensamente valorizadas. O texto destaca que a instrução, “sobretudo a primeira, é o caminho único, seguro, certo para a vitória da colectividade” (A CIDADE, 1933).

Segundo o texto, há indícios de que boa parte dos normalistas formados pela *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* foi lecionar em Escolas Isoladas e Rurais da região, assim como era o intuito da *Reforma de 1927*. O texto salienta que

A primeira turma de pedagogos, formada anno passado, encontra-se em franca actividade, espalhadas pelas fazendas dentro e fora do município, cumprindo sua missão altamente patriótica, alfabetizando os paulistas, espargindo o clarão da instrução entre as populações ruraes. A segunda turma que deixou a Escola, dentro em pouco rumará ao campo em busca de nossos patrícios analphabetos, trazendo-os ao seio da civilização. E, assim, vae nossa casa de educação concorrendo para o progresso, grandeza e prosperidade de São Paulo.

Tais informações desse artigo, mesmo não sendo possível mapear exatamente as escolas por onde passaram esses normalistas, contribuem para evidenciar a falta de professores em escolas situadas na zona rural, além da destinação dos egressos da Escola Normal Livre. As Escolas Normais Livres analisadas foram as primeiras da região oeste e contribuíram para a ampliação das oportunidades de estudos e para suprir a necessidade de professores em locais de difícil acesso.

### **3.3 Escola Normal Livre: organização física, administrativa e político pedagógica**

Como mencionei anteriormente, tive que recorrer a documentos posteriores ao período estudado para obter algumas informações sobre o funcionamento e a organização das Escolas Normais pesquisadas. De forma geral, como as duas Escolas Normais eram municipais, e por isso submetidas também às decisões do poder público municipal, seu corpo docente – com exceção dos professores de Pedagogia, Psicologia e Didática – e administrativo seriam nomeados pelo poder municipal.

Foi possível conhecer um pouco do funcionamento da *Escola Normal Livre de Lins* pelo *Regimento da Escola*, publicado em 1936. Ele procurava divulgar a Escola e informar os pais e alunos sobre seus cursos, normas de funcionamento e taxas exigidas para a matrícula dos alunos. Parece ser o primeiro contato da Escola com os alunos.

De acordo com o Regimento (1936), durante o período em que a Escola foi municipal, ela funcionou em regime de externato para ambos os sexos, oferecendo os cursos Primário, Secundário e de Formação de Professores Primários. O Curso Normal foi o primeiro a funcionar, e depois vieram os outros. O Regimento ressalta que os Programas dos cursos eram ministrados de acordo com o *Código de Educação* (1933) e que todos os professores eram registrados no Ministério da Educação, como exigia a legislação.

Como consta no Regimento, um dos deveres dos lentes (art. 07) do Curso de Formação de Professores era desenvolver as aulas de acordo com os programas

oficiais. Essa exigência já era determinada pela *Reforma de 1927* e permaneceu durante a Reforma de *Lourenço Filho* (1930) e *Fernando de Azevedo* (1933). Isso é um indício de que a Escola pretendia se firmar no cenário educacional paulista, comprovando sua idoneidade, e que estava atenta às normas exigidas pelo governo paulista.

**Imagem 13:** Capa do documento Regimento da Escola Normal Livre de Lins -1936



**Fonte:** Acervo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Lins.

Ao final do Regimento, são apresentadas as taxas de matrícula, mensalidades e exames que deveriam ser pagas pelas famílias dos alunos. O art. 12, acrescenta que todos os alunos, quando convocados, estavam obrigados a participar das festividades e comemorações cívicas, cabendo penalidades no caso

de não comparecimento<sup>102</sup>. Na imagem abaixo, estão as normalistas da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Lins* em desfile em uma comemoração cívica. Essa fotografia foi tirada no período em que a Escola Normal já era dirigida pelas Irmãs Salesianas - período em que o Curso Normal foi destinado apenas para moças - e apresenta as alunas em comemoração cívica.

**Imagem 14:** Desfile em comemoração cívica das alunas da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Lins* (s/d)



**Fonte:** Acervo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Lins.

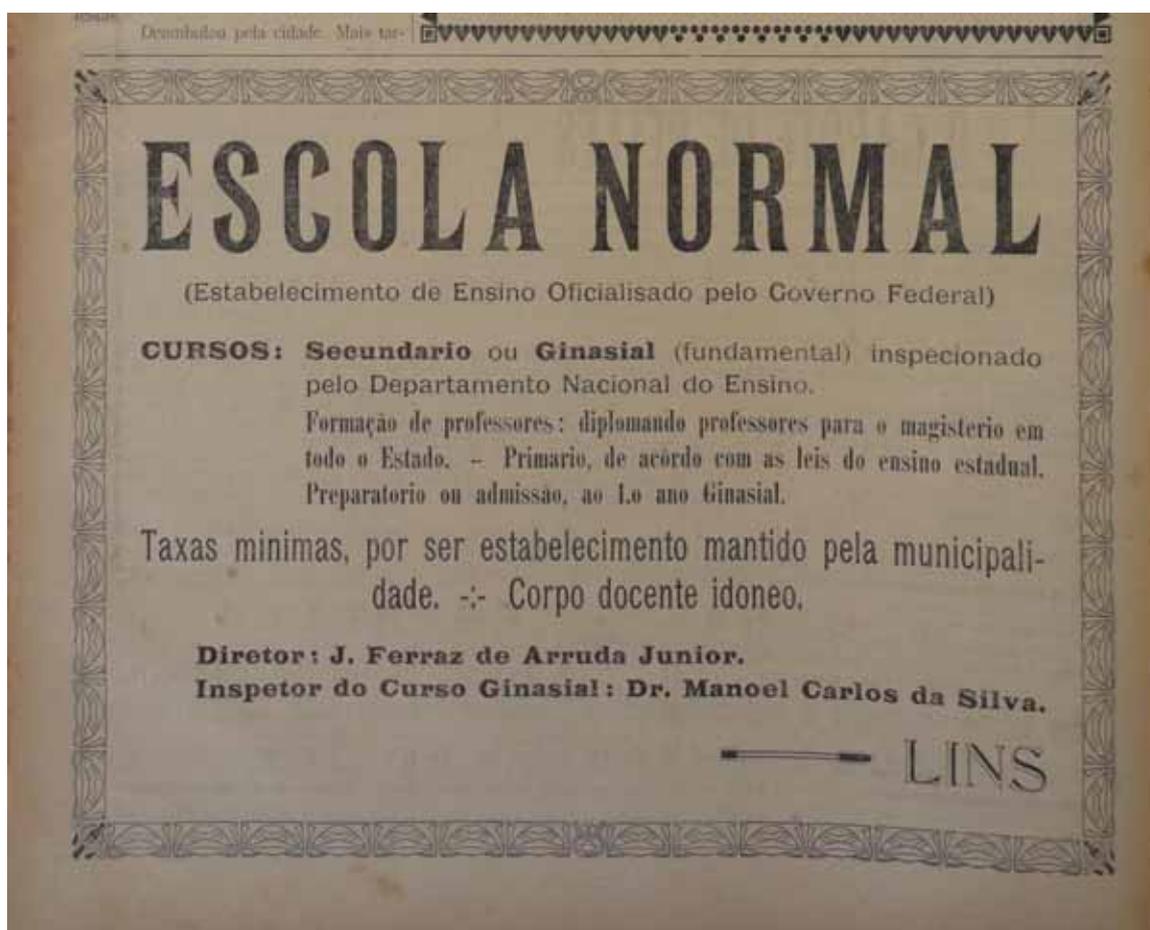
Além de comparecer às aulas devidamente uniformizados, conforme modelo aprovado pela diretoria da escola e atender às ordens superiores (art. 9º), os alunos deveriam efetuar, até todo 5º dia útil, de cada mês, na Tesouraria Municipal, o pagamento da mensalidade escolar. Entretanto, a Escola oferecia algumas vagas

---

<sup>102</sup> Com esse artigo, é possível identificar as ideias nacionalistas presentes na formação desses professores.

gratuitas e concedia isenção de mensalidade para alunos indigentes<sup>103</sup> (duas vagas para cada classe dos cursos) e isenção de mensalidade para o aluno que tivesse dois ou mais irmãos matriculados em qualquer um dos cursos, desde que apresentasse provas documentadas. A isenção de mensalidade parece ser um estímulo para que as famílias matriculassem seus filhos e uma oportunidade de os alunos carentes poderem estudar e obter uma profissão. Abaixo, apresento um anúncio fazendo a propaganda da *Escola Normal Livre de Lins* ainda no período em que foi mantida pelo município.

**Imagem 15:** Anúncio da Escola Normal Livre de Lins



**Fonte:** Acervo particular de Carlos Eduardo Motta Carvalho – jornal Comercio de Lins, 01 de janeiro de 1935.

<sup>103</sup> Considero que o termo aluno indigente significa aluno órfão ou abandonado pelos pais ou sem recursos financeiros suficientes.

É importante destacar que nos documentos, jornais e outros materiais de ambas as Escolas Normais, há sempre a preocupação de assinalar que o funcionamento da instituição estava de acordo com as condições impostas pela legislação do ensino paulista, como a *Reforma de 1927* e o *Código de Educação de 1933*. No anúncio acima, é possível observar informações como: “Estabelecimento de ensino oficializado pelo Governo federal; inspecionado pelo Departamento Nacional de Educação e corpo docente idôneo”. Consta na Constituição de 1934, art. 150, que competia à União reconhecer os estabelecimentos particulares de ensino que assegurassem a seus professores estabilidade e remuneração condigna. Mas não encontrei nenhum documento sobre esse reconhecimento nos arquivos da Escola.

Sobre a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, o *Correio Paulistano* divulgou que o novo prédio foi construído de acordo com as normas higiênicas, como solicita a *Reforma de 1927*.

O prédio novo e magnífico, em suas elegantes linhas architectonicas, está situado à Avenida Tiradentes.  
Tem todos os requisitos exigidos pela Hygiene.  
É confortável e são amplos os seus salões.  
Compõe-se em sua parte superior, de salão nobre, directoria e salas de aula para os professores.  
A sua parte inferior comprehende officina de carpintaria, aula de modelagem gabinete de physica e chimica, sala de alumnos, curso preparatório municipal, anexo, e biblioteca. (CORREIO PAULISTANO, 1930, p. 5).

Com a citação acima, é possível conhecer, mesmo que com poucos detalhes, a estrutura física da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*. O *Correio Paulistano* informa, ainda, que cada aluno contribuiu para a construção do novo prédio com 360\$000 (moeda da época) por ano. Isso pode significar a dificuldade dos governos municipais e, até mesmo estaduais, em custear toda a construção dos prédios escolares. Abaixo apresento algumas imagens internas do prédio encontradas em Relatório<sup>104</sup> (1948). Em 1948, a Escola Normal já havia se transformado em Escola Normal Oficial e não era mais mantida pelo município, mas sim pelo governo do estado de São Paulo.

<sup>104</sup> Tal Relatório parece ter sido elaborado para ser entregue ao Delegado de Ensino do período.

**Imagem 16:** Sala de Educação Física da Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo e anexas



**Fonte:** Relatório de 1948 – Arquivo Permanente da E. E. Leônidas do Amaral Vieira.

**Imagem 17:** Sala de Trabalhos Manuais da Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo e anexas – Sec. Masculina.



**Fonte:** Relatório de 1948 – Arquivo Permanente da E. E. Leônidas do Amaral Vieira.

**Imagem 18:** Biblioteca da Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo e anexas



**Fonte:** Relatório de 1948 – Arquivo Permanente da E. E. Leônidas do Amaral Vieira.

**Imagem 19:** Sala de Ciências da Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo e anexas



**Fonte:** Relatório de 1948 – Arquivo Permanente da E. E. Leônidas do Amaral Vieira.

Segundo a *Lei Municipal nº 429*, que criou a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, o art. 2º menciona que os programas seriam organizados de acordo com os programas das Escolas Normais Oficiais, e o art. 3º diz:

Afim de ser a escola fundada equiparada às Escolas Normais Oficiais, terá o seu lente de Pedagogia e Didactica de nomeação do governo, bem como seu inspetor fiscal nomeado de conformidade com o art. 21 da lei 2.669 de 31 de dezembro de 1927.

A nomeação do lente de Pedagogia Psicologia e Didática e do Inspetor Fiscal ou Escolar seria feita pelo governo estadual e as demais nomeações de outros professores e funcionários seria função do prefeito. A *Lei Municipal nº 429* realmente estava de acordo com a *Reforma de 1927*, pois o prefeito e vereadores da Câmara Municipal estavam cientes das exigências da *Diretoria Geral da Instrução Pública* para equiparar as Escolas Normais Livres às Oficiais.

A *Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo*, assim como a *Escola Normal Municipal de Lins*, era paga pelos estudantes, mas o professor *Joaquim Silvério Gomes dos Reis*, então prefeito da cidade entre 1937-1938 (Prado; Sato, 2013), concedeu, pela *Lei Municipal nº 34*, de 06 de agosto de 1937, a isenção de 40% das mensalidades aos alunos matriculados na *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* que fossem filhos de funcionários municipais. Tal desconto foi um estímulo para os funcionários públicos matricularem seus filhos na Escola Normal e anexas.

Desse modo, considero que os municípios tiveram papel importante na expansão das Escolas Normais Livres, principalmente em regiões como o oeste paulista, que eram afastadas da capital. Com a abertura proposta pela *Reforma de 1927*, os municípios puderam pensar em ações para desenvolver a Instrução Pública local e solucionar o problema da falta de professores. Considero também que a *Reforma de 1927* talvez não tenha sido significativa para os grandes centros urbanos e regiões mais desenvolvidas do estado, mas, certamente, para regiões mais afastadas e não tão desenvolvidas, trouxe muitos benefícios e transformações importantes para a instrução.

### 3.4 Inspeção escolar: a relação da Escola Normal Livre com a Diretoria Geral da Instrução Pública

A relação das Escolas Normais Livres com a *Diretoria Geral da Instrução Pública* pode ser mapeada e evidenciada pela prática da inspeção escolar. Os Inspectores Escolares ou Inspectores Fiscais eram, segundo a *Reforma de 1927*, nomeados pelo estado. A prática dos inspetores escolares pode ser confirmada nos registros feitos nos *Livros de Visitas* encontrados em ambas as Escolas pesquisadas e também em outras Escolas Normais visitadas da região oeste<sup>105</sup>. A *Reforma de 1927* não determina uma quantidade de visitas que deveriam ser feitas pelos inspetores fiscais. Apenas com o *Código de Educação* de 1933 foi determinado o número de, no mínimo, duas visitas por mês. Mas, diante dos registros, observa-se que essa determinação não foi cumprida, talvez pelo grande número de escolas sob responsabilidade de um Inspetor Fiscal e pelas dificuldades de locomoção, como é relatado em diversos *Relatórios dos Delegados de Ensino do Estado de São Paulo*.

No geral, em ambas as escolas encontrei registros indicando que a função do Inspetor Fiscal era: examinar a escrituração da escola (chamada, faltas e notas); participar da banca examinadora dos exames parciais e finais; assistir a aulas e ensaios do orfeão, dando instruções sobre a execução do programa e demais atividades para os professores; verificar as condições do prédio e instalações como salas de aula, banheiros e bebedouros, por exemplo; verificar as condições e quantidades dos materiais necessários para as aulas de Ginástica e Trabalhos Manuais, bem como o Gabinete de Física e Química e demais orientações sobre diversos elementos da escola, como horários, uniformes, comemorações cívicas, matrículas, exames, organização da biblioteca, entre outros.

Pelos *Livros de Visitas* de ambas as Escolas Normais, pude notar que tais escolas, inicialmente, funcionavam com certas dificuldades que eram apontadas pelos próprios Inspectores Fiscais. Problemas como falta de professor<sup>106</sup>, espaços inadequados e pequenos, falta de materiais, eram assuntos dessas visitas. Contudo,

---

<sup>105</sup> Em Escolas Normais Livres em regime de internato, o *Livro de Visita* também era usado para a segurança das alunas e registrava a entrada (data e horário) de todos, inclusive as visitas dos pais às suas filhas internas.

<sup>106</sup> No caso das disciplinas como Trabalhos Manuais e Ginástica, deveria haver a separação em seções feminina e masculina, devendo haver uma professora para a seção feminina.

são ressaltadas também pelos os Inspectores as melhorias nas Escolas. No caso de Santa Cruz do Rio Pardo, um dos Inspectores registra, em 06 de setembro de 1930:

Installada, agora, em optimo e bello prédio que a municipalidade construiu - com boas accomodações para as classes, para o gabinete de phisica e chimica, para a biblioteca – a Escola esta actualmente bem aparelhada e em favoráveis condições para atingir seus altos objectivos. (ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, 1930, p. 06).

Assim, mesmo com as dificuldades, as Escolas Normais Livres e os municípios procuravam fazer as adequações para melhorar o funcionamento das escolas. Muitos são os elogios às municipalidades que se lançaram no desafio de fundar Escolas Normais Livres.

O *Livro de Visitas* encontrado na *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* (1929-1935) está assinado em todas as páginas pelo Diretor *Agenor de Camargo*, primeiro Diretor da Escola Normal. Pelos registros, a inspeção começou já no ano de 1929 e não há uma regularidade nos registros, pois depois de 1930, há registro apenas em 1934, isto é, o Livro ficou quatro anos sem registro, mas não é possível afirmar que tenha ficado durante esse período sem inspeção. As visitas foram feitas por Inspectores Fiscais e por Inspectores especiais de Música, Ginástica e Trabalhos Manuais. O mesmo ocorreu em Lins.

Um Inspetor Fiscal, que não pode ser identificado, fez o seguinte relato em 25 de agosto de 1933 no *Livro de Visitas da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*: “O corpo docente desta escola é competente e esforçado e não mede sacrifícios quando trata de elevar o bom nome de que goza o estabelecimento”. Isso pode ser um indício de que a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* era bem vista pelos Inspectores e pela sociedade em geral e que a municipalidade estava se empenhando para melhorar as condições da escola, que tinha começado a funcionar, em 1929, em prédio adaptado.

Encontrei também nesse Livro relatos de alguns problemas como o reduzido espaço para as aulas de Ginástica, cadernetas de chamada que não foram preenchidas devidamente e a falta de professor de ginástica para a seção feminina.

Mas considero que tais problemas não eram impedimentos para o funcionamento da Escola Normal.

No *Livro de Visitas da Escola Normal Livre de Lins* (1929-1937), foram registradas visitas de Inspetores diferentes que também não obedeciam a uma regularidade, e não há registros nos anos de 1931 e 1932. É preciso considerar que o Pós Revolução de 1930 até 1932 foi período de dificuldade política em São Paulo como mencionei no Capítulo 1. A presença do governo interventor e o fato de algumas escolas terem funcionado como locais de atividade política e militar nessas revoluções pode ter dificultado o trabalho de inspeção escolar. De acordo com Sato e Prado (2013), Santa Cruz do Rio Pardo foi invadida pelos gaúchos no fim da Revolução de 1932.

Como mencionei anteriormente, as Escolas Normais pesquisadas funcionavam com algumas dificuldades. Em visita em 07 e 08 de outubro de 1929, um dos inspetores escolares registrou no *Livro de Visitas da Escola Normal livre de Lins* que

A Escola funciona em prédio que não oferece as necessárias acomodações ao fim que se destina: as salas de aula são acanhadas como acanhado é o pátio para os exercícios gynasticos. Para o ano de 1930, falta uma sala para experiências de physica e chimica. (ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS, 1929, p. 2)

As condições impróprias do prédio são ressaltadas em praticamente todos os registros dos Inspetores Ficais. Com a mudança de prédio em 1932, há registros posteriores que mencionam que as condições do prédio melhoraram e o imóvel estava adequado às finalidades da Escola Normal. Há também registros que ressaltam as qualidades da Escola:

Visitei esta Escola. Assisti a diversas aulas, levando optima impressão da maneira por que esta sendo aqui orientado o ensino de diversas disciplinas do programa, por parte do Sr. Dr. Jefferson, diretor do estabelecimento, bem como da parte dos srs. professores, em grande entusiasmo e dedicação. (ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS, 1927).

Apesar das dificuldades que enfrentavam essas Escolas Normais Livres, havia certo empenho em mantê-las, pela necessidade de professores para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, considero que os dados apresentam indícios de que essas Escolas Normais Livres funcionavam de forma precária em alguns aspectos e de que a fiscalização não seguia rigorosamente a legislação como aponta os Livros de Visitas que ficaram sem registros por um determinado período. Então, de modo geral, a oficialidade não se apresenta da maneira especificada na legislação. Talvez essa postura foi tomada pelos Inspectores Fiscais para a própria sobrevivência do projeto de expansão do Ensino Normal e Primário. Outro dado que vale ser destacado é que algumas Escolas Normais Livres confessionais católicas eram providas por mantenedoras estrangeiras e recebiam professores estrangeiros como é o caso da *Escola Normal Livre de Lins* que se transformou em *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora*, dirigida pelas Irmãs Salesianas. Isso contrariava a legislação paulista pois, tanto a *Reforma de 1927*, como a *Reforma Lourenço Filho* (1930) e o *Código de Educação* (1933) determinavam que, para obter a equiparação, a Escola Normal Livre deveria ser mantida por associações nacionais.

### 3.5 Sujeitos: alunos, professores, diretores e inspetores

Diante da *missão patriótica* incumbida às Escolas Normais Livres, de formar professores de que o estado necessitava, considero importante identificar os sujeitos que participaram dessa *missão*.

A Irmã Maria Rita Camargo<sup>107</sup> (1954) descreve que, na *Escola Normal Livre de Lins*, em 1929, houve a inscrição de 33 candidatos ao exame de admissão e 26 alunos (23 moças e 3 rapazes) foram aprovados para a matrícula. É importante destacar a matrícula de *Ulysses Silveira Guimarães*<sup>108</sup>, que se formou professor na *Escola Normal Livre de Lins*.

---

<sup>107</sup> A Irmã Rita Camargo foi diretora da Escola Normal na década de 1950 e 1960.

<sup>108</sup> Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992) foi importante deputado federal; liderou junto com outros políticos campanhas pela redemocratização, como as eleições diretas na década de 1980. Exerceu a presidência da Câmara dos Deputados em três períodos (1956-1957; 1985-1986 e 1987-1988), presidindo a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987-1988. A nova Constituição, na qual Ulysses teve papel fundamental, enfim foi aprovada em 5 de outubro de 1988, tendo sido por ele chamada

Em 1930, houve a matrícula dos alunos aprovados no exame de admissão, e a Escola teve mais uma classe: 18 alunos no 1º ano e 21 no 2º ano. Percebo que o número de alunos da primeira turma decaiu, e isso também prejudicou a sobrevivência da própria instituição, que dependia das mensalidades dos alunos para se manter em funcionamento.

O primeiro diretor da *Escola Normal Livre de Lins* foi *Luiz Jefferson*<sup>109</sup>. Abaixo, a foto da primeira turma de normalistas<sup>110</sup>, e um dos rapazes seria *Ulysses Guimarães*<sup>111</sup>.

**Imagem 20:** Primeira turma de alunos da Escola Normal Livre de Lins



**Fonte:** acervo particular de Carlos Eduardo Motta Carvalho.

---

de *Constituição Cidadã*, pelos avanços sociais que incorporou no documento. Ver biografia completa de Ulysses Guimarães no site [http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/Ex\\_presidentesCD\\_Republica/ulisses.html](http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/ulisses.html).

<sup>109</sup> Não encontrei informações sobre o Diretor Luiz Jefferson.

<sup>110</sup> A imagem seria da 1ª turma de alunos e não de formandos, pois o Livro de Diploma registrou 16 formandos.

<sup>111</sup> Infelizmente, não foi possível identificá-lo.

O *Livro de Matrículas da Escola Normal Livre de Lins (1939-1941)*, além dos dados pessoais dos alunos, como nome, data e local de nascimento, apresenta informações sobre a profissão do pai. Pode observar, por esses registros, que a maioria das famílias das alunas tinha certa condição financeira para pagar as mensalidades e demais taxas. As profissões dos pais eram: dentista, fazendeiro, funcionário público, comerciante, contador, delegado, farmacêutico, médico, alfaiate, advogado, ferroviário, construtor, negociante, engenheiro agrônomo, guarda-livros, professor, agricultor e lavrador (talvez a profissão de menor renda para a época). Considero que essas famílias que enviavam seus filhos e filhas para estudar em uma Escola Normal tinham um mínimo de condição financeira para isso, pois pelas precariedades da época (estradas e meios de transporte), era necessário ter condições mínimas para o deslocamento da zona rural até a cidade ou mesmo de uma cidade para outra, por exemplo. Sendo assim, considero que a expansão do Ensino Normal não era para todos, mas sim, para a parcela da sociedade que tinha condições financeiras de arcar com as despesas.

Outro dado importante fornecido pelos *Livros de Matrículas (1939-1941)* é que a *Escola Normal Livre de Lins* atraiu também estudantes que residiam em cidades vizinhas como Cafelândia, Guaiçara, Penápolis, Promissão, Marília, Getulina, Pirajuí, Valparaíso, Avanhandava, Sabino, Glicério, Araçatuba, Garça, Novo Horizonte, Bauru e Tupã. Assim, considero que a Escola Normal atingiu, de certa forma, os objetivos propostos pela *Reforma de 1927* e a equiparação, formando professores em menor tempo para regiões afastadas da capital, pois abrangeu um grande número de cidades nas redondezas de Lins.

O *Livro de Registro de Diplomas da Escola Normal Livre de Lins (1932-1950)* contém todas as turmas e respectivas assinaturas dos formandos desde a primeira turma em 1932 até 1950. Assim, pude mapear o número de professores formados por essa Escola Normal. De 1932 - ano de formatura da 1ª turma<sup>112</sup> - até 1946 formaram-se 280 professores, como mostra o Quadro abaixo.

---

<sup>112</sup> A formatura da 1ª turma da Escola Normal Livre de Lins foi em 10 de dezembro de 1932.

**Quadro 15:** Formandos da Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora (1932-1946)

<b>Formandos da <i>Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora</i> (1932-1946)</b>		
<b>Ano</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>
1932	16 alunas	02 alunos
1933	11 alunas	—
1934	06 alunas	01 aluno
1935	06 alunas	01 aluno
1936	14 alunas	01 alunos
1937	—	—
1938	07 alunas	02 alunos
1939	10 alunas	01 aluno
1940	34 alunas	02 alunos
1941	25 alunas	03 alunos
1942	18 alunas	—
1943	27 alunas	—
1944	50 alunas	—
1945	15 alunas	—
1946	28 alunas	—
<b>Total</b>		<b>280 professores</b>

**Fonte:** Livro de Registro de Diplomas da Escola Normal Livre de Lins (1932-1950)

Pelo Quadro, é possível notar que a Escola Normal recebeu mais alunos depois que a Diocese e *Irmãs Salesianas* assumiram a direção. Como está posto no artigo, no ano de 1937 não há registros de alunos que concluíram o Curso Normal pela falta de procura dos alunos. Após a transferência da Escola Normal para a Diocese, foi registrado o número de diplomados em todos os anos subsequentes. Isso pode contrariar as informações do artigo pois, os dados indicam que havia demanda de alunos interessados em cursar o Ensino Normal na região de Lins. É preciso considerar também que em alguns anos, menos de dez alunos se formaram na Escola, e isso também pode ser um indício de que ela passava por dificuldades.

O primeiro corpo administrativo foi assim composto: Diretor Dr. Luiz Jefferson Monteiro da Silva; Inspetor Prof. Gustavo Kuhlmann. O primeiro corpo docente foi: Cornelia Piza de Souza; Esther de Almeida Villela; Dr. Francisco Arci; Hercília Rodrigues; Joaquina H. de Souza Leite; José Ferraz de Arruda Júnior; Dr. Luiz Parigôt de Souza; Maria Piedade Coutinho; Miguel Vicente Passarelli; Dr. Paulo Villela de Andrade; Rubens Machado da Silva; Ercília Mendes Longo; Fortunata C. Morato Almeida; Gumercindo Correa de A. Moraes; Dr. João Norberto Longo; José Carlos Antunes; Dr. Luiz Morato Pinto de Almeida; Manoel de Ornelas Velloso; Dr. Mário Pinto de A. Fernandes; Nelson Toledo Martins; Dr. Péricles da Silva Pereira e Vicente de Paula Bela. Infelizmente, não consegui informação sobre as disciplinas que esses professores lecionavam e sobre qual deles seria o professor de Psicologia, Pedagogia e Didática – nomeado pelo Governo. Para saber a formação desses profissionais, busquei seus nomes<sup>113</sup> no *Livro Jubilar da Escola Normal* (1930) e verifiquei que alguns eram formados pelas Escolas Normais Oficiais, como *Gustavo Kuhlmann*, formado na *Escola Normal de São Paulo*, em 1908; *Cornelia Piza de Souza* e *Ercília Mendes Longo* se formaram em 1917, na *Escola Normal de São Paulo* junto com *Lourenço Filho*, e *Rubens Machado da Silva* formou-se na *Escola Normal Primária*, anexa à *Escola Normal de São Paulo*, em 1919. Tais dados indicam que parte desses professores tinha formação adequada para lecionar na Escola Normal.

No caso da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, tenho pouquíssimos dados sobre os alunos. O *Livro de Inscrição para Exame de Admissão*

---

<sup>113</sup> Os nomes dos outros professores não foram localizados, mas isso não significa que eles não tenham se formado em Escolas Normais.

(1929-1933) e o *Livro de Visitas* são os únicos documentos que trazem mínimas informações sobre os alunos. Infelizmente, esse *Livro de Inscrição para Exame de Admissão* não informa quantos alunos foram admitidos e matriculados nessa Escola Normal, mas pude observar que o número de inscritos era muito significativo e atraiu candidatos de várias cidades próximas a Santa Cruz do Rio Pardo, como Ourinhos, Palmital, Salto Grande, Ipaussu, Bernardino de Campos, São Pedro do Turvo, Chavantes, Espírito Santo do Turvo e Fartura.

No ano de 1928, cujo ano letivo se iniciaria em 1929, a Escola Normal recebeu 88 inscrições de rapazes e moças para o exame de admissão e, conforme descrito no *Livro de Visitas*, foram 75 alunos matriculados em 1929 no 1º ano do Curso Normal (16 rapazes e 59 moças). Desses alunos, apenas 32 se matricularam para o 2º ano em 1930 (2 rapazes e 30 moças). Isso indica que pouco menos da metade dos alunos admitidos no 1º ano continuaram o curso no ano seguinte.

Já a segunda turma (1930) da Escola Normal foi bem menor que a anterior, com apenas 39 alunos matriculados (12 rapazes e 27 moças) no 1º ano. Nos anos posteriores, o número de inscritos para o exame de admissão à Escola Normal decresceu, mas não deixou de ser significativo: houve a inscrição de 20 candidatos para o ano de 1931; 28 candidatos para o ano de 1932 e 44 candidatos para o ano de 1933.

**Imagem 21:** Alunos da primeira turma de normalistas da Escola *Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* e professores à direita.



**Fonte:** Acervo particular de Celso Prado e Junko Sato.

Ainda sobre os alunos, encontrei um recorte de jornal, com uma nota denominada *Notícias sobre o início do nosso IELAV* (Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira), escrita pelo professor Dr. Pedro César Sampaio, sem nenhuma referência, com uma informação importante sobre os alunos. Na nota consta que a primeira turma teve menos de dez alunos formandos:

O prédio em poucos dias foi adaptado para a Escola, paredes foram derrubadas para as salas de aula e a primeira turma com menos de 10 alunos formou-se no outro prédio da Avenida Tiradentes. Dessa primeira turma de professores, alguns se acham, por sua cultura, em posição de maior destaque no Estado de São Paulo.

Poucos alunos, dos 75 matriculados na primeira turma em 1929, conseguiram se formar. Isso pode indicar as dificuldades dos alunos em arcar com as despesas dos estudos.

Sobre o primeiro Diretor, a nota escrita pelo professor Dr. Pedro César Sampaio diz que o farmacêutico *Agenor de Camargo* foi o primeiro Diretor da Escola. Sobre o corpo docente da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, com exceção do professor de Pedagogia e Didática, diz que seriam nomeados pelo prefeito municipal. O jornal *Correio Paulistano* apresenta os nomes dos professores que atuavam na escola durante o ano de 1930 – momento de inauguração do novo prédio da escola.

Na notícia de inauguração do prédio da escola, o jornal *Correio Paulistano* cita os nomes de alguns professores e do segundo diretor, que também era o prefeito da cidade, o Sr. *Capitão Avelino Taveiros*<sup>114</sup>. Segundo a notícia,

O corpo docente esta constituído de competentes educadores e é o seguinte: professor Antonio d' Ávila – Psychologia Didactica e Desenho; professor Francisco Pereira Junior – Portuguez e Historia; professora d. Henriqueta Corrêa Neto – Musica e Trabalhos; professor Amadeu Damato – Mathematica; professor Albino Mello de Oliveira – Gynastica; professora d. Zumira Rodriguez – Francez; professor dr. José de Queiroz – Physica e Chimica e Gracilio de Castro – professor de Trabalhos na secção masculina. A inspeção esta a cargo do Sr. Professor Dario de Queiroz. (CORREIO PAULISTANO, 1930, p.5).

Dentre esses professores, destaco o nome de *Antonio d' Ávila*<sup>115</sup>, que segundo a notícia foi professor de Psicologia, Didática e Desenho. O professor *Antonio d' Ávila*, importante autor dos livros *Práticas Escolares* (1940) e *Pedagogia: Teoria e Prática* (1954), formou-se na *Escola Normal de São Paulo*, em 1920, onde foi discípulo de *Lourenço Filho*. Iniciou sua carreira justamente na região de Santa Cruz do Rio Pardo. Foi professor da *Escola Rural de Irapé*, em Xavantes, em 1921; professor das Escolas Reunidas do mesmo distrito, em 1923; professor adjunto do

<sup>114</sup> Não encontramos informação sobre o *Capitão Avelino Taveiros*, mas há indícios de que ele não tinha formação em Escola Normal.

<sup>115</sup> Ver Biografia completa de Antonio d' Ávila em: TREVISAN, Thabatha Aline. *A Pedagogia por meio da Pedagogia: Teoria e Prática (1954), de Antonio d' Ávila*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2007.

*Grupo Escolar de Santa Cruz do Rio Pardo*, em 1925, substituindo o diretor em 1926; foi professor de Psicologia, Pedagogia, Didática, Matemática e Desenho da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* (TREVISAN, 2007, p. 25).

O lente dessas disciplinas, segundo a *Reforma de 1927* e o *Código de Educação de 1933*, deveria ser nomeado pelo governo estadual, mas não foi encontrado documento sobre a nomeação de *Antonio d' Ávila* como professor da *Escola Normal Livre*. Sua biografia confirma sua importante passagem pela Escola, nesse momento em que as Escolas Normais Livres iniciavam seu funcionamento e, como mencionei anteriormente, muitas vezes, de forma precária. É importante ressaltar que *Antonio d' Ávila* tinha formação adequada para ocupar o cargo, assim como o primeiro Inspetor Fiscal *Dario de Queiroz*, que se formou em 1916 pela Escola Normal Primária, anexa à Escola Normal de São Paulo, e o professor *Francisco Pereira Júnior*, formado em 1904, pela Escola Normal de Itapetininga, segundo o Livro Jubilar da Escola Normal (1930).

Pensando nesses sujeitos que fizeram parte dessas Escolas Normais Livres, considero que: em relação aos alunos, é possível dizer que a expansão do Ensino Normal não foi para todos, mas para uma parcela que tivesse condições de arcar com as despesas dos estudos. É preciso deixar claro que ambas as escolas cobravam mensalidades e demais taxas dos alunos, então, nesse momento, a oportunidade de cursar a Escola Normal era apenas para estudantes cujas famílias tinham condições financeiras de arcar com as despesas, tanto escolares, quanto de moradia (pensionatos) e de transporte para o deslocamento de alunos de uma cidade para outra, e isso pode ter contribuído para a desistência do curso. É importante destacar que muitos alunos viram na Escola Normal uma possibilidade de ampliar os estudos e alcançar uma profissão, ou seja, tais escolas representaram a possibilidade de filhos da classe média terem acesso ao ensino próximo de suas cidades. Considero que em uma região de poucas oportunidades de estudo, as mulheres viram na Escola Normal uma possibilidade de ampliar os estudos e conseguir uma profissão respeitável e apresentada como adequada ao sexo feminino. Ainda, é importante lembrar as críticas de alguns Delegados de Ensino, comentadas no capítulo 2, em relação às dificuldades desses novos professores em se adaptar às escolas rurais. Em relação aos professores, não foi possível verificar a formação de todos os profissionais que atuavam nessas Escolas, mas uma parte

deles tinha formação adequada para atuar nas Escolas Normais e há indícios que a Escola Normal Livre marcou a entrada desses profissionais no Ensino Normal.

### **3.6 Saberes: o que se ensina e o que se aprende nas Escolas Normais Livres**

Sobre os saberes ensinados e aprendidos nessas Escolas Normais Livres, encontrei pouquíssimas informações. Mas como mencionei anteriormente, segundo a *Reforma de 1927*, as disciplinas eram: Português e Caligrafia; Francês; Geografia Geral e Geografia do Brasil; História da Civilização, História do Brasil e Educação Cívica; Aritmética, Álgebra e Geometria; Física e Química; História Natural e Higiene; Psicologia, Pedagogia e Didática; Desenho; Música; Ginástica e Trabalhos Manuais.

Com a implantação do *Código de Educação* (1933), o Curso Normal sofreu algumas alterações e passou a ter dois anos de duração. O programa do curso era dividido em três (03) seções: 1ª seção – Educação (Psicologia; Pedagogia; Prática de Ensino e História da Educação); 2ª seção – Biologia Aplicada à Educação (Fisiologia e higiene da criança; Estudos do crescimento da criança e Higiene da Escola); 3ª seção – Sociologia (Fundamentos da Sociologia; Sociologia educacional e Investigações sociais em nosso meio).

Encontrei nas Escolas Normais Livres pesquisadas dois Livros *de Atas de Exames*<sup>116</sup> parciais e finais (Livro de Atas de Exames da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora*, de Lins – 1938 a 1939 e Livro de Atas de Exames da *Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo* – 1939) que são posteriores ao período estudado. Nesses Livros estão descritos os exames que ocorreram no período, contendo rigorosamente local (sala); data; horário (início e término); disciplina(s) examinada(s); professores da banca examinadora; alunos presentes e ausentes e ao final de todos os exames do curso constam as notas dos alunos. As Atas mencionam também a presença de demais autoridades, como Delegado de Ensino e Inspetor Fiscal.

---

<sup>116</sup> As Atas eram lavradas pelo Secretário da Escola ou pelo Inspetor Fiscal.

Infelizmente, essas Atas não informam os conteúdos avaliados ou as teses que eram sorteadas para que os alunos dissertassem, mas pelas descrições dos exames é possível notar que as provas de Didática eram práticas, realizadas em Escolas Primárias anexas às Escolas Normais. Tais exames dão indícios de que a observação e reprodução de bons modelos faziam formação do professor como sugere o documento *Instruções Provisórias para a Execução do Programa de Didáctica nas Escolas Normaes Livres* (1930).

Os exames de Desenho, Trabalhos Manuais e Música também eram práticos e os alunos deveriam demonstrar as habilidades aprendidas desenhando objetos ou paisagens, cantando, realizando trabalhos manuais. Na seção feminina de Trabalhos Manuais, as moças tinham que mostrar suas habilidades em bordar, fazer bainhas, cestas etc. Já na seção masculina, os rapazes tinham que demonstrar suas habilidades em marcenaria, tecelagem etc. Por isso havia a necessidade das salas especiais para a aprendizagem dos trabalhos manuais. Os exames de outras disciplinas, como Sociologia, História da Educação e Psicologia, eram dissertativos.

Diante das poucas informações que tenho sobre os saberes ensinados e aprendidos, não é possível afirmar que as Escolas Normais Livres pesquisadas seguiam o programa de disciplinas do governo. Mas a presença do professor de Pedagogia, Psicologia e Didática poderia ser uma forma de controle e de garantir que os saberes os saberes que circularam nas Escolas Normais Oficiais também chegaram às Normais Livres por meio dos professores nomeados. Tal professor, que provavelmente era formado nas Escolas Normais Oficiais garantiria a prática dos novos professores formados nas Normais Livres seria a mesma dos formados nas Normais Oficiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese de Doutorado, cujo tema é a formação de professores no estado de São Paulo, apresentei a análise sobre a expansão do Ensino Normal na região oeste paulista entre 1927 e 1933. Esse período foi marcado pela *Reforma de 1927*, conhecida como *Reforma Amadeu Mendes*, e pela implantação do *Código de Educação*, em 1933, elaborado por *Fernando de Azevedo*.

O estudo da *Escola Normal Livre de Lins* e da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* (ambas criadas na vigência da *Reforma de 1927*) confirmam a importância de tomar casos específicos para analisar questões gerais. As fontes foram os documentos do Arquivo Permanente dessas escolas. Dentre esses documentos analisei os materiais que pudessem fornecer informações sobre o funcionamento das Escolas e sobre o processo de expansão do Ensino Normal, como o *Livro de Matrícula*, o *Livro de Visitas*, as *Atas de Exame*, entre outros.

A *Reforma de 1927* – Lei nº 2.269 de 31 de dezembro de 1927, equiparou as Escolas Normais Livres (particulares e municipais) às Escolas Normais Oficiais mantidas pelo estado. Até então, as Livres não eram reconhecidas pelo governo, e seus egressos não tinham os mesmos direitos que os professores formados pelas Escolas Normais Oficiais. Eles podiam lecionar em Escolas Primárias particulares ou como professores leigos nas Escolas Primárias Estaduais.

Como as Escolas Normais Livres se expandiram em grande número, as reformas da instrução pública que ocorreram após a *Reforma de 1927* implantaram medidas mais rigorosas para a obtenção da equiparação, pois havia muitas dúvidas sobre a eficiência dessas Escolas Normais. Com a equiparação, a quantidade de Escolas Normais Livres foi superior ao número de Normais Oficiais, entretanto, elas tinham menos alunos matriculados. Mesmo em menor número (apenas dez até o fim da década de 1930), as Normais Oficiais recebiam mais alunos e conseqüentemente, formavam mais professores, como aponto no Capítulo 2. Mas vale destacar que as Livres foram muito importantes na formação de professores em regiões distantes dos grandes centros urbanos, e até mesmo na Capital, onde havia Escolas Normais Oficiais e Livres. As últimas foram equiparadas e funcionaram

durante muito tempo, o que indica que havia demanda de alunos para ambas as Escolas.

É importante destacar que o processo de expansão da Escola Normal não foi homogêneo em todas as regiões do estado. A expansão está relacionada aos aspectos políticos, econômicos e culturais de cada região. A região oeste paulista, por exemplo, teve sua ocupação mais tardia do que outras regiões do estado, e a expansão do Ensino Normal e Primário está relacionada à expansão das lavouras de café, que teve seu auge durante a década de 1940.

Nesse processo de expansão do Ensino Normal, é importante destacar que no início da década de 1930 a expansão se deu principalmente por iniciativa municipal. Porém, na década de 1940 a maioria das Escolas Normais Livres eram confessionais ligadas à Igreja Católica, por isso é importante ressaltar o poder municipal e a Igreja Católica na criação de Escolas Normais (internatos e externatos) que certamente, contribuíram para a formação de professores, não apenas no estado de São Paulo, como em outros estados do país (quadros do Capítulo 2).

Com a análise das fontes verifiquei que a oficialidade não se apresenta conforme indicado na legislação. As Escolas Normais Livres da região oeste funcionavam, em alguns aspectos, de forma precária e que em alguns momentos a legislação não era cumprida rigorosamente. As condições impostas para o funcionamento das Escolas Normais Livres, em alguns momentos, são atenuadas pelos Inspectores Ficais para garantir a sobrevivência da instituição. Mas é importante ressaltar a importância dessas instituições, sobretudo nas cidades do interior e do litoral. Em algumas localidades elas tinham a única biblioteca da cidade e eram as únicas instituições de ensino além das Escolas Primárias.

Além disso, em regiões em desenvolvimento econômico, elas representavam o progresso e uma oportunidade aos rapazes e, principalmente, às moças de cidades do interior, de ampliar os estudos e seguir uma profissão, mesmo não sendo possível mapear se os diplomados dessas duas instituições foram atuar na carreira docente. Contudo, a expansão do Ensino Normal não foi para todos os jovens que pretendiam estudar, mas sim para aqueles cujas famílias pudessem pagar as mensalidades e demais taxas. Apesar de as Instituições pesquisadas oferecerem

descontos e isenções a determinados alunos, a maioria deles tinha que arcar com as despesas.

Também por meio da análise das fontes, pude observar o papel importante do Inspetor Fiscal e do lente de Psicologia, Pedagogia e Didática na legitimação das orientações oficiais. O Inspetor, além de orientações didático pedagógicas, fiscalizaria a escrituração, a estrutura física e higiênica do prédio e as condições do material didático. Mas era o lente de Psicologia, Pedagogia e Didática (nomeado pelo governo estadual) que deveria garantir que os saberes didático pedagógicos fossem os mesmos nas Normais Livres e nas Oficiais, por isso a nomeação de Antonio d'Ávila (formado pela *Escola Normal de São Paulo*) para o cargo na *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*. A presença do professor nomeado pelo estado era uma forma de controlar e garantir que, como professores primários, os egressos das Normais Livres ensinariam os mesmos saberes que um professor formado nas Normais Oficiais.

Diante disso, considero que a *Reforma de 1927* foi significativa e importante, marcando o terceiro momento de expansão do Ensino Normal em São Paulo durante a Primeira República e rompeu com o monopólio do estado na formação de professores. Na falta de recurso, o governo estadual equiparou as Escolas Normais Livres às Oficiais para formar professores em regiões afastadas dos grandes centros, possibilitando assim a formação de mais professores para atender à demanda do Ensino Primário. Então, considero que a *Reforma de 1927* possibilitou uma importante transformação no Ensino Normal a fim de ampliar o Ensino Primário, ou seja, por trás de um projeto de ampliação das Escolas Normais havia um projeto de ampliação das Escolas Primárias para o interior e o litoral.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a Reforma de 1920*. São Paulo: FEUSP, 1976.

ARAUJO, José C. de Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antonio de P. C. (orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada*. São Paulo: Melhoramentos, 1937.

A CIDADE. *Escola Normal Livre*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1930.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *A construção do herói – leitura na escola: Assis – SP – 1920/1950*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BRASIL, *Constituição* (1943). Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em 08 jan. 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, Civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo. Editora Loyola, 1900.

BUFFA, Ester; NOSELA, Paolo. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)*. São Paulo: Edufscar, 2002.

CAMARGO, José Francisco. *Crescimento da População no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, 1981.

CAMARGO, Maria Rita. *Histórico da Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora*. Lins, 1954. [documentos manuscrito]

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. IN: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Org.). *Práticas Educativas Culturais Escolares Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40.

\_\_\_\_\_. Modernidade Pedagógica e Modelo de Formação docente. *São Paulo em Perspectiva*, mar. 2000, p. 111-120.

\_\_\_\_\_. Caixa de Utensílios, o Tratado e a Biblioteca: pedagogia e prática de leitura de professores. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILDORF, Maria Lucia (orgs.). *Tópicos de História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 137-168.

\_\_\_\_\_. *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

\_\_\_\_\_. Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista. In: CARVALHO, Marta M. C. de; PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). *Modelos Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais: Portugal e Brasil – Histórias conectadas*. São Paulo. Edusp, 2011, p. 185-214.

\_\_\_\_\_; TOLEDO, Maria Rita de A. Biblioteca de Educação de Lourenço Filho: uma coleção a serviço de um projeto de inovação pedagógica. *Quaestio: Revista de Estudos em Educação*. v. 8, n. 2, p. 47-62, nov. 2008.

CASTRO, Rosane Micheli, REIS, Viviane C. Teixeira. *A história da Didática no Instituto Leônidas do Amaral Vieira - Santa Cruz do Rio Pardo São Paulo-Brasil (1953-1975)*. In: *XI Congresso Ibero Americano de História da Educação: sujeitos, poderes e disputas pela educação, 2014, México. Anais do XI Congresso Ibero Americano de História da Educação*. 2014, p. 5439-5447. [CD Rom]

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. IN: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2008, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COMMERCIO DE LINS. *O que Lins já ganhou*. Lins, 17 mar. 1928, p. 1.

CORREIO PAULISTANO. *Notas*. São Paulo, 23 fev. 1928, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Notícias do Interior*. São Paulo, 03 mar. 1928. p. 8.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento da instrução na alta Sorocabana*. São Paulo, 16 maio 1930, p. 5.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DIAS, Marcia Hilsdorf. A Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAUJO, José C. de Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antonio de P. C. (orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 75-90.

ESCOBAR, José. Histórico da Instrução Pública Paulista. *Revista de Educação*. São Paulo: Typogahia Garraux, v. 3, set. 1933, p. 158-190.

ESCOLA NORMAIL LIVRE DE LINS. *Regimento da Escola Normal Livre*. Lins, 1936. [documento não paginado]

\_\_\_\_\_. *Livro de Visitas*. Lins, 1929-1937. [Manuscrito]

\_\_\_\_\_. *Livro de Matrículas*. Lins, 1939-1941. [Manuscrito]

\_\_\_\_\_. *Livro de Registro de Diplomas da Escola Normal Livre de Lins*. Lins, 1932-1950. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL LIVRE NOSSA SENHORA AUXILIADORA. *Livro de Atas de Exames da Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora*. Lins, 1938 - 1939.

ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Livro de Visitas*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1920-1935. [Manuscrito]

\_\_\_\_\_. *Livro de Inscrição para Exame de Admissão*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1929-1933. [Manuscrito]

\_\_\_\_\_. *Livro de Inscrição para Exame de Admissão*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1929-1933. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL OFICIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Livro de Atas de Exames da Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1939.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FURTADO, Alessandra Cristina. *Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas Escolas Normais de Ribeirão Preto (1944-1964)*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2007.

HILSDORF, Maria Lucia S. Lourenço Filho em Piracicaba. IN: SOUZA, Cyntia Pereira de. *História da Educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 95-112.

\_\_\_\_\_. *História da Educação: leituras*. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2003.

HONORATO, Tony. Escola Complementar paulista na formação de professores (1897-1911). *Revista Educação e Fronteiras On-line*. v. 3, n. 9, maio-ago 2013, p. 58-72. Disponível em <[www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3006/pdf\\_185](http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3006/pdf_185)> Acesso em: 2 jun. 2014.

Inoue, Leila Maria. *A Revista de Educação (1921-1923), o nacionalismo, e a Reforma de 1920: formação de professores em São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília, 2010.

JARDIM, Renato. A nova diretoria da Sociedade de Educação. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 set. 1929, p. 8.

LABEGALINI, Andreia C. F. B. *A formação de professores nos Institutos de Educação de São Paulo (1933 a 1945)*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília, 2005.

LINS. *Relatório da Delegacia de Ensino*. Lins, 1937. [Datilografado]

\_\_\_\_\_. *Lei Municipal nº 67, de 25 de janeiro de 1929. Atas da Câmara Municipal*. Lins, 1929. [Manuscrito não paginado]

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MASCARO, Carlos Corrêa. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: subsídios para estudos da sua reforma*. São Paulo: Secção de Publicação da Universidade de São Paulo, 1956.

MEDEIROS, Valeria Antonia. *Antonio Sampaio Doria e a modernização do Ensino em São Paulo*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

MENDES, Amadeu. *Relatório: apresentado ao Secretário do Interior Dr. Fabio de Sá Barreto (1927-1928)*. São Paulo: Irmão Ferraz, 1929.

MENESES, Marcelo Figueiredo. *Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – USP, São Paulo, 2012.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para os estudos da história econômica e social do Brasil*. São Paulo, 1982.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

MOREIRA, Silvia Levi. *São Paulo Na primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MORAES, Theodoro de. *Escolas Normais Livres*. *Educação*, v. 5, n. 1, out 1928, p. 128-139.

MORAES, Gustavo. Dr. Amadeu Mendes. *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 jul. 1929, p. 4.

MOTA, André; SANTOS, Marco Cabral dos. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*. São Paulo: Alameda, 2010.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

NERY, Ana Clara B. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Editora Unesp. 2009.

\_\_\_\_\_; ORIANI, Angélica Pall. Movimento popular pela instalação das escolas isoladas em São Paulo-Brasil, nas décadas iniciais do século XX. In: *XI Congresso Ibero Americano de História da Educação: sujeitos, poderes e disputas pela educação*, 2014, México. *Anais do XI Congresso Ibero Americano de História da Educação*, 2014, p. 1773-1778. [CD Rom]

O ENSINO SECUNDÁRIO E NORMAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (1949). São Paulo: Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômica e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1949.

ORIANI, Angélica Pall. *Explorando o oeste paulista: expansão das escolas primárias isoladas e a civilização da população na “zona de sertão”*. 2013, p. 1-17, Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVA%20S/EXPLORANDO%20O%20OESTE%20PAULISTA-%20EXPANSAO%20DAS%20ESCOLAS.pdf> >. Acesso em: 20 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Dispensa dos professores leigos*. São Paulo, 30 nov. 1930, p. 4.

O LINENSE. *Nota sobre a Escola Normal Livre de Lins*. Lins, 14 maio 1928, p. 1.

PENTEADO JUNIOR, Onofre. A Formação Profissional nas Escolas Normas Livres. *Revista de Educação*. São Paulo, v.3, set. 1933, p.61-73.

PERES, Tirsia Regazzini. *O advento da Escola Normal Livre o seus resultados comparados com os da Normal Oficial (1927-1930)*. Araraquara, 1966. Mimeo.

PRADO, Celso; SATO, Junko. Santa Cruz do Rio Pardo: memórias, documentos e referências. 2013. Disponível em: < <http://satoprado.ebook.blogspot.com.br/2013/07/escolas-pioneiras.html> >. Acesso em: 05 jan. 2014.

PRESTES, Julio. O Esforço Educativo de São Paulo (mensagem presidencial). *Educação*. São Paulo, v. 10, ago. 1930, p. 380-408.

PRESIDENTE PRUDENTE. *Relatório da Delegacia de Ensino*. Presidente Prudente, 1939. [Datilografado]

RAMPI, Dorcelina de Fátima. *A formação de professoras da Escola Normal Santa Inês: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo – Memórias elaboradas por ocasião do cinquentenário da Escola Normal da Capital*. São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930a.

\_\_\_\_\_. *Livro Jubilar da Escola Normal da Capital*: contendo a relação completa de diplomados de todos os institutos congêneres do Estado de São Paulo (1897-1929). São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930b.

SANDANO, Wilson. *A criação da Escola Normal Livre de Sorocaba*. *Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande, n. 28, p. 75-87, jul./dez. 2009. Disponível em <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/viewFile/177/264>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Lei Municipal n. 429*, de 25 de agosto de 1928. *Ata da Câmara Municipal*, Santa Cruz do Rio Pardo, 1928. [Manuscrito não paginado]

\_\_\_\_\_. *Relatório da Delegacia de Ensino*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1936. [Datilografado]

SANTOS, José Veloso dos. *As Contribuições de Horace Lane na instrução pública paulista (1890-1910)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unesp, Marília, 2011.

SAMPAIO, Pedro C. *Notícias sobre o início do nosso IELAV*. [recorte de jornal sem referências]

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 374, de 3 de setembro de 1895. Disponível em <[www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1895/lei-374-03.09.1895.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1895/lei-374-03.09.1895.html)>. Acesso em: 3 mar 2014.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 2.025*, de 29 de março de 1911. Disponível em <[www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2025-29.03.1911.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2025-29.03.1911.html)>. Acesso em 3 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 2269*, de 31 de dezembro de 1927. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei-2269-31.12.1927.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normaes Livres*. São Paulo: Editorial Paulista, 1929a.

\_\_\_\_\_. *Bases para Organização e Execução dos Programas das Escolas Normaes de três anos*. São Paulo: Typographia Brasil e Rothschild, 1929b.

\_\_\_\_\_. *Instruções Provisórias para a Execução do Programma de Didáctica nas Escolas Normaes Livres*. São Paulo: Editorial Paulista, 1930.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 4.794*, de 17 de dezembro de 1930. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1930/decreto-4794-17.12.1930.html>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 5. 884 (Código de Educação)*, de 21 de abril de 1933. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Anuário do Ensino do estado de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1935-1936.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 10.336*, de 06 de junho de 1939. Cria uma Escola Normal Oficial na Cidade de Santa Cruz do Rio Pardo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10336-21.06.1939.html>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. *Poliantéia Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal do estado de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Brésia, 1946.

SOUZA, Rosa. Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, Campinas, v. 52, p. 14-24, 2000.

\_\_\_\_\_. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004

\_\_\_\_\_. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890 - 1976)*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TANURI, Leonor Maria. *A Escola Normal no Estado de São Paulo no período da Primeira República: contribuições para o estudo de sua estrutura Didática*. 1973. Tese (Doutorado em Educação) – Unesp, Marília, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FEUSP, 1979.

THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de arte Moderna*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – PUC, São Paulo, 2007.

TOLEDO, Maria Rita. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2001.

TREVISAN, Thabatha Aline. *A Pedagogia por meio da Pedagogia: Teoria e Prática (1954)*, de Antonio d'Ávila. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília. 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. IN: *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 41-71,

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, set./dez. 2005.

## APÊNDICE

**Quadro: Escolas Normais Criadas em 1938**

<b>Escolas Normais Criadas em <u>1938</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre do Instituto Santa Marcelina, de Botucatu	- Transferida de Pindamonhangaba para Botucatu em 19/12/1938. - Nova inauguração em 15/03/1939.
Escola Normal Oficial de Mococa	- Criada pelo Decreto n. 9.501, de 15/09/1938.
<b>Total de 02 Escolas Normais criada em 1938</b>	

**Quadro: Escolas Normais Criadas em 1939**

<b>Escolas Normais Criadas em <u>1939</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus, de Jardinópolis	- Em 1939, foi transferida do Colégio São Luis, de Jaboticabal para o Colégio Do Sagrado Coração de Jesus em Jardinópolis (não foi encontrado a data de criação da escola).
Escola Normal Livre São Paulo, de São Paulo	- Em 1939, a Escola Normal Livre de Guaratinguetá foi transferida para o Ginásio São Paulo.
Escola Normal Livre Barão de Surui, de Tatuí	- Criada pelo Decreto n. 10.044, de 07/03/1939; - Transformada em Escola Normal Oficial em 1943.
Escola Normal Livre de Santa Marcelina, de São Paulo	- Transferida de Araraquara para São Paulo e inaugurada em 15/03/1939, anexa ao Colégio Santa Marcelina.
<b>Total de 03 Escolas Normais Livres criadas em 1939 e uma transferida.</b>	

**Quadro: Escolas Normais Criadas em 1940**

<b>Escolas Normais Criadas em <u>1940</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre N. S. de Sion, de São Paulo	- Foi comprada pelo Liceu Eduardo do Prado em 1940 (não há informação sobre criação ou localização anterior da Escola)
<b>Total de 01 Escola Normal Livre transferida.</b>	

**Quadro: Escolas Normais Criadas em 1941**

<b>Escolas Normais Criadas em <u>1941</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Oficial de Franca	- Criada pelo Decreto n. 11.839, de 07/02/1941.
Escola Normal Anhaia Melo, de Assis	- Criada pelo Decreto n. 11.940, de 26/04/1941; - Atual Escola Estadual Clybas Pinto Ferraz.
Escola Normal Oficial de Araçatuba	- Criada pelo Decreto n. 11.839, de 07/02/1941; - Atual Escola Estadual Manuel Bento da Cruz.
Escola Normal Livre Adventista, de São Paulo	- Criada pelo Decreto n. 14.181. de 06/03/1941.
Escola Normal Manuel da Nóbrega, de São Paulo	- Começou a funcionar em 15/03/1941 (sem mais informações)
<b>Total de 05 Escolas Normais Livres criadas em 1941.</b>	

**Quadro: Escolas Normais Criadas em 1944**

<b>Escolas Normais Criadas em <u>1944</u> no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre Sedes Sapientae, de Avaré	- Criada em 1944.
Escola Normal Livre do Instituto Noroeste, de Birigui	- Criada pelo Decreto n. 14.170 de 01/09/1944.
Escola Normal Livre sagrado Coração de Jesus, de Marília	Criada pelo Decreto n. 14.585 de 06/03/1944,

	- Instalada em 19/04/1944; - Atual Colégio Sagrado Coração de Jesus.
Escola Normal Livre N. S. da Conceição, de Olímpia	- instalada em 19/04/1944
Escola Normal Livre da Associação de Ensino, de São José do Rio Pardo	- Criada em 17/01/1944; - Instalada em 17/04/1944.
Escola Normal Livre Progresso, de Ribeirão Preto	- Instalada em 17/04/1944
Escola Normal Livre Instituto Americano, de Lins	- Instalada em 01/07/1944.
Escola Normal Livre Santo André, de Barretos	- Criada em 01/09/1944.
Escola Normal Livre Coração de Maria, de Penápolis	- Inaugurada em 02/07/1944.
Escola Normal Municipal de Capivari	- Criada em 1944.
Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora, de Ribeirão Preto	- Criada pelo Decreto n. 14.170, de 01/09/1944.
Escola Normal Livre Sagrado Coração de Maria, de Santos	- Criada pelo Decreto n. 14.170, de 01/09/1944
Escola Normal Livre Madre Hermeta, de Laranjal Paulista	- Criada pelo Decreto n. 10.904, de 02/04/1944
Escola Normal Livre Santa Escolástica, de Sorocaba	Criada de acordo com os decretos n. 14.170, de 01/09/1944
<b>Total de 14 Escolas Normais criadas em 1944.</b>	

#### Quadro: Escolas Normais Criadas em 1945

<b>Escolas Normais Criadas em 1945 no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
Escola Normal Livre N. S. De Lourdes, de Franca	- Criada pelo Decreto n. 14.585, de 15/03/1945.
Escola Normal Livre São José, de Bauru	- Criada pelo Decreto n. 14.585, de 06/03/1945.
Escola Normal Livre Horácio Berlinck, de Jau	- Criada pelo Decreto n. 14.585, de 06/03/1945
Escola Normal Anglo-Latino, São Paulo	Inaugurada em 15/03/1945.
Escola Normal Livre de Jacareí	- Criada pelo Decreto n. 14.585, de 06/03/1945.
Escola Normal Municipal de Piraju	- Criada em 1945; - Foi transformada em Escola Normal Oficial de Piraju em 1945; - Atual Escola Estadual Coronel Nho Nho Braga.

Escola Normal Oficial de Bauru	- Criada pelo Decreto n. 14.843, de 05/07/1945.
Escola Normal Oficial de Itapira	- Criada pelo Decreto n. 14.806, de 25/06/1945.
Escola Normal Municipal de Presidente Prudente	- Instalada em 1945; - Transformada em Oficial em 1946; - Atual Escola Estadual Dr. Fernando Costa.
Escola Normal Oficial "Manuel J. Chaves" de São Manuel	- Criada em 1945.
Escola Normal Oficial de Jundiaí	- Criada em 1945 (não tenho informações se a escola foi realmente criada ou transformada)
Escola Normal Oficial de Lins	- Criada em 1945.
Escola normal Oficial de Mirassol	- Criada em 1945.
<b>Total de 13 Escolas Normais criadas em 1945.</b>	

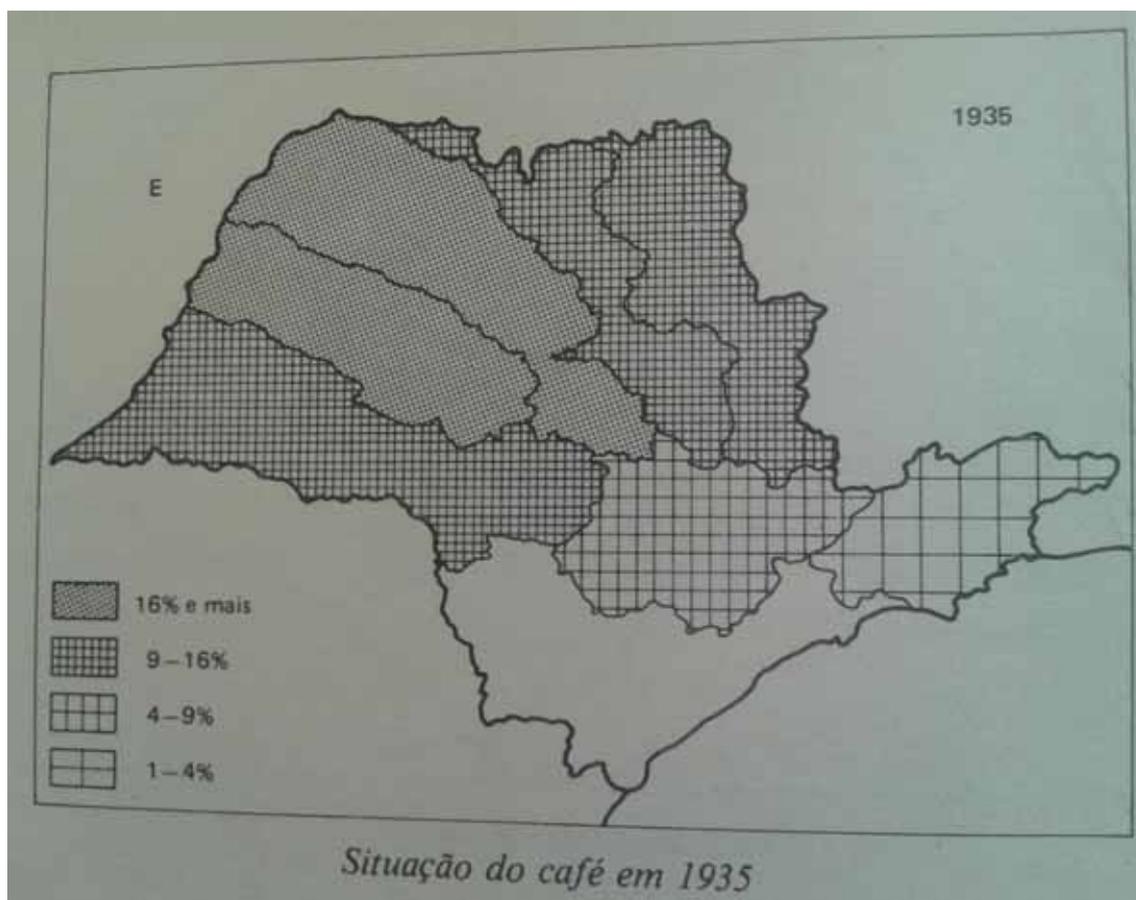
#### Quadro: Escolas Normais Criadas em 1946

<b>Escolas Normais Criadas em 1946 no estado de São Paulo</b>	
<b>Escola/Localização</b>	<b>Informações/Dados</b>
- Escola Normal Livre do Colégio São José, de São Paulo	- autorização de funcionamento sob regime de inspeção prévia a partir de 01/01/1946 pelo Decreto n. 15.547, de 15/01/1946.
Escola Normal Oficial de Cruzeiro	- Criada em 1946.
Escola normal Oficial "Cardial Leme", de Pinhal	- Criada em 1946.
Escola Normal Oficial de Ribeirão Preto	- Criada em 1946.
Escola Normal Oficial "Euclides da Cunha", de São José do Rio Pardo	- Criada em 1946.
Escola Normal Oficial "Dr. Julio Prestes" de Sorocaba	- Criada em 1946.
<b>Total de 06 Escolas Normais criadas em 1946.</b>	

**Fontes:** Quadros elaborados conforme dados da Poliantéia (1946), *O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (1949) e Mascaro (1956).

## ANEXOS

**Anexo 1:** Imagem do mapa da situação das lavouras de café no estado de São Paulo



**Fonte:** Love (1982).

**Anexo 2:** Imagem das normalistas da Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus s.d .



**Fonte:** Acervo do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Marília.